



Universidade de Évora
Departamento de Arquitectura

Mosteiro de São João de Tarouca

Ana Cristina Pastor Alves

Orientação: Prof^a Doutora Maria do Céu Simões Tereno

Dissertação de Mestrado integrado em Arquitectura
Évora 2012

Resumo

O presente trabalho tem como principal objectivo o desenvolvimento de um elemento tridimensional digital do Mosteiro de São João de Tarouca (Tarouca, Viseu; Portugal).

A reconstrução tridimensional do mosteiro tem como objectivo a especulação de um imponente conjunto arquitectónico, cujo valor histórico marca o início da Ordem de Cister em Portugal.

A partir de uma vasta análise bibliográfica foi possível reunir e compilar informação neste trabalho que proporciona num só documento um melhor entendimento do complexo monástico e as suas relações. Este estudo tornou possível o desenvolvimento do modelo hipotético do mosteiro.

Abstract

The present work has as main objective the development of a digital three-dimensional element of the Monastery of São João de Tarouca (Tarouca, Viseu, Portugal).

The three-dimensional reconstruction of the Monastery, aims to speculation of an impressive architectural ensemble, whose historic value marks the beginning of the Cistercian Order in Portugal.

From an extensive literature review was possible to gather and compile information in this work that provides in a single document a better understanding of the monastic complex and their relationships. This study made possible the development of the hypothetical model of the Monastery.

Índice:

01 Introdução	03
02 Estado dos conhecimentos na área em estudo	05
03 O Monaquismo no Ocidente	08
O Plano da Ordem de Cister – <i>Charta Caritatis</i> (1114-1119)	18
04 Situação e sítio	22
05 Mosteiro Medieval de São João de Tarouca	32
05.1 Fundação do Mosteiro	32
05.2 Implantação do Mosteiro – As Granjas	38
05.3 A Abadia Cisterciense – “o plano tipo”	55
Os espaços monásticos	59
05.4 Planta do Mosteiro Medieval de S. João de Tarouca	70
06 Evolução do Mosteiro de São João de Tarouca	87
07 Estado actual do Mosteiro de São João de Tarouca	95
Elementos gráficos	95
08 Proposta tridimensional da volumetria do Mosteiro de São João de Tarouca	98
09 Conclusão	102
10 Anexos	105
11 Índice de Figuras	109
12 Bibliografia	113
13 Agradecimentos	121

01 | Introdução

O Mosteiro São João de Tarouca foi o primeiro mosteiro cisterciense a ser edificado em território português, datando o início da sua construção de 1154¹. Este mosteiro marca de forma determinante e decisiva o início da entrada da ordem cisterciense em Portugal, dada a sua importância, é considerado um dos principais mosteiros da Ordem de Cister na península ibérica.

Localiza-se no concelho de Tarouca, na Região do Douro Sul, considerada como o “Berço de Cister” em Portugal, pois nesta faixa foram fundados, por iniciativa de D. Afonso Henriques, vários mosteiros que consolidaram a fixação das populações no reino.

Actualmente pouco se conserva do complexo monástico, pois em 1834, com o fim das ordens religiosas em Portugal, à excepção da igreja, todo o resto do complexo foi pilhado. Do desmantelado, sofrendo posteriormente de deterioração progressiva, apenas é possível visualizar actualmente a planta do período medieval do mosteiro, devido à intervenção arqueológica feita no local por parte do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), e é possível ver quase toda a estrutura exterior dos dormitórios do século XVII e XVIII.

Assim, através de um processo de leitura e interpretação de vários elementos, o objectivo é compreender o mosteiro, e num sistema mais amplo as influências e relações com o território em que se inscreve.

Perceber a sua evolução e características, de que forma este traz inovações arquitectónicas para a ordem em que se insere, mas, mais do que o estudar na

¹ BARROCA, Mário Jorge - Epigrafia medieval portuguesa (862-1422). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. I-IV. 2000.

sua “micro” escala, perceber as relações que estabelecia com a população, pois sabe-se que havia um vasto território pertencente ao mosteiro, com granjas de onde provinha grande parte do seu rendimento.

Através de plantas, cartas militares, fotografias aéreas e outras informações, localiza-se o mosteiro e definem-se as áreas de estudo; faz-se a análise topográfica; a análise de sistemas hídricos e identificam-se as vegetações predominantes na paisagem da envolvente do mosteiro.

Realiza-se uma introdução histórica do lugar, da Ordem Cisterciense e do mosteiro. E numa escala mais circunscrita ao mosteiro, com recurso a plantas e documentos fundamentados, faz-se a análise da planta do Mosteiro de São João de Tarouca e o seu desenvolvimento ao longo dos séculos.

Compreender a actual configuração de São João de Tarouca e envolvente, significa perceber a génese do mosteiro Cisterciense, como a sua formação se relaciona com o território, como se desenvolve, interage e se modifica ao longo dos séculos.

Assim, pretende-se abordar algumas questões que parecem fundamentais para perceber o monumento e o território, a relação da paisagem envolvente com a construção arquitectónica, de que forma este transforma e depende da paisagem.

Como síntese conclusiva pretendeu-se com toda esta análise criar bases para a realização de uma visão tridimensional virtual de como se imagina ter sido o mosteiro, antes do fim das ordens religiosas em Portugal.

02 | Estado dos conhecimentos na área em estudo

Para um maior e melhor entendimento do presente tema desenvolvido nesta dissertação, são aqui apresentadas algumas ideias no estado-da-arte, sendo estas as que considere mais importantes para a realização e concretização da tese.

02.1 - “Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca” – O mosteiro encontra-se inserido num projecto de reabilitação, por parte do IPPAR². Sofreu uma intervenção arqueológica que teve início em 1998 e que contribuiu para um maior e melhor conhecimento do mosteiro medieval original. Refere a importância do mosteiro como primeiro³ da ordem cisterciense a ser construído em Portugal, marcando assim a entrada da Ordem de Cister no território nacional. Com base na informação recolhida das escavações, é feita uma reconstituição arquitectónica do mosteiro tendo como base de apoio a arquitectura cisterciense, segundo a concepção arquitectónica bernardina, que se assume por toda a Europa. (SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e. Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca. In Revista de História da Arte. Lisboa: Instituto de História da Arte-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. n.º 4. 2007, pp. 142-171.)

² IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico, o IPPAR foi extinto em Março de 2007, neste momento o Mosteiro de São João de Tarouca está afecto à Direcção Regional de Cultura do Norte, que continuou o trabalho de estudo e restauro do mosteiro.

³ Apesar da polémica, este é datado de 1154, sendo por grande parte dos autores considerado como o primeiro Mosteiro da Ordem de Cister a ser construído em Portugal.

02.2 - *“A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998-2001”* - Neste trabalho foi feita uma contextualização geográfica e histórica do Mosteiro de São João de Tarouca. Na contextualização histórica são referidos quais os objectivos do edifício enquanto estrutura arquitectónica. É feita uma descrição dos vários períodos evolutivos do mosteiro, através da descrição da evolução da planta arquitectónica do mesmo, tendo em consideração a implantação do mesmo e as condicionantes da envolvente. (CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. *A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998-2001*. In *Estudos/Património*. Lisboa: IPPAR - Departamento de Estudos. N.º 2. 2002, pp. 33-42)

02.3 - *“A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca”* – Esta publicação refere-se à implantação e expansão territorial do Mosteiro de São João de Tarouca, tendo como principal objectivo a identificação e delimitação do couto inicial e a sua expansão nos séculos XII-XIII. São também identificadas as vias utilizadas para o transporte de pessoas e mercadorias dentro do couto e seus arredores. (CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. *A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca*. In *Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património*. Lousada: Câmara Municipal. N.º 3. 2008/2009, pp. 115-136)

02.4 - *“A pedra na construção do Mosteiro de São João de Tarouca”* - Este trabalho tem como tema principal a matéria-prima usada para a construção do Mosteiro de São João de Tarouca. Faz referência à localização das possíveis pedreiras de extracção, e tendo como base de estudo o alçado Sul da Igreja do

mosteiro, refere que tipo de ferramentas foram usadas, como foi feito o transporte da pedra, o talhe e as técnicas de construção⁴. (MARQUES, Catarina Alexandra; CATARINO, Lúdia; SEBASTIAN, Luís - A pedra na construção do Mosteiro de S. João de Tarouca. In Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património. Lousada: Câmara Municipal. n.º 4. 2010, pp. 113-162)

⁴ “O presente trabalho foi realizado no âmbito da tese de Mestrado intitulada “Alçado Sul da igreja do Mosteiro Medieval de São João de Tarouca: caracterização e proveniência dos materiais pétreos”, da autoria da autora Catarina Alexandra Marques e apresentada em 2007 à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Departamento de Ciências da Terra” - MARQUES, Catarina Alexandra; CATARINO, Lúdia; SEBASTIAN, Luís - A pedra na construção do Mosteiro de S. João de Tarouca. In Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património. Lousada: Câmara Municipal. n.º 4. 2010, p. 113

03 | O Monaquismo no Ocidente

O Monaquismo no Ocidente surgiu com Bento de Núrsia (480 – 543), um homem devoto que perante a sua insatisfação com a corrupção religiosa de Roma procurou refúgio durante três anos numa caverna em Subiaco, onde viveu como eremita.

Esta determinação e manifestação de fervor religioso originaram juntamente com outros discípulos a fundação do Mosteiro de Monte Cassino, na Itália central, local onde viveu segundo os seus princípios.

Em 529 São Bento, líder espiritual, compôs uma regra denominada *Regula Benedicti*, para ser aplicada no mosteiro como orientação. A Regra pretendia criar uma norma de vida para quem era devoto a Deus e desejava seguir a filosofia religiosa instaurada no Mosteiro de Monte Cassino.

A regra instituída por S. Bento seguia de muito perto duas regras já escritas, a Regra do Mestre⁵ e a Regra de S. Basílio, a qual citava e para a qual remetia os seus monges⁶.

A regra foi progressivamente adoptada por outros mosteiros com as mesmas convicções, tornando-se principal referência sobre os princípios orientadores da disciplina espiritual do Clero regular.⁷

Os princípios básicos da regra são: “*stabilitas loci* – obrigatoriedade de permanência no mosteiro; *conservatio morum* – voto de pobreza e castidade; *ora et labora* – vida repartida entre o culto e o trabalho da terra; *obedientia* -

⁵ Regra do Mestre – Assim chamada por não se conhecer o seu autor.

⁶ Regra Beneditina, capítulo 73,2.5: “Aquele que tiver pressa em chegar à perfeição de vida, tem à sua disposição os ensinamentos dos Santos Padres que, se puserem em prática, conduzem o homem à perfeição... Aí estão as Colecções dos Padres, as suas Instituições e Vidas, e também a Regra do nosso Pai S. Basílio.”

⁷ Para o comentário geral da Regra, Idelfonso HERWEGEN. *Sentido e espírito da Regra de São Bento*. Trad. dos monges do Mosteiro de São Bento. RJ: “Lumen Christi”, 1953, esp. pp. 115-146 e *La Règle de Saint Benoît: commentaire historique et critique*. Paris: Du Cerf, 1971.

obediência ao abade, caracterizando-se a orgânica da comunidade monástica por uma organização do tipo familiar tendo no topo o abade (do grego abbas, pai)⁸.

No século X assistiu-se a uma decadência da ordem de São Bento, pois à medida que se acentuava o crescimento da ordem através da implantação de mosteiros, aumentavam também as riquezas, o poder e desta forma rivalidades feudais. Com a cedência nos princípios da ordem e a adesão progressiva aos vícios da sociedade surgiu o declínio da espiritualidade.

Como movimento de reacção a este declínio progressivo, surgiu a ordem Cluniacense como reafirmação da regra Beneditina. Assim, sob o impulso da Abadia de Cluny, houve um reforço da obediência (disciplina), consequência do reforço absoluto da influência do abade⁹.

O crescimento desta ordem foi extraordinário, uma vez que a sua reforma estendeu-se por toda a Europa central e chegou mesmo à Península Ibérica. Mais uma vez com o aumento do poder e riqueza, resultado de doações, notou-se novamente a cedência nos princípios pelos quais inicialmente se regiam.¹⁰

“A nossa Ordem é: pequenez, humildade, pobreza voluntária, obediência, paz e alegria no Espírito Santo. A nossa Ordem consiste em viver submisso ao mestre, ao abade, à regra e à disciplina.

A nossa Ordem é: amar o silêncio, exercitar-se nas vigílias, na oração, no trabalho manual e, sobretudo, andar pelo caminho mais excelente: o amor.

⁸ Transcrição - CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís - A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998-2001. *In* Estudos/Património. Lisboa: IPPAR - Departamento de Estudos. N.º 2. 2002, p. 33.

⁹ ELÓI, Gomes da Silva, Dissertação – “O Despojamento em São Bernardo de Claraval e São Francisco de Assis. (Séculos XII e XIII), Assis, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2005 pp. 7-10.

¹⁰ FARINHA, José Luís dos Santos – “Buscadores de Deus no caminho Cisterciense”; Prior Velho; Paulinas Editora; 2006, p. 68-69.

Em suma, progredir nestas coisas do dia após dia e perseverar em todas elas até ao fim da vida...”¹¹

S. Bernardo.

A Ordem de Cister surgiu em França no século XI. Na sua origem esteve um grupo de monges beneditinos, seguidores da regra de S. Bento de Núrsia, que sob a influência do abade Roberto, abandonam o Mosteiro Cluniacense em Molesmes, para levar uma vida monástica verdadeiramente de acordo com a regra de São Bento, prática que já não era devidamente utilizada em Cluny, pois a vida monástica havia ficado indisciplinada e descuidada.

Em Março do ano de 1098, mudaram-se para Cister (Citêaux), perto de Dijon, um bosque doado por Eudes I, duque da Borgonha, dando aí início à nova fundação que pretendia constituir uma renovada observância da regra Beneditina.

Este movimento reformador foi fundado por três abades beneditinos, Roberto de Molesmes, Alberico e Estêvão Harding, que apesar das adversidades, deram início a um dos principais e maiores movimentos monásticos europeus¹².

No primeiro mosteiro da ordem de Cister, conhecido e designado até 1119 como *Novum Monasterium*, os monges pretendiam de forma sucinta “buscar a Deus através da pobreza e da simplicidade”¹³.

⁷ Cit. S. Bernardo, Abade de Claraval – Carta 142, Aos Monges de Aulps,

¹² COELHO DIAS, Geraldo J. A. “A importância de Cister quando a Europa nascia e Portugal se formava” - COLÓQUIO – “A ORDEM DE CISTER- O TEMPO E O MODO”, S. Pedro do Sul, 1998 – Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões: actas. S. Pedro do Sul, 1998, pp.65-68.

¹³ FARINHA, José Luís dos Santos – “Buscadores de Deus no caminho Cisterciense”; Prior Velho; Paulinas Editora; 2006, p. 72.

De carácter contemplativo, os monges da nova observância em oposição à vivência monástica da Ordem de Cluny, que era contestada pela sua exuberância e riqueza, aspiravam a um estilo de vida mais despretensioso. Assim, esta ordem distinguiu-se pela sua extrema simplicidade, humildade, e austeridade¹⁴.

A Ordem de Cister expandiu-se de forma coesa, e entre 1113 e 1115, são fundadas quatro importantes abadias filhas de Cister: La Ferté (1113); Pontigny (1114); Claraval (1115) e Morimond (1115)¹⁵. Antevendo este crescimento, Estêvão Harding redigiu a *Carta Caritatis*¹⁶, que tem como objectivo assegurar e estabelecer as normas do funcionamento da Ordem de Cister¹⁷ (ver figura 10.1).

A Ordem rapidamente se expandiu por toda a Europa, contribuindo para o seu desenvolvimento a figura carismática de Bernardo, Abade de Claraval.

Apesar de Bernardo de Claraval não ter sido o fundador da Ordem de Cister, contribuiu muito para a sua consolidação, tornando-se o seu mentor espiritual¹⁸, sendo o abade mais notável da primeira metade do séc. XII¹⁹. Durante a sua orientação a Ordem exerceu uma enorme e importante

¹⁴ ALMEIDA, Fortunato de (1912) – “História da Igreja em Portugal – volume I, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres; Porto; Portucalense Editora/ Livraria Civilização – Editora, 1967-1971, p.126.

¹⁵ GOMES, Saul António - *Visitações a mosteiros cistercienses em Portugal, séculos XV e XVI*. Lisboa: IPPAR - Departamento de Estudos. 1998, pp. 9-10.

¹⁶ Através da *Carta Caritatis*, Estêvão Harding estrutura a Ordem de Cister e estabelece relação entre a abadia mãe em Cister, primeiro lugar na hierarquia, suas fundações, e as abadias filhas. Este documento dita um sistema de regras gerais para a determinação da Ordem, permitindo contudo alguma flexibilidade e liberdade a cada mosteiro.

¹⁷ “Os cistercienses” - COLÓQUIO – “A ORDEM DE CISTER- O TEMPO E O MODO”, S. Pedro do Sul, 1998 – Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões: actas. S. Pedro do Sul, 1998, pp.32-34.

¹⁸ DUBY, Georges; *Saint Bernard, L'Art Cistercien*, Paris, Champs Flammarion, 1971, p.9.

¹⁹ “O engrandecimento universal e prestígio da Ordem foi na maior parte devido ao grande S. Bernardo (...) foi o apóstolo do seu século (...)” - ALMEIDA, Fortunato de (1912) – “História da Igreja em Portugal – volume I”, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres; Porto; Portucalense Editora/ Livraria Civilização – Editora, 1967-1971, p.126.

influência na economia, na cultura, no plano intelectual, nas artes e no campo espiritual de toda a Europa.

Tal se verificou através do número de fundações e filiações que ocorreram, sendo contabilizadas no final do século XII 525 abadias. No seu apogeu, tinham ao todo aproximadamente 1650 abadias Cistercienses, sendo cerca de 750 mosteiros masculinos e 900 femininos²⁰.

O apoio concedido pelos Papas, pelo Clero Secular e pelos Príncipes, através de várias doações, com o propósito de obterem a redenção dos seus pecados, o “reconhecimento divino”, o intuito de glorificação e prestígio social, foram também um grande incentivo para a rápida expansão da Ordem.

Em Portugal, a Ordem de Cister foi introduzida em meados do século XII, onde também se propagou rapidamente.

Portugal, que começava a surgir como nação independente, não ficou indiferente às correntes espirituais do resto da Europa, pelo contrário, houve um incentivo à sua implantação por parte de D. Afonso Henriques, que através de fundações filiadas na Ordem Monástica Cisterciense, ia povoando terras de Portugal, proporcionando a fixação e o crescimento populacional em lugares ermos e ao mesmo tempo contribuindo para a delimitação das áreas conquistadas aos Muçulmanos²¹. Outro dos seus objectivos era obter o

²⁰ Este crescimento deve-se à vontade dos religiosos se estenderem por todo o Continente Europeu. Os valores aqui apresentados não são unânimes entre autores, sendo que estes são obtidos do autor COCHERIL, Maur, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Fondation Calouste Gulbenkian e Centre Culturel Portugais, Paris, 1986, p.29.

²¹ MARTINS, Ana Maria Tavares. “As Beiras Berço de Cister em Portugal: marcas de 9 séculos de arquitectura” - CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE EL CISTER, IV – EN PORTUGAL Y EN GALICIA; Actas Tomo II; Ourense; 2009, pp.882-883.

reconhecimento por parte do Pontificado, através da Ordem Cisterciense e da figura de S. Bernardo, que era bastante influente em meados do século XII.²²

As Beiras são o berço de Cister em Portugal. Os Monges brancos, como eram chamados os monges Cistercienses, entraram no país pelo norte e aí numa fase inicial foram-se fixando abaixo do rio Douro. Posteriormente foram-se expandindo para sul, acompanhando a reconquista de território à ocupação muçulmana (figura 3.1 expansão dos mosteiros cistercienses em Portugal no séc. XII e XIII).

Os monges procuravam lugares desertos associados a uma eterna espiritualidade, a uma humildade de vida e a uma linguagem inicial austera e depurada.

Sem certezas quanto à data da introdução da Ordem de Cister em Portugal, pensa-se que a primeira fundação cisterciense terá sido S. João de Tarouca entre 1143 e 1144²³, pois em 1140 D. Afonso Henriques delimita o seu couto, em cujo documento a comunidade monástica é referida como beneditina²⁴. Em 1144²⁵, a comunidade monástica de S. João de Tarouca é já referida na documentação como cisterciense, devendo por isso ter-se dado a sua reconversão nos primeiros três anos seguintes à passagem da carta de couto

²² AMADO, Miguel António Reis; Reconstituição do mosteiro medieval de Santa Maria de Salzedas; Universidade de Coimbra; 2007; p. 9.

²³ ALMEIDA, Fortunato de (1912) – “História da Igreja em Portugal – volume I”, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres; Porto; Portucalense Editora/ Livraria Civilização – Editora, 1967-1971, p.129.

²⁴ FERNANDES, A. de Almeida – “Acção dos Cistercienses de Tarouca (as granjas nos séculos XII e XIII)”, Revista de Guimarães, nº83; Guimarães; 1974, p. 18

²⁵ De acordo com diversos autores, é praticamente consensual de que esta é a data mais provável da fundação do primeiro mosteiro em território Nacional, mas, e acordo com os últimos estudos de Maria Alegria F. Marques esta defende que o primeiro mosteiro terá sido o Mosteiro de Lafões (Cfr. MARQUES, Maria Alegria, *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Colibri e Faculdade de Letras de Coimbra, Lisboa, 1998, pp. 29-74).

em 1140. Certo é o início da sua obra de construção, datada de 1154, segundo data inscrita no tímpano da porta dos Monges²⁶.

Este mosteiro é de facto determinante e decisivo para a instalação numa primeira fase dos cistercienses em Portugal. Posteriormente, em 1153, D. Afonso Henriques concede à Abadia de Bernardo de Claraval uma vasta extensão de território, entre Leiria e Óbidos, onde é fundado o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça²⁷.

Apesar do Mosteiro de S. João de Tarouca ter sido uma abadia essencial da ordem, foi a abadia de Alcobaça que dinamizou o movimento²⁸.

Numa primeira fase surgiu o mosteiro de Tarouca associado à afirmação e desenvolvimento da ordem cisterciense e numa segunda fase o mosteiro de Alcobaça associado ao desenvolvimento e expansão da mesma²⁹. Estes dois mosteiros foram Casa-mãe de grande parte dos mosteiros existentes em Portugal, como se verifica na figura 3.2.

Até ao final do séc. XII, a Ordem de Cister fundou nove mosteiros masculinos e até 1225 o seu número cresceu até aos catorze. A partir daí a sua expansão foi muito reduzida, pois até à segunda metade do séc. XVIII apenas foram fundados mais quatro mosteiros masculinos, perfazendo um total de dezoito mosteiros em Portugal. O mesmo não se verificou em relação aos mosteiros

²⁶ BARROCA, Mário Jorge (2000) - *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Vol.II, Tomo I, pp. 254-258.

Apesar de Mário Barroca ler 1154 na inscrição do tímpano da porta dos monges, muitos dos investigadores lê 1152, é exemplo disso a investigadora Alegria Marques.

²⁷ COCHERIL, Maur de (1986) – “Alcobaça Abadia Cisterciense em Portugal”; Imprensa Nacional – casa da Moeda, Lisboa; 1989, pp. 25-26.

²⁸ FERNANDES, A. de Almeida – “Acção dos Cistercienses de Tarouca (as granjas nos séculos XII e XIII)”, Revista de Guimarães, nº83; Guimarães; 1974, p. 14.
Na acta de Geraldo J. A. Coelho Dias “A importância de Cister quando a Europa nascia e Portugal se formava”

²⁹ MARTINS, Ana Maria Tavares. “As Beiras Berço de Cister em Portugal: Marcas de 9 séculos de Arquitectura” - CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE EL CISTER, IV – EN PORTUGAL Y EN GALICIA; Actas Tomo II; Ourense; 2009, p. 885. “Segundo as obras de Dom Maur Cocheril”.

cistercienses femininos, que a partir do séc. XIII se expandiram, sendo então através deles que a ordem se afirmou (os mosteiros femininos atingiram um total de 14, em todo o território nacional)³⁰. É importante também referir que dois dos mosteiros que adoptaram a regra de Cister, o de S. Bento de Avis e o dos Monges da Ordem de Cristo, tinham características próprias, pois eram ordens militares³¹.

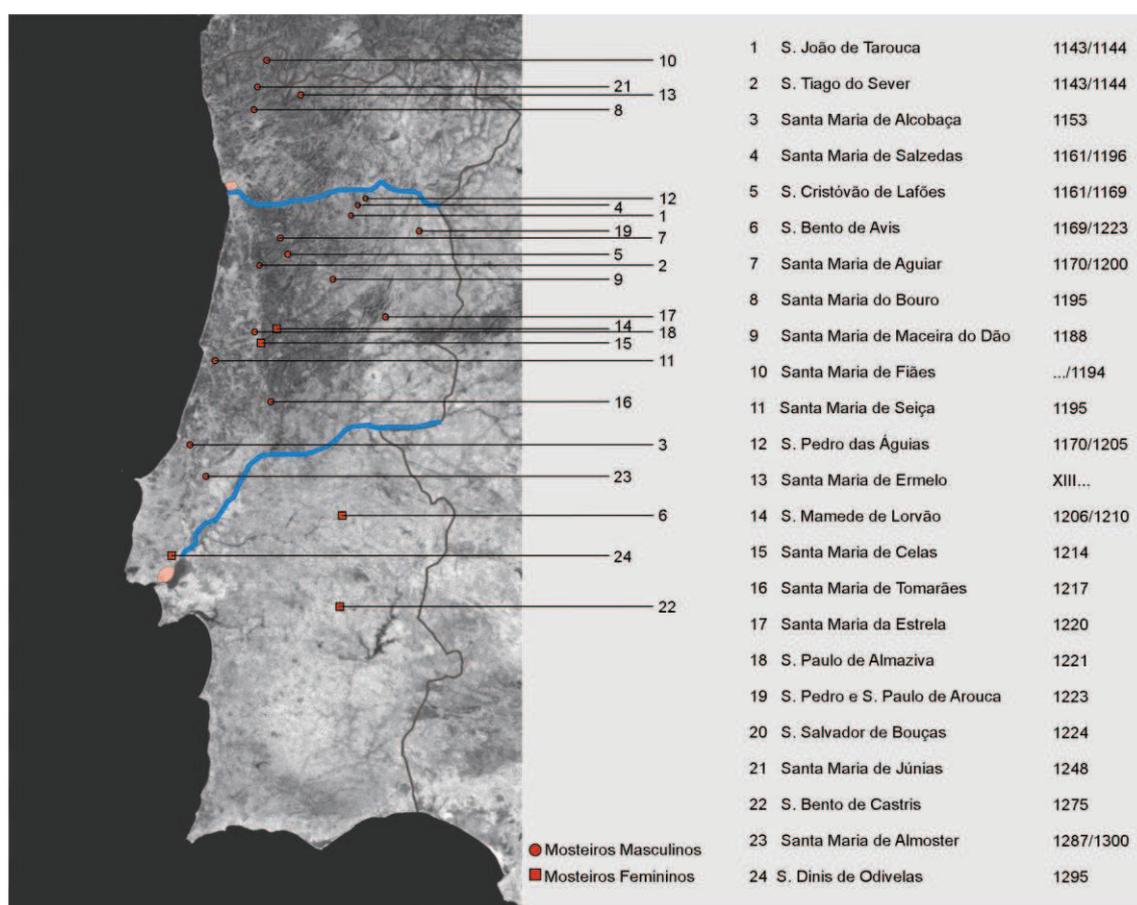


Figura 3.1 - Localização por ordem cronológica dos mosteiros cistercienses portugueses dos séculos XII e XIII segundo Saul Gomes³².

³⁰ Ver em anexos a figura 10.2 - mapa com a distribuição cronológica das Abadias Cistercienses segundo Dom Maur Cocheril.

³¹ COCHERIL, Maur de (1986) – “Alcobaça Abadia Cisterciense em Portugal”; Imprensa Nacional – casa da Moeda, Lisboa; 1989, pp. 107-110.

³² Nesta imagem pode-se verificar uma maior concentração inicial de abadias no norte de país, que se vai expandindo para sul. GOMES, Saul António - Visitações a mosteiros cistercienses em Portugal, séculos XV e XVI. Lisboa: IPPAR - Departamento de Estudos. 1998, pp. 13-14.

O Clero e a Nobreza tiveram grande importância no processo de ocupação do território, como método de afirmação política e como forma de fixação de mão-de-obra através da vertente agrícola em terras fronteiriças e pertencentes a grandes senhores. Por outro lado ao fundarem um mosteiro procuravam beneficiar de uma misericórdia perpétua. Este interesse por parte dessas classes dirigentes (Nobreza) verificou-se sobretudo após os séculos XII e XIII³³, um período bastante favorável ao crescimento da ordem em Portugal.

Após este período, surge uma fase de grande declínio, entre a segunda metade do século XV e o final do século XVI. Essa decadência verificou-se não só em Portugal, mas também em toda a Europa, o que conduziu à criação de Congregações³⁴.

Estas Congregações conduziram à independência de alguns mosteiros cistercienses, assim, após o Concílio de Trento, o Abade Comendatário de Alcobaça³⁵, com a finalidade de reformar os mosteiros, solicitou à Santa Sé a instituição de uma congregação autónoma. Em 1567 o papa S. Pio V concedeu³⁶ a Portugal a Congregação de Alcobaça, ou Congregação portuguesa da Ordem de S. Bernardo³⁷.

³³ REAL, Manuel Luís, "A construção cisterciense em Portugal durante a Idade Média", in *Arte de Cister em Portugal e na Galiza*, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1998, pp. 47-54.

³⁴ As Congregações são grupos de mosteiros associados juridicamente entre si e que seguem a mesma observância reformada. Em 1425 formou-se a primeira congregação independente de Castela.

³⁵ Cardeal infante D. Henriques.

³⁶ Através da Bula *Pastoralis Officii*; ALMEIDA, Fortunato de (1912) – "História da Igreja em Portugal – volume II", nova edição preparada e dirigida por Damião Peres; Porto; Portucalense Editora/ Livraria Civilização – Editora, 1967-1971, pp. 135-136.

³⁷ COCHERIL, Dom Maur: "Os cistercienses" - COLÓQUIO – "A ORDEM DE CISTER- O TEMPO E O MODO", S. Pedro do Sul, 1998 – Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões: actas. S. Pedro do Sul, 1998, p.36.

O movimento “congressista”³⁸ desligou-se da estrutura estabelecida pela *Carta de Caridade*, mas, por outro lado, resolveu em parte a decadência em que os mosteiros se encontravam.

Estas reformas em alguns dos casos afastavam-se da Regra Beneditina, e o espírito da Ordem de Cister passou a significar pouco mais do que um nome ou um hábito.

Mas, um novo fervor adveio deste novo estatuto que a abadia Alcobacense passou a possuir, pois fundaram-se novos mosteiros, sobretudo femininos, reformaram-se os edifícios monásticos e suprimiram-se outros, verificando-se um crescimento cultural e espiritual³⁹.

A partir do século XIX assistiu-se novamente a um declínio da Ordem cisterciense, agravando-se a situação financeira, factor que se acentuou com a invasão das tropas francesas, inclusive com saque e vandalização de alguns mosteiros. A revolução Francesa veio ainda introduzir em território nacional a raiz do pensamento liberal e anticlerical que viria, após o triunfo do liberalismo, a estar na base da extinção das ordens religiosas em Portugal.

Em 1834, com o decreto de 28 de Maio, dá-se a extinção das ordens religiosas, tendo sido encerrados todos os mosteiros masculinos. Os mosteiros femininos não foram contudo de imediato encerrados, mas proibiram-se novas admissões, extinguindo-se pouco a pouco⁴⁰ com a morte da última freira. Com

³⁸ “A criação da Congregação de Alcobaça em 1567 viria a dar maior amplitude à jurisdição de Alcobaça sobre os mosteiros afiliados, baseada no poder reconhecido pelo Sumo Pontífice”: CONDE, Antónia Fialho; S. BENTO DE CÁSTRIS NA CONGREGAÇÃO AUTÓNOMA DE ALCOBAÇA: EXTENSÃO E LIMITES DO PODER DAS ABADESSAS NO PERÍODO MODERNO; Évora, 2007, p.132.

³⁹ COCHERIL, Maur de (1986) – “Alcobaça Abadia Cisterciense em Portugal”; Imprensa Nacional – casa da Moeda, Lisboa; 1989, pp. 33-34.

⁴⁰ ALMEIDA, Fortunato de (1912) – “História da Igreja em Portugal – volume III”, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres; Porto; Portucalense Editora/ Livraria Civilização – Editora, 1967-1971, pp. 145-147.

o fim da Ordem a maior parte dos mosteiros e seu património foi vendido em hasta pública; pilhado; demolido; desmantelado e vendido ou abandonado, sofrendo de deterioração progressiva⁴¹. Na maior parte dos casos, apenas as igrejas se preservaram convertidas em igrejas paroquiais.

O Plano da Ordem de Cister – *Charta Caritatis* (1114-1119)

Nos primórdios da Ordem e na sequência da fundação de duas abadias (La Ferté -1113 e Pontigny -1114), Estêvão Harding em 1114 deu início a um esquema organizativo do que seria a Ordem de Cister. Prevendo já as duas outras fundações que ocorreriam em 1115 (Morimonde e Claraval), nesse mesmo ano criou a *Charta de Caritatis*⁴², um documento que estabeleceu os princípios da ordem cisterciense, normas pelas quais todos os mosteiros da Ordem se deveriam guiar⁴³.

“Corporalmente separados por este mundo fora, mas indissolúvelmente ligados pela alma, é preciso que não haja divergência alguma nos nossos actos, e que vivamos todos dentro de uma mesma caridade, sob a mesma regra, e observando os mesmos costumes”⁴⁴.

⁴¹ MARTINHO, Ana Margarida: “Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. Contributo para a história do seu restauro (1850-1928)” -CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE EL CISTER, IV – EN PORTUGAL Y EN GALICIA; Actas Tomo II; Ourense; 2009, pp. 795-796.

⁴² *Charta de Caritatis* ou Carta de Caridade é um documento constitucional que tipifica a nova Ordem monástica. Este documento juntamente com o *Exordium Parvum* (Pequeno Exórdio) foram aprovados pelo Papa Calisto II com uma Bula datada de 23 de Dezembro de 1119.

⁴³ GOMES, Saul António - *Visitações a mosteiros cistercienses em Portugal, séculos XV e XVI*. Lisboa: IPPAR - Departamento de Estudos. 1998, pp. 9-10.

⁴⁴ Citação da *Charta de Caritatis*- COCHERIL, Maur de (1986) – “ Alcobaça Abadia Cisterciense em Portugal”; Imprensa Nacional – casa da Moeda, Lisboa; 1989, p. 35.

Pretendia-se uma unidade permanente e comum, ou seja, um género de constituição que impunha uma orgânica de relações e subordinações, uma uniformidade de observância a todos os mosteiros da Ordem cisterciense.

Estes eram assentes numa trama de ligações e de obediências até à Abadia-mãe, ou seja, os mosteiros, apesar de autónomos como estabelecia a *Ordem Beneditina*, estavam ligados e hierarquizados desde a primeira fundação (Cister), até à última.

Cister era a casa fundadora da Ordem, a Abadia-mãe, era ela a responsável geral por todas as fundações que lhe seguiram.

A Abadia-mãe devia ter o direito e a obrigação de zelar sobre as suas casas-filhas. Assim, anualmente eram feitas visitas, com o intuito de averiguar a “observância da Regra e dos estatutos da Ordem”⁴⁵, visando simultaneamente os aspectos espirituais e materiais. Anualmente reunia-se ainda em Cister o Capítulo Geral, constituído por todos os Abades responsáveis por cada mosteiro, para discutirem e determinarem quais as medidas necessárias para o cumprimento da Regra: *“aí tratarão da salvação das almas, determinarão o que se deve emendar ou acrescentar no tocante à observância da Santa Regra ou da Ordem, e restabelecer entre eles o bem da paz e da caridade”*⁴⁶.

Para todos os mosteiros cistercienses a observância da Regra e a prática seria a mesma, todos teriam os mesmos livros e hábitos litúrgicos.

Estes ideais manifestaram-se sobretudo através da clausura e da busca por uma espiritualidade acentuada. Para tal era imperativo a obediência ao abade; a disciplina; o silêncio; os trajes simples e modestos, túnicas brancas sobre as

⁴⁵ FARINHA, José Luís dos Santos – “Buscadores de Deus no caminho Cisterciense”; Prior Velho; Paulinas Editora; 2006, p. 76.

⁴⁶ *Charta Caritatis* cap. VII.

quais assentava um escapulário⁴⁷ preto; a alimentação era ligeira e básica; o trabalho manual era um dever, para o que cultivavam o próprio alimento; o dia era dividido entre a oração e o trabalho, *ora et labora*; os edifícios monásticos, constituídos entre outros pela igreja, o claustro e as demais dependências, foram projectados de acordo com os princípios da Ordem, com uma arquitectura muito similar (*plano tipo*), no qual Bernardo de Claraval teve influência decisiva. A sua concretização visava soluções para as necessidades básicas da vida monástica de uma forma muito sóbria e desprovida de adornos. Estas linhas orientadoras foram apenas algumas das que formaram o todo do projecto espiritual proposto para a Ordem⁴⁸.

Cister era, como já se havia referido, a Abadia-mãe, fundadora de todas as outras Abadias, de que quatro são suas fundações directas: La Ferté, Pontigny, Claraval e Morimond. Estas posteriormente fundaram também as suas Abadias, que por sua vez originam novas fundações, e foi através deste ciclo de estrutura hierárquica que a Ordem de Cister se expandiu por toda a Europa. Em Portugal, todos os mosteiros cistercienses na idade Média, durante o Reinado de D. Afonso Henriques, foram filiações de Claraval⁴⁹, como se verifica na figura 3.2, mas, após a “Congregação de Santa Maria de Alcobaça”, essa dependência à Abadia-mãe deixou de existir.

Fundações directas de Claraval foram: as Abadias de S. João de Tarouca; de Lafões; de Alcobaça e de Salzedas. O Mosteiro de S. João de Tarouca e o

⁴⁷ O escapulário era uma faixa larga de pano preto que caía à frente e atrás da túnica branca dos monges cistercienses, até meio da perna. Esta era também guarnecida de um capuz.

⁴⁸ MARTINS, Ana Maria Tavares: “As Beiras Berço de Cister em Portugal: mascas de 9 séculos de Arquitectura” - CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE EL CISTER, IV – EN PORTUGAL Y EN GALICIA; Actas Tomo II; Ourense; 2009, pp. 881-894.

⁴⁹ MARTINS, Ana Maria Tavares: “As Beiras Berço de Cister em Portugal: mascas de 9 séculos de Arquitectura” - CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE EL CISTER, IV – EN PORTUGAL Y EN GALICIA; Actas Tomo II; Ourense; 2009, pp. 884-885.

Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça foram os dois fundamentais centros dinamizadores da expansão da Ordem em Portugal⁵⁰, tendo-se Cister transformado na instituição mais prestigiada nos primórdios da fundação de Portugal através de Alcobaça⁵¹.

A Abadia de S. João de Tarouca foi responsável pelas filiações dos mosteiros: de S. Tiago de Sever; S. Pedro das Águias e Fiães, que por sua vez afiliou o Mosteiro de Santa Maria de Ermelo. A Abadia de Alcobaça fundou os mosteiros: de Santa Maria de Maceira Dão; Santa Maria do Bouro; Santa Maria de Seiça; Santa Maria de Tomarães; Santa Maria da Estrela; Santa Maria de Almaziva e todos os mosteiros cistercienses de Monjas de Portugal⁵².

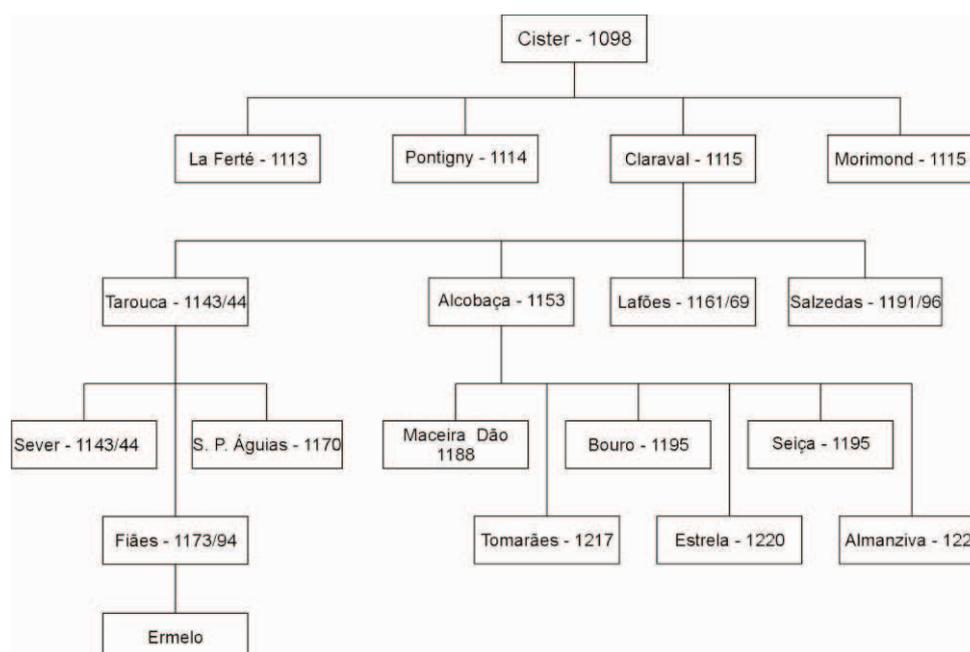


Figura 3.2 – Filiação dos primeiros Mosteiros Cistercienses⁵³.

⁵⁰ GOMES, Saul António - *Visitações a mosteiros cistercienses em Portugal, séculos XV e XVI*. Lisboa: IPPAR - Departamento de Estudos. 1998, pp. 13-14.

⁵¹ COELHO DIAS, Geraldo J. A., *As Religiões da nossa vizinhança: História, Crença e Espiritualidade*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Departamento de História / Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Porto, 2006.

⁵² AMADO, Miguel António Reis; *Reconstituição do mosteiro medieval de Santa Maria de Salzedas*; Universidade de Coimbra; 2007; p. 14.

⁵³ AMADO, Miguel António Reis; *Reconstituição do mosteiro medieval de Santa Maria de Salzedas*; Universidade de Coimbra; 2007; p. 14. Adaptação da figura 2.3.

04 | Situação e sítio

Tarouca é um concelho do distrito de Viseu, Região Norte do País.

De Território muito acidentado, o concelho é delimitado por duas principais Serras: a Serra de Santa Helena, numa grande extensão do Noroeste; e o Monte Raso a Nordeste. Estas duas serras surgem como duas muralhas que o protegem, entre elas montes se erguem “*e ondulam suavemente a bacia do concelho*”⁵⁴.

Neste sistema orográfico, encontram-se três vales secundários: o “vale de Tarouca” que se encontra entre os rios Barosa e Varosela; o “vale de S. João, de Mondim ou de Ucanha”; e o “vale de Salzedas”⁵⁵.

A maior superfície de território encontra-se em zonas baixas ou vales, de altitude média entre os 400/500 m, o ponto mais alto por sua vez atinge as 1100m de altitude.

O clima devido à orografia e à sua localização não é idêntico em todo o concelho. A Sul onde a região é mais elevada, os invernos são mais rigorosos e com maior precipitação, chegando mesmo a nevar. A Norte o clima no inverno é mais ameno e o verão é mais seco e quente.

Todas estas características, a orografia do terreno, os cursos de água e o clima, influenciam o tipo de cultura existente nesta região. Mais a Norte predominam olivais, vinhas e pomares de macieiras e pereiras; nas zonas mais montanhosas predominam os castanheiros e os carvalhos.

⁵⁴ Citação do Padre Vasco Moreira em, MOREIRA, Vasco - Monografia do Concelho de Tarouca. Viseu: Tipografia de "Jornal da Beira". 1924, p. 18.

⁵⁵ MOREIRA, Vasco - Monografia do Concelho de Tarouca. Viseu: Tipografia de "Jornal da Beira". 1924, p. 18.

A freguesia de S. João de Tarouca é constituída por cinco povoações: S. João, no fundo do vale; Couto, a meia encosta; Vila Chã do Monte, a Sul; Vilarinho, a Sudoeste; e Pinheiro⁵⁶.

A povoação é atravessada pelo Rio Barosa⁵⁷ dividindo-a em duas: do lado esquerdo situa-se a povoação de S. João, tendo-se expandido para o lado direito depois da fundação do mosteiro, recebendo aí a designação de S. Brás. Estas duas povoações são unidas apenas por uma ponte medieval⁵⁸.

S. João antes de ser freguesia já existia no século XII. O mosteiro cisterciense foi fundado no “vale de S. João”⁵⁹ pequena povoação pertencente a Tarouca⁶⁰. Este vale está localizado na Serra do Leomil e situa-se a uma altitude média de 550m⁶¹. É ladeado pelos Montes: Corvo; Castelheira; Recião; Senhor da Misericórdia e Galinheira. Para Norte existe uma abertura entre os montes para onde corre o Rio Barosa.⁶²

⁵⁶ FERNANDES, A. de Almeida (1995) - As Dez Freguesias do Concelho de Tarouca - História e Toponímia, Braga, 1995, p. 239.

⁵⁷ Conhecido agora como Rio Varosa, mas, até ao princípio do século XX era conhecido como Rio Barosa (, sendo que ainda hoje o habitantes mais idosos continuam a usar esta última forma de expressão).

⁵⁸ VASCONCELOS, José Leite de - Memórias de Mondim da Beira. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa. 1933, p.176 e 181.

⁵⁹ ALMEIDA, Fortunato de (1912) – “História da Igreja em Portugal – volume I”, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres; Porto; Portucalense Editora/ Livraria Civilização – Editora, 1967-1971, p. 129.

⁶⁰ (O facto da invocação do mosteiro ser de S. João Baptista dever-se-á provavelmente ao seu local de implantação) VASCONCELOS, José Leite de - Memórias de Mondim da Beira. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa. 1933, p.176.

⁶¹ CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís - A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 - 2006. In Actas do Seminário Internacional Tarouca e Cister - Homenagem a Leite de Vasconcelos. Tarouca: Câmara Municipal. 2006, p.123.

⁶² MOREIRA, Vasco - Monografia do Concelho de Tarouca. Viseu: Tipografia de "Jornal da Beira". 1924, p19.



Figura 4.1 - Fotografia aérea de S. João de Tarouca⁶³. (Direcção Regional de Cultura do Norte©). Levantamento de fotografia aérea realizado em 1999 por Artop, aero-topográfica, Lda.)

O Mosteiro de S. João de Tarouca está implantado no “vale de S. João”, como foi anteriormente referido e geograficamente as suas coordenadas são: $40^{\circ} 59' 44''$ N $\lambda - 7^{\circ} 44' 36''$ W, meridiano internacional,⁶⁴ como se verifica na Carta Militar Portuguesa (figura 4.2).

⁶³ A fotografia aérea salienta o vale de S. João de Tarouca, onde se encontra implantado o mosteiro cisterciense.

⁶⁴ CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís - A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998-2001. *In* Estudos/Património. Lisboa: IPPAR - Departamento de Estudos. N.º 2. 2002, p. 33-42.

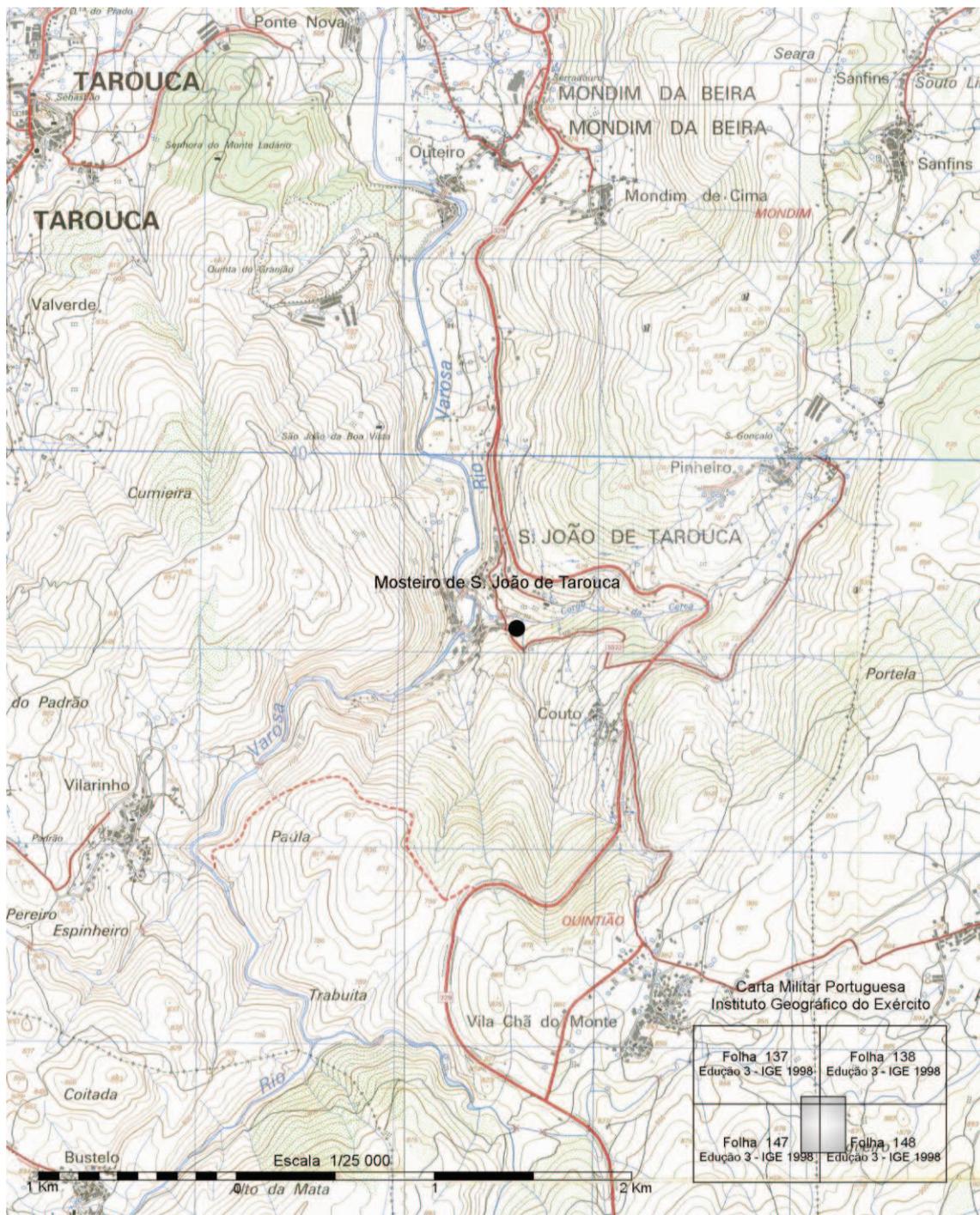


Figura 4.2 – Carta Militar Portuguesa com a localização do Mosteiro São João de Tarouca.⁶⁵

⁶⁵ Esta imagem foi montada pelo autor tendo como base a imagem de Luís Sebastian em: SEBASTIAN, Luís. "Património associado, uma proposta de conceito". In *Estudos/Património*. Lisboa: IPPAR - Departamento de Estudos. n.º 10. 2007, p. 16.

Hidrograficamente o mosteiro localiza-se no cruzamento de duas linhas de água, o Corgo Pinheiro, da Fraga ou Frágua e o Corgo da Cerca ou da Aveleira.

O primeiro ribeiro, de maior caudal, em termos de encaixe topográfico nasce à cota de 835m entre as povoações de Pinheiro e Sever, fluindo de Nordeste para Sudoeste.

O segundo ribeiro resulta de um encaixe topográfico menor. Nasce à cota de 860m, junto à povoação de Vila Chã do Monte e flui de Sul para Norte⁶⁶.

Estes dois Ribeiros unem-se e formam o Corgo ou *Corgo do Mosteiro*⁶⁷, que desagua no Rio Barosa.

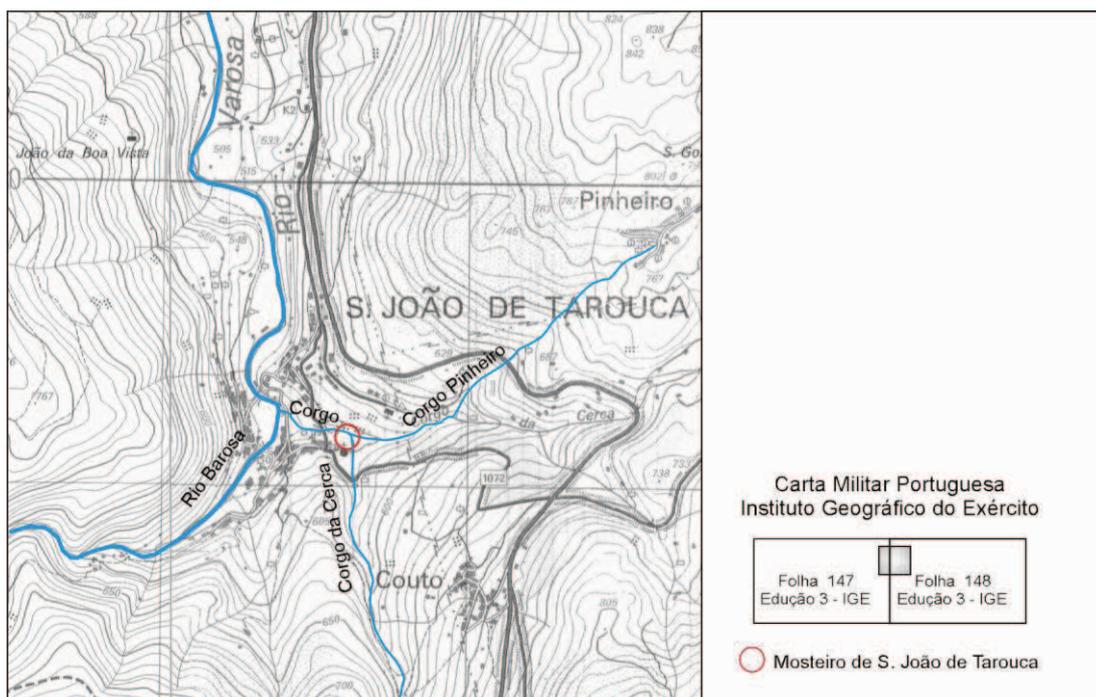


Figura 4.3 - Verifica-se nesta imagem que em termos topográficos existe o vale primacial do Rio Barosa para onde confluem dois vales menores que se interceptam. Estes suportam por

⁶⁶ MARQUES, Catarina A. M. Pontes; Dissertação de Mestrado - Alçado Sul da Igreja do Mosteiro Medieval de São João de Tarouca: caracterização e proveniência dos materiais pétreos; Faculdade de Ciências e Tecnologias; Universidade de Coimbra; Coimbra 2007, pp. 8-9.

⁶⁷ VASCONCELOS, José Leite de - Memórias de Mondim da Beira. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa. 1933, p. 265.

sua vez um sistema de linhas de água que integram a ampla bacia hidrográfica deste principal curso de água.

Geologicamente, a área em estudo insere-se na Zona Centro Ibérica, no maciço de Penedono que se alonga na direcção N60°W. Esta região apresenta “um conjunto de rochas com composição heterogénea”⁶⁸ onde os granitos são predominantes, sendo os principais: os granitos biotípicos e os granitos de duas micas.

Neste território podem ser identificados quatro tipos de granitos⁶⁹: o Granito de Nossa Senhora da Graça; o Granito de Vila Chã; o Granito de Penedono-Salzedas; o Granito de Pedra Alta⁷⁰; e rochas de composição tonalítica⁷¹.

Os Granitos aqui referenciados foram objecto de extracção para a construção do Mosteiro de S. João de Tarouca. As nove pedreiras identificadas localizam-

⁶⁸ MARQUES, Catarina Alexandra; CATARINO, Lídia; SEBASTIAN, Luís - A pedra na construção do Mosteiro de S. João de Tarouca. *In* Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património. Lousada: Câmara Municipal. N.º 4. 2010, p. 140.

⁶⁹ Este enquadramento geológico do Mosteiro encontra-se representado na figura 3.3 da “Dissertação de Mestrado - Alçado Sul da Igreja do Mosteiro Medieval de São João de Tarouca: caracterização e proveniência dos materiais pétreos” (a imagem foi adaptada das Cartas Geológicas de Portugal à escala 1/50 000, Folha nº 14 – A e 14 – B, Lamego e Moimenta da Beira, respectivamente (Teixeira *et al.*, 1969; Ferreira e Sousa, 1994), MARQUES, Catarina A. M. Pontes; Dissertação de Mestrado - Alçado Sul da Igreja do Mosteiro Medieval de São João de Tarouca: caracterização e proveniência dos materiais pétreos; Faculdade de Ciências e Tecnologias; Universidade de Coimbra; Coimbra 2007, p. 10.

⁷⁰ MARQUES, Catarina A. M. Pontes; Dissertação de Mestrado - Alçado Sul da Igreja do Mosteiro Medieval de São João de Tarouca: caracterização e proveniência dos materiais pétreos; Faculdade de Ciências e Tecnologias; Universidade de Coimbra; Coimbra 2007, pp. 9-11.

⁷¹ MARQUES, Catarina Alexandra; CATARINO, Lídia; FIGUEIREDO, Fernando Pedro; SEBASTIAN, Luís - Caracterização dos materiais pétreos do alçado sul da Igreja de S. João de Tarouca. *In* E-Terra, Revista Electrónica de Ciências da Terra-Geosciences On-line Journal. Lisboa: GEOTIC-Sociedade Geológica de Portugal. Volume 16. N.º 15. 2010, p. 2.

se praticamente todas, à excepção de uma (a número 9)⁷², dentro do couto monástico inicial de 1140⁷³.

A figura 4.4 representa os locais de extracção de pedra utilizada no Mosteiro de S. João de Tarouca, estando os pontos numerados por ordem de proximidade. A cada número corresponde uma zona distinta de exploração: 1) S. João de Tarouca, onde se pode encontrar granito de grão fino, incluído no Granito de Penedono-Salzedas; 2) Cerca, também se pode encontrar granito de grão fino, incluído no Granito de Penedono-Salzedas; 3) Santa Catarina, com granito de grão médio insere-se no aspecto do Granito de Vila Chã; 4) Colmeias, a rocha é o granito de grão médio, também pertencente ao Granito de Vila Chã; 5) Mondim, com dois tipos de granito, o granito de grão fino a médio pertencente ao Granito de Pedra Alta, e o granito de grão médio a grosseiro pertencente ao Granito de Sr.^a da Graça; 6) S. João de Boa Vista, com granito de grão fino a médio da zona do Granito de Pedra Alta na passagem para granito de grão médio a grosseiro do Granito de Senhora da Graça; 7) Cascalheira, apresenta granito de grão médio incluído no Granito de Vila Chã; 8) Paúla, granito de grão médio também pertencente ao já referido Granito de Vila Chã⁷⁴.

⁷² A pedreira número nove, que se encontra no Alto do Padrão, não foi explorada para uso da pedra no mosteiro, foi explorada para a construção das casas da aldeia de Teixelo. MARQUES, Catarina Alexandra; CATARINO, Lídia; SEBASTIAN, Luís - A pedra na construção do Mosteiro de S. João de Tarouca. *In* Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património. Lousada: Câmara Municipal. N.º 4. 2010, p. 144.

⁷³ MARQUES, Catarina Alexandra; CATARINO, Lídia; SEBASTIAN, Luís - A pedra na construção do Mosteiro de S. João de Tarouca. *In* Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património. Lousada: Câmara Municipal. N.º 4. 2010, p. 140.

⁷⁴ MARQUES, Catarina Alexandra; CATARINO, Lídia; SEBASTIAN, Luís - A pedra na construção do Mosteiro de S. João de Tarouca. *In* Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património. Lousada: Câmara Municipal. N.º 4. 2010, pp. 140-145.

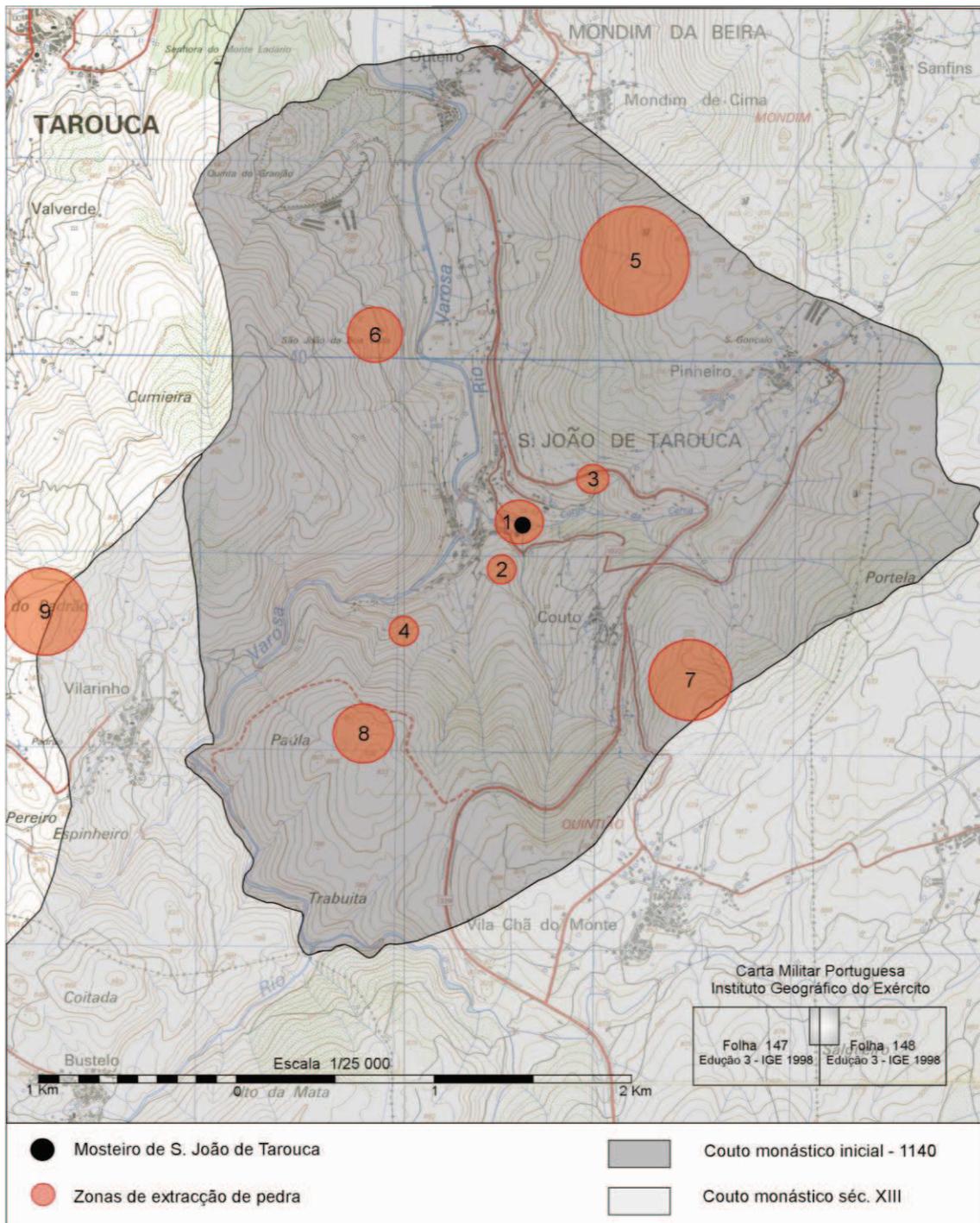


Figura 4.4 – Carta militar com a representação dos pontos de extracção de pedra para a construção do Mosteiro de S. João de Tarouca, à excepção da pedreira nº9 que serviu para a construção as casas da aldeia do Teixelo. Estão também assinalados os coutos monásticos para um melhor entendimento da relação entre o local da extracção da pedra e o mosteiro.⁷⁵

⁷⁵ A representação dos pontos de extracção de pedra nesta carta militar foi possível através da informação fornecida por Luís Sebastian. As pedreiras foram identificadas por Catarina Alexandra Marques, Lídia Catarino e Luís Sebastian MARQUES, Catarina Alexandra; CATARINO, Lídia; SEBASTIAN, Luís - A pedra na construção do Mosteiro de S. João de Tarouca. *In* Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património. Lousada: Câmara Municipal. N.º 4. 2010, p. 141)

Com o surgimento do mosteiro no século XII houve a necessidade de condicionar o meio ambiente às necessidades agrícolas da comunidade monástica, o que provocou um impacto profundo no ecossistema natural, razão pela qual existe uma heterogeneidade paisagística. Esta paisagem não foi só alterada, foi também moldada, através da cultura intensiva, da extracção de plantas daninhas, da formação de socacos, da introdução de sistemas de irrigação, da formação de carreiros e estradas⁷⁶. Estas são algumas das intervenções que ainda hoje se podem observar na paisagem circundante ao mosteiro.

Em 1999 foram feitas algumas sondagens que permitiram uma primeira recolha de sedimentos para a análise palinológica, cujos resultados indicam, em termos gerais, que a vegetação predominante, na altura em que o Mosteiro de S. João de Tarouca foi fundado seria constituída por: Castanheiros; Poáceas; Fabáceas e Pteridófitos⁷⁷. Posteriormente surge o pinheiro bravo, pois no século XII, de acordo com as amostras recolhidas, ainda não estaria presente, apesar da sua forte predominância actual. O sabugueiro, a oliveira e a vinha também foram introduzidos posteriormente à fundação do mosteiro⁷⁸.

⁷⁶ Estas alterações ocorreram ao longo de seiscentos e oitenta anos da história do Mosteiro de S. João de Tarouca, tendo sido acentuada no século XVIII. CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. Dados para o estudo da estratégia de implantação do Mosteiro de S. João de Tarouca. In Estudos/Património. Lisboa: IPPAR. 2005, p. 206.

⁷⁷ "Fetos, representados por esporos monoculares ou triloculares"
CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. Dados para o estudo da estratégia de implantação do Mosteiro de S. João de Tarouca. In Estudos/Património. Lisboa: IPPAR. 2005, p. 209.

⁷⁸ CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. Dados para o estudo da estratégia de implantação do Mosteiro de S. João de Tarouca. In Estudos/Património. Lisboa: IPPAR. 2005, pp. 208-210.

Mais tarde, de acordo com as análises realizadas por Paula Queiróz⁷⁹, dentro da cerca do mosteiro no século XVII foram identificadas: culturas arvenses (como a fava); pomares de fruta, como as castanhas, pinhões, avelãs, nozes⁸⁰, pêssegos, ameixas, cerejas/gingas e framboesas; o medronho foi identificado, mas pode ser de recollecção na área envolvente.

As áreas extramuros correspondem a cultivo extensivo como: vinhas; cereais; olivais e soutos. As charnecas e zonas de vegetação rasteira seriam provavelmente usadas como pastagem. Ainda em zonas de transição, na fronteira entre o campo e o monte, são identificados urzais e matos baixos.

A vegetação natural ou semi-natural em espaços mais remotos, por fraca ou ausência de intervenção humana, seriam o carvalhal, o medronheiro e bosques higrófilos⁸¹.

Actualmente a paisagem envolvente caracteriza-se por uma cobertura arbórea descontínua, onde se identificam o pinheiro bravo, o castanheiro e o carvalho como árvores predominantes, estando a primeira espécie em maioria. A vegetação rasteira é composta sobretudo pela carqueja e a urze⁸².

⁷⁹ Através de estudos Arqueobotânicos no Mosteiro de S. João de Tarouca foram possíveis identificar através de um conjunto de amostras de material vegetal carbonizado, recolhidas na lixeira da cozinha depositadas sobretudo no século XVII, quais as espécies vegetais (madeira carbonizada e diferentes tipos de sementes e frutos), existentes no mosteiro. QUEIROZ, Paula Fernanda; "Estudos Arqueobotânicos no Mosteiro de São João de Tarouca"; Terra Cénica – Território Antigo relatórios; Viseu; 2009.

⁸⁰ Alguns destes frutos podem ter sido recolhidos fora do muro do mosteiro, nas proximidades em espaços menos alterados.

⁸¹ QUEIROZ, Paula Fernanda; "Estudos Arqueobotânicos no Mosteiro de São João de Tarouca"; Terra Cénica – Território Antigo relatórios; Viseu; 2009, p. 25.

⁸² CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. Dados para o estudo da estratégia de implantação do Mosteiro de S. João de Tarouca. In Estudos/Património. Lisboa: IPPAR. 2005, p. 207.

05 | Mosteiro de S. João de Tarouca:

05.1 | Fundação do Mosteiro.

A ordem de Cister foi instituída nos primórdios do condado portugalense consolidando a fixação das populações no reino. A Região do Douro é um exemplo notório dessa iniciativa de D. Afonso Henriques, que em toda essa zona fundou vários mosteiros Cistercienses, nomeadamente o Mosteiro de São João de Tarouca⁸³.

Apesar de existir controvérsia em relação à primeira fundação cisterciense em Portugal, é considerada a Abadia de S. João de Tarouca como a mais provável. A sua origem é uma amálgama de factos, lendas e incoerências, que dificultam especificar a data da sua implantação em Portugal⁸⁴.

Enviados por S. Bernardo, doze⁸⁵ monges cistercienses vêm para Portugal, onde, guiados pelo eremita João Cirita⁸⁶, encontram o local mais vantajoso para se fundar o mosteiro cisterciense. São recebidos por D. Afonso Henriques,

⁸³ ALBUQUERQUE, Amélia: "A vinha e o vinho nos Mosteiros cistercienses do Douro" -CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE EL CISTER, IV – EN PORTUGAL Y EN GALICIA; Actas Tomo I; Ourense; 2009, p. 215.

⁸⁴ ALMEIDA, Fortunato de (1912). "História da Igreja em Portugal" – Volume I, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres; Porto; Portucalense Editora/ Livraria Civilização – Editora, 1967-1971, p. 129).

⁸⁵ Existe controvérsia em relação ao número de monges enviados por S. Bernardo para Portugal, mas a regra era o envio de 12 monges, o mesmo número dos apóstolos (LEROUX-DHUY, Jean-François - Las abadias cistercienses, História e Arquitectura. Paris: Ed. Konemann. 1999, p. 39) e (SEBASTIAN, Luis; CASTRO, Ana Sampaio e - Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca. In Revista de História da Arte. Lisboa: Instituto de História da Arte-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. n.º 4. 2007, p. 146). Vários autores como RODRÍGUEZ, José Inácio de La: "Evolução histórica de Cister no Vale do Douro" -*Cister no Vale do Douro*, Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Porto, Edições Afrontamento, Porto, 1999, pp. 92-93, defendem que foram oito os monges enviados e não doze.

⁸⁶ Frei João Cirita foi nos primórdios o representante da Ordem de Cister em Portugal, introduzindo quatro mosteiros até 1170, nestes está incluído o de S. João de Tarouca – FERNANDES, A. de Almeida. "Acção dos Cistercienses de Tarouca (as granjas nos séculos XII e XIII)", Revista Guimarães, volume nº 83; Guimarães; 1974, p. 15. Frei João Cirita foi também seu Abade de 1140 a 1155, no ano seguinte vai também como Abade para o mosteiro de Salzedas – RODRIGUES, Jorge, PÉREZ, Xosé Carlos Valle. *Arte de Cister em Portugal e Galiza*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998, p.46.

que de acordo com o local escolhido, lhes concede em 1140 o couto de S. João de Tarouca⁸⁷.

Não se sabe ao certo se anteriormente à fundação do Mosteiro de S. João de Tarouca existiria ou não um pequeno cenóbio ou ermitério⁸⁸.

Maria Alegria Fernandes Marques é da opinião que Tarouca não teve ligação ao monacato beneditino propriamente dito. Se a ordem de S. Bento se encontra referida documentalmente é apenas porque Cister não deixa de ser uma reforma dentro desta mesma observância. Deste modo, esta autora é da opinião de que anteriormente à chegada dos monges cistercienses não se seguiria nenhuma regra concreta, mas que existia uma pequena comunidade que levava uma vida eremítica, excluindo a hipótese da existência de um cenóbio.⁸⁹

Este ermitério seria designado por S. João Baptista⁹⁰, razão pela qual o mosteiro é actualmente de invocação a S. João Baptista e não de invocação à virgem⁹¹ como em regra acontecia nas fundações da Ordem de Cister⁹².

⁸⁷ MATOS, Leonor Correia A., *A Ordem de Cister e o Reino de Portugal*. Lisboa: Fundação Lusíada, 1999, pp. 13-14. A doação dos Coutos consta num documento do cartório extractado por A. Brandão.

⁸⁸ “Não se conhecem por enquanto evidências materiais seguras do assentamento do primitivo cenóbio ou ermitério pré-cisterciense. Segundo a tradição estaria localizado na zona da capela de S. Gonçalo, numa implantação sobranceira à do actual mosteiro. Nesse local subsistem alguns silhares de talhe medieval, reutilizados em muros de propriedades, o que por si só não basta para confirmar, de forma objectiva, a tradição.” -TEIXEIRA, Ricardo: “Arqueologia dos espaços cistercienses no Vale do Douro” -*Cister no Vale do Douro*, Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Porto, Edições Afrontamento, Porto, 1999, p. 206.

⁸⁹ MARQUES, Maria Alegria, *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Colibri e Faculdade de Letras de Coimbra, Lisboa, 1998, pp. 40-42.

Este é também um tema que levanta muitas dúvidas, pois não existe documentação suficiente nem evidencias físicas que indiquem se existiria ou onde estaria o assentamento do primitivo cenóbio ou ermitério pré-cisterciense. TEIXEIRA, Ricardo: “Arqueologia dos espaços cistercienses no Vale do Douro” -*Cister no Vale do Douro*, Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Porto, Edições Afrontamento, Porto, 1999, p. 206. “(...) é natural uma pré-existência eremítica, uma vez que vários mosteiros cistercienses foram fundados em locais onde existiam já pequenas comunidades religiosas.” (CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca. *In* *Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património*. Lousada: Câmara Municipal. N.º 3. 2008/2009, p. 118).

⁹⁰ Por possivelmente já existir anteriormente uma comunidade de invocação a S. João Baptista, esta terá posteriormente ingressado na Ordem de Cister, mas mantendo a invocação.

O local de implantação escolhido para a fundação do Mosteiro de S. João de Tarouca reunia todas as condições necessárias para a implantação da ordem: num vale aberto, numa zona longe de alvoroço que permitia o isolamento, a envolvente era ricamente florestada, com água em abundância, terra fértil para o cultivo e pedra acessível e abundante para a construção. Reunidas todas as condições necessárias deu-se início à construção da abadia⁹³.

Em 1154 iniciaram-se as obras de construção da Igreja do Mosteiro de S. João de Tarouca, data inscrita no tímpano original da porta dos monges⁹⁴. O curto espaço de tempo entre a chegada dos monges cistercienses e o início da construção da abadia em S. João pode estar relacionado com a preexistência do ermitério e de uma “optimização de recursos”, através da compra e troca de património, da criação de granjas, e um factor também importante, as doações, que normalmente ocorriam a favor destas ordens religiosas. Estas doações proporcionaram o alargamento do património do mosteiro e conseqüentemente o aumento do poder económico para a construção da Abadia⁹⁵. A sagração da Igreja deu-se em 1169 podendo-se verificar esse facto na inscrição localizada

⁹¹ Devido à devoção de S. Bernardo pela Virgem, em regra os mosteiros cistercienses eram de invocação a Santa Maria.

⁹² FERNANDES, A. de Almeida (1995). *As Dez Freguesias do Concelho de Tarouca – História e Toponímia*, Braga, 1995, p. 217.

⁹³ PAGARÁ, Ana Fátima: “A Igreja de São João de Tarouca no quadro da arquitectura cisterciense primitiva” - COLÓQUIO – “A ORDEM DE CISTER – O TEMPO E O MODO”, S. Pedro do Sul, 1998 – Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões: actas. S. Pedro do Sul, 1998, p. 117.

⁹⁴ O tímpano original da Porta dos monges encontra-se actualmente exposto no interior da igreja.

⁹⁵ Estes pressupostos não comportam documentos suficientes que nos esclareçam dos factos em relação ao curto período de tempo entre a chegada dos monges cistercienses e o início da construção da Igreja do mosteiro de S. João de Tarouca. A inexistência de documentação anterior a 1140 priva-nos de uma série de informação necessária para um maior e melhor entendimento sobre a fundação do mosteiro. A documentação relacionada com o Mosteiro de S. João de Tarouca desapareceu praticamente toda, num incêndio que ocorreu em 1841, no Seminário de Viseu, onde se encontravam guardados após a extinção das ordens religiosas. Actualmente subsistem alguns elementos, como a carta de couto, documentos de compras e escambos que Almeida Fernandes publicou entre 1991 e 1993 em “Taroucae Monumenta Histórica. Livro das doações de Tarouca”, e pouco mais.

junto à porta principal da fachada. A construção dos espaços regulares ocorreu após a construção da igreja, de acordo com o plano tipo das Abadias, estabelecido por S. Bernardo⁹⁶.

Ao longo dos séculos a comunidade do Mosteiro de S. João foi enriquecendo e aumentando o seu património através do apoio régio, da nobreza e da exploração crescente das granjas⁹⁷. Enquanto materialmente os monges engrandeciam, espiritualmente deu-se uma grande crise, não só neste mosteiro como noutras instituições do Clero. Assim, por motivos, entre outros, do não cumprimento da Regra Beneditina, o rei D. João III solicitou ao papa a sua extinção. Esta ocorreu a 26 de Maio de 1555, através de bula papal⁹⁸, que o agregou ao colégio dos Freires de Cristo, em Coimbra. Por ordem de D. Sebastião, a ordem monástica foi restaurada poucos anos depois, em 1560⁹⁹. Nos séculos XVII e XVIII, o Mosteiro de S. João de Tarouca sofreu grandes alterações, a mais expressiva, e que contribuiu para a sua significativa ampliação, foi a construção de um novo dormitório para Norte, do outro lado do Corgo¹⁰⁰.

Em 1834, após a extinção das ordens religiosas em Portugal, é feito um inventário dos bens patrimoniais do mosteiro. Do património que foi registado, à excepção da igreja que foi convertida em igreja paroquial e da biblioteca e

⁹⁶ BRAGA, Ana Fátima: "A Igreja de São João de Tarouca no quadro da arquitectura cisterciense primitiva" - COLÓQUIO – "A ORDEM DE CISTER – O TEMPO E O MODO", S. Pedro do Sul, 1998 – Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões: actas. S. Pedro do Sul, 1998, p. 117.

⁹⁷ FERNANDES, A. de Almeida. "Acção dos Cistercienses de Tarouca (as granjas nos séculos XII e XIII) ", Revista de Guimarães, nº84; Guimarães; 1974, pp. 9-20.

⁹⁸ Foi aprovada a bula pelo Papa Paulo III.

⁹⁹ VASCONCELOS, José Leite de. Memórias de Mondim da Beira. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa. 1933, pp. 361-362.

¹⁰⁰ JORGE, Virgolino Ferreira. "Arquitectura, medida e número na igreja de São João de Tarouca (Portugal)", Cistercium, nº208, pp.431-456; 1997, p. 369.

cartório¹⁰¹, tudo o resto foi vendido em hasta pública. Como consequência da venda do património a particulares e com o objectivo de obterem lucro, as dependências monásticas do século XII e XIII foram desmanteladas na sua totalidade, as dos séculos XVII e XVIII parcialmente, a pedra vendida e reaproveitada para construção. Entretanto deixado ao abandono, o que sobrou do complexo monástico foi invadido pela vegetação, deteriorando o pouco que ficou do desmantelamento. As terras do complexo monástico foram aproveitadas para a produção agrícola¹⁰².

A 13 de Junho de 1956 a igreja do mosteiro é classificada como Monumento Nacional, mas só a 12 de Setembro de 1978 esta distinção foi alargada ao restante complexo monástico¹⁰³. De 1996 a 2007 o Instituto Português do Património Arquitectónico foi, de forma progressiva, adquirindo diversas parcelas do Mosteiro de S. João de Tarouca¹⁰⁴ (ver figura 4.1). Em Abril de 1998 o Mosteiro de S. João de Tarouca foi inserido num amplo projecto de “recuperação e valorização de complexos monásticos cistercienses, por altura

¹⁰¹ A biblioteca e o cartório foram deslocados para o Seminário de Viseu, onde desapareceram com o incêndio de 1841.

¹⁰² SEBASTIAN, Luís; SILVA, Gabriel; COSTA, Agostinho – Mosteiro de S. João de Tarouca, Projecto de Requalificação: 1998-2010. *In Actas do Congresso Património 2010*. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. 2010, pp. 1-2.

¹⁰³ CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 - 2006. *In Actas do Seminário Internacional Tarouca e Cister – Homenagem a Leite de Vasconcelos*. Tarouca: Câmara Municipal. 2006, p. 122.

¹⁰⁴ SEBASTIAN, Luís; SILVA, Gabriel; COSTA, Agostinho – Mosteiro de S. João de Tarouca, Projecto de Requalificação: 1998-2010. *In Actas do Congresso Património 2010*. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. 2010, pp. 3-4.

dos 900 anos da Ordem de Cister¹⁰⁵. Nesse mesmo ano deu-se início à intervenção arqueológica¹⁰⁶ no mosteiro.

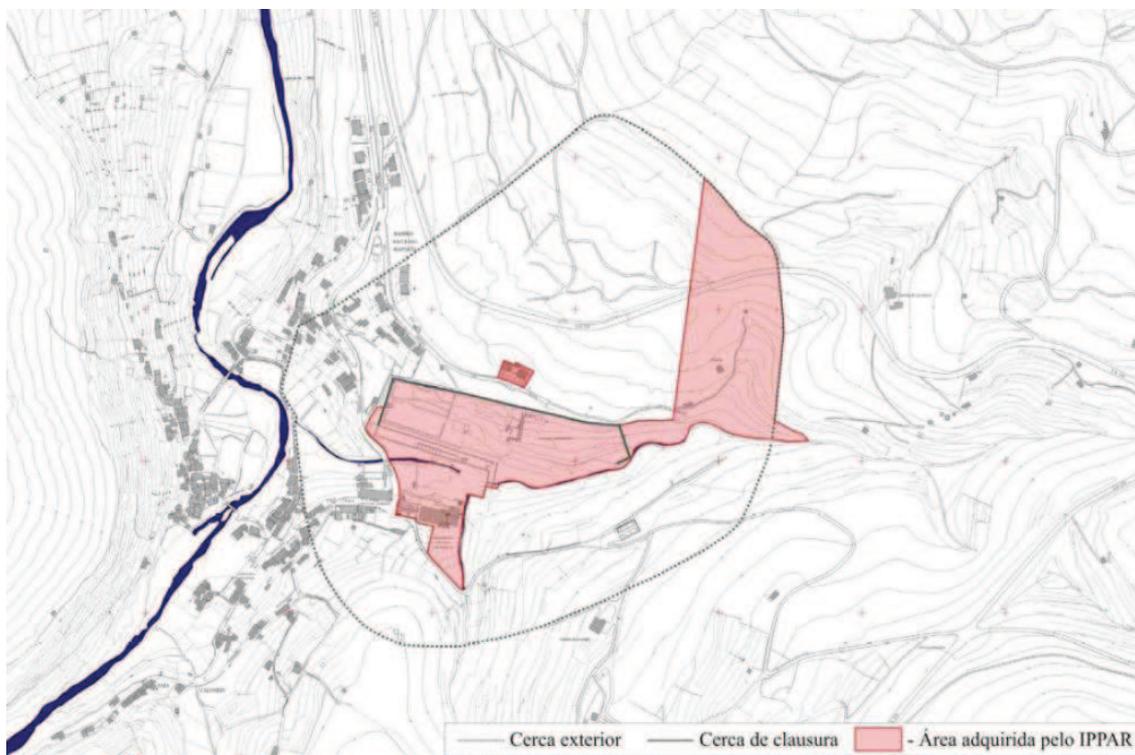


Figura 5.1.1- Área monástica obtida pelo Instituto Português do Património Arquitectónico entre 1996 e 2007 (Luís Sebastian)¹⁰⁷.

¹⁰⁵ Excerto retirado: Classificação em 1956 pelo Decreto-Lei nº 40.684, DG 146. A classificação de 1978 pelo Decreto-Lei nº 95/78, DR 210. CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998-2001. *In Estudos/Património*. Lisboa: IPPAR – Departamento de Estudos. N.º 2. 2002, p. 36.

¹⁰⁶ As instituições a que o mosteiro esteve ligado: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN); Instituto Português do Património Cultural (IPPC); Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e desde 2007, Direcção Regional da Cultura do Norte.

¹⁰⁷ Imagem retirada de: SEBASTIAN, Luís; SILVA, Gabriel; COSTA, Agostinho – Mosteiro de S. João de Tarouca, Projecto de Requalificação: 1998-2010. *In Actas do Congresso Património 2010*. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. 2010, p. 4.

05 | Mosteiro de S. João de Tarouca.

05.2 | Implantação do Mosteiro – As Granjas

De acordo com o “ideal” de vida cisterciense, a escolha do local para a implantação do mosteiro era um factor muito importante¹⁰⁸.

O local de implantação devia ser adequado ao modo de vida da Ordem, devendo reunir uma série de condições específicas que respondessem aos critérios prescritos pela regra. Eram muito importantes as características físicas mas também as espirituais. Para que a conjugação do local com o espiritual permitisse que o modo de vida fosse realizado de acordo com a Regra de S. Bento, modo de vida este que se caracterizava principalmente pela divisão do dia em oração e trabalho de acordo com o lema *ora et labora*, o local devia ser ricamente florestado, os terrenos deviam ser férteis, ricos em pedra e água¹⁰⁹. A busca pelo silêncio, pobreza, ascetismo e a contemplação eram factores espirituais determinantes nas exigências da escolha do lugar. Estas condições reflectiam-se também na arquitectura e na forma como o mosteiro era

¹⁰⁸ Para que se pudesse fundar um mosteiro, era necessária a aprovação dos Capítulos Gerais da Ordem, que se reuniam em Cister anualmente, com o intuito de discutirem e estarem a par das necessidades e comportamento dos mosteiros e suas comunidades. A localização de cada mosteiro teria que obedecer a uma série de exigências preconizadas pelos cistercienses, havia uma rigidez estabelecida em relação aos critérios para a escolha da sua localização e eram também estabelecidas as regras comportamentais que as comunidades teriam de respeitar. MARQUES, Catarina A. M. Pontes. “Alçado Sul da Igreja do Mosteiro Medieval de São João de Tarouca: caracterização e proveniência dos materiais pétreos”; Faculdade de Ciências e Tecnologias; Universidade de Coimbra; Coimbra 2007, p. 12.

¹⁰⁹ JORGE, Virgolino Ferreira: “O programa funcional do Mosteiro Cisterciense” -COLÓQUIO – “A ORDEM DE CISTER- O TEMPO E O MODO”, S. Pedro do Sul, 1998 – Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões: actas. S. Pedro do Sul, 1998, p. 125.

concebido¹¹⁰, “O espaço monástico é assim o reflexo de um ideal, de uma visão do mundo, de um sistema de valores que tudo organiza e modela”¹¹¹.

Todos estes requisitos tinham um único objectivo, uma maior proximidade e devoção a Deus através da busca de humildade de vida, da pureza e autenticidade¹¹².

Apesar de todas as exigências quanto ao local para a fundação do mosteiro, os lugares escolhidos eram lugares desertos e inóspitos, que transformavam em autênticos paraísos, através do árduo trabalho de aproveitamento e transformação da envolvente em locais de cultivo. O mosteiro tirava máximo partido dos recursos locais através da utilização das águas para regadio, para consumo, mas também para a higiene¹¹³.

Por vezes os monges, devido à experiência e ao evolutivo conhecimento das particularidades dos terrenos, trocavam o lugar de implantação inicial por outro mais propício, mesmo que ainda nas imediações, com o objectivo de obter um maior aproveitamento das suas potencialidades¹¹⁴.

A implantação do mosteiro ocorria de preferência em vales, no cruzamento de cursos de água. A orografia não representava problema insolúvel, pois eram mestres na adaptação, independentemente das condições adversas que lhes

¹¹⁰ MARTINS, Ana Maria Tavares: “As Beiras Berço de Cister em Portugal: marcas de 9 séculos de arquitectura” - CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE EL CISTER, IV – EN PORTUGAL Y EN GALICIA; Actas Tomo II; Ourense; 2009, p. 887.

¹¹¹ Citação de MARTINS, Ana Maria Tavares: “As Beiras Berço de Cister em Portugal: marcas de 9 séculos de arquitectura” - CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE EL CISTER, IV – EN PORTUGAL Y EN GALICIA; Actas Tomo II; Ourense; 2009, p. 887.

¹¹² CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998-2001. *In* Estudos/Património. Lisboa: IPPAR - Departamento de Estudos. N.º 2. 2002, pp. 37-38.

¹¹³ MARTINS, Ana Maria Tavares: “As Beiras Berço de Cister em Portugal: marcas de 9 séculos de arquitectura” - CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE EL CISTER, IV – EN PORTUGAL Y EN GALICIA; Actas Tomo II; Ourense; 2009, pp. 888-889.

¹¹⁴ AMADO, Miguel António Reis. “Reconstituição do mosteiro medieval de Santa Maria de Salzedas”; Universidade de Coimbra; 2007, pp. 19-20.

surgissem. Normalmente o cultivo e a transformação da paisagem eram feitos através de socacos, que facilitavam o cultivo, os acessos e o sistema de rega¹¹⁵.

Os locais de implantação tinham como base de referência Claraval, em que eram não só importantes a arquitectura do mosteiro e a sua ligação territorial, como eram também as vertentes cultural e civilizacional, com o objectivo de um desenvolvimento económico e populacional¹¹⁶.

Como a regra de S. Bento dava grande importância à auto-suficiência, o trabalho manual era fundamental no lema e espiritualidade cistercienses. Assim, para além de ser uma forma de sobrevivência, era também uma forma de combater o ócio nos tempos em que não estavam em oração. Os monges davam grande importância ao cultivo da terra, apesar de a oração ter o papel mais importante e preencher a maior parte do tempo da vida monástica. Para além do objectivo de se manterem ocupados e da auto-suficiência, o cultivo das terras era um meio de desenvolvimento económico e populacional da envolvente ao mosteiro e da região¹¹⁷.

Com o crescente desenvolvimento de terras para cultivo e com o reduzido número de monges por mosteiro, houve a necessidade de introduzir na vida monástica os irmãos leigos ou “Conversos”¹¹⁸. Os conversos também residiam

¹¹⁵ MARTINS, Ana Maria Tavares: “As Beiras Berço de Cister em Portugal: marcas de 9 séculos de arquitectura” - CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE EL CISTER, IV – EN PORTUGAL Y EN GALICIA; Actas Tomo II; Ourense; 2009, p. 890.

¹¹⁶ RODRIGUES, Jorge, Pérez, Xosé Carlos Valle. *Arte de Cister em Portugal e Galiza*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998, p. 235.

¹¹⁷ MATOS, Leonor Correia. *A Ordem de Cister e o Reino de Portugal*. Lisboa: Fundação Lusíada, 1999, p. 15.

¹¹⁸ Os irmãos conversos ou leigos eram pessoas do povo, admitidas para se ocuparem dos trabalhos quotidianos, rurais e artesanais dos monges. Estes, apesar de habitarem também no mosteiro (em áreas distintas), não poderiam tornar-se monges, participando nos ofícios divinos, mas sempre nos locais a eles destinados (tinham o seu próprio coro). ALBUQUERQUE, Amélia. CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE EL CISTER, IV – EN PORTUGAL Y EN GALICIA; Actas Tomo I; Ourense; 2009, p. 217.

no mosteiro e participavam nos ofícios divinos, faziam a ligação entre mundo interior e o mundo exterior ao mosteiro¹¹⁹, mas fundamentalmente ajudavam no cultivo dos campos, para que os monges tivessem disponibilidade para se dedicarem mais à oração e liturgia. Diferente do que tinha sido a vida monástica no início da Ordem de Cister, o lema *ora et labora* manteve-se, mas o trabalho tinha um cariz mais intelectual do que manual¹²⁰.



Figura 5.2.1 – Fotografia do vale de S. João de Tarouca.

“Num mundo de ruído, confuso e conflito, é necessário que existam lugares como este: lugares de silêncio, disciplina interior e paz. Não na paz da comodidade, mas sim a da claridade interior e do amor, fundamentado no seguimento total de Jesus Cristo”¹²¹.

José Luís dos Santos Farinha.

¹¹⁹ MATOS, Leonor Correia. A Ordem de Cister e o Reino de Portugal. Lisboa: Fundação Lusíada, 1999, p. 17.

¹²⁰ ALBUQUERQUE, Amélia: “A vinha e o vinho nos Mosteiros Cistercienses do Douro” -CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE EL CISTER, IV – EN PORTUGAL Y EN GALICIA; Actas Tomo I; Ourense; 2009, p. 217.

¹²¹ Citação: FARINHA, José Luís dos Santos. Buscadores de Deus - No Caminho Cisterciense; Prior Velho; Paulinas Editora; 2006, p. 15.

O Mosteiro de S. João de Tarouca, de acordo com os princípios estabelecidos pela Ordem de Cister, está implantado numa zona adequada ao seu estilo de vida. Localiza-se numa Vale fértil, com fácil acesso a água e longe das cidades e locais com grande alvoroço, permitindo o isolamento para introspecção e meditação característicos da Ordem¹²².

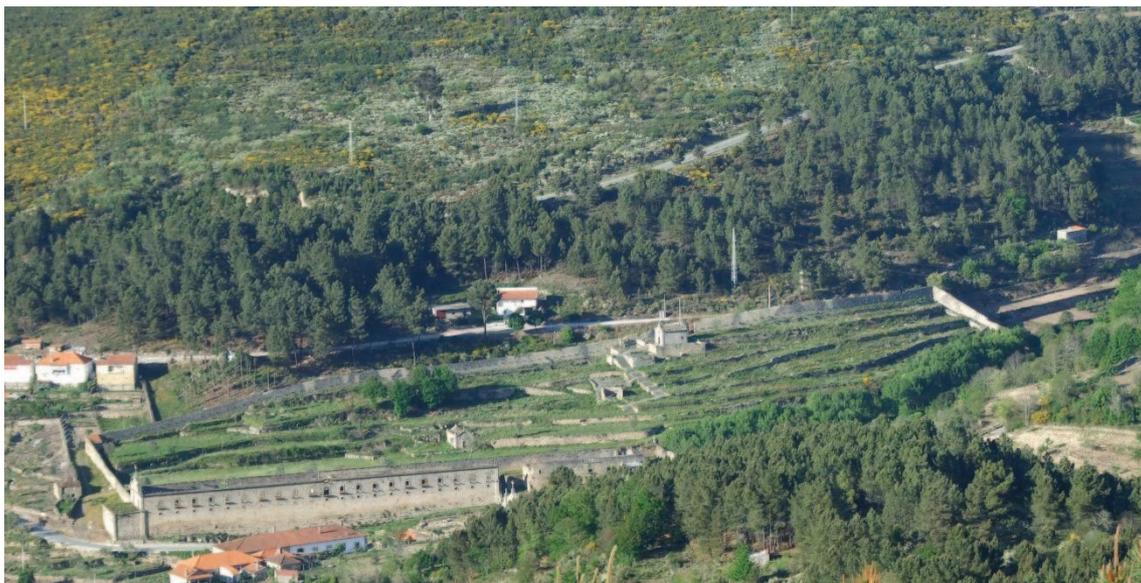


Figura 5.2.2 – Fotografia do Mosteiro de S. João de Tarouca. Os monges Bernardos “Estabeleceram-se num pequeno vale, fértil e aprazível, cavado, quase a prumo, entre serras alpestres, na junção de dois corgos”¹²³.

“A sua implantação corresponde a normas rígidas em termos biogeográficos, pedológicos e geomorfológicos (...)”¹²⁴. Assim, tendo em conta estes factores, o mosteiro está implantado numa zona dotada de terrenos férteis e agricultáveis, que possibilitavam o uso pecuário e florestal, favorecido de

¹²² CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca. *In* Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património. Lousada: Câmara Municipal. N.º 3. 2008/2009, p. 119.

¹²³ Citação de MOREIRA, Vasco. Monografia do Concelho de Tarouca. Viseu: Tipografia de "Jornal da Beira". 1924, p. 54.

¹²⁴ CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998-2001. *In* Estudos/Património. Lisboa: IPPAR - Departamento de Estudos. N.º 2. 2002, p. 37.

matérias-primas como a madeira e a pedra, sendo um local abundante em recursos hídricos.¹²⁵

Devido à grande importância dada à necessidade de recursos hídricos, o mosteiro foi construído sobre o cruzamento de duas linhas de água, forma de implantação característica do período medieval, que tinha como objectivo um maior e melhor aproveitamento das mesmas¹²⁶.

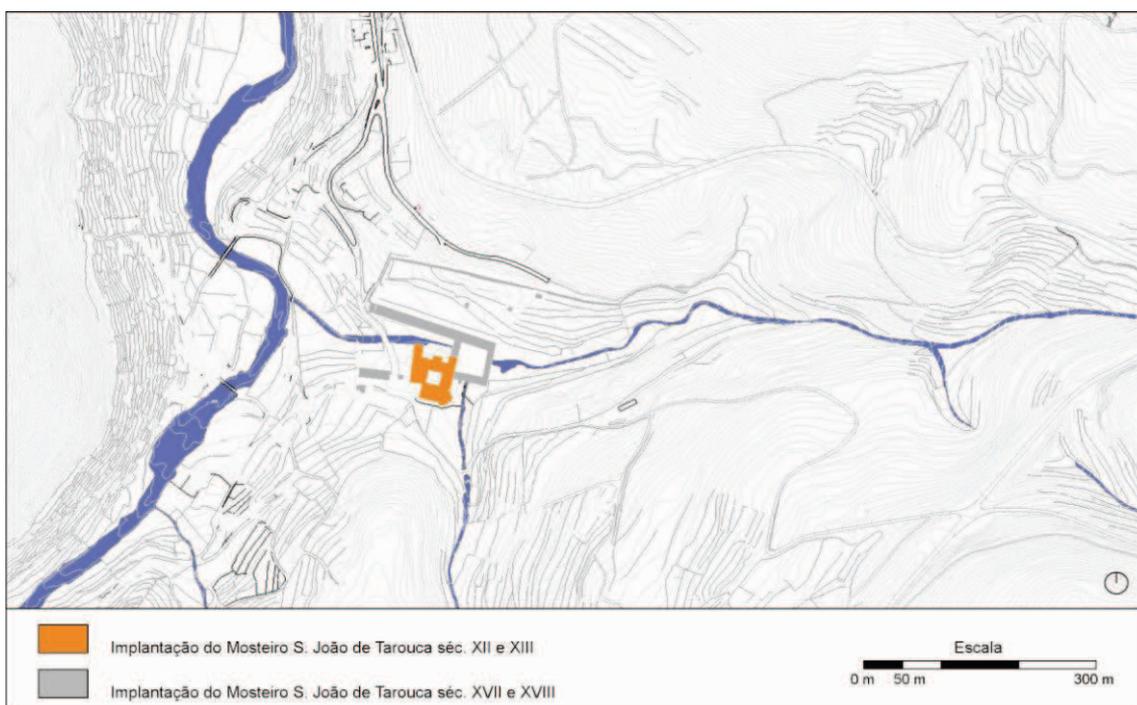


Figura 5.2.3 – Implantação do complexo medieval do Mosteiro de S. João de Tarouca.

“...os padres bernardos procuravam normalmente a travessia dos edifícios por linhas de água com alguma força de corrente, tendo em vista o respectivo aproveitamento hidráulico e um melhor cuidado das condições de higiene”¹²⁷.

¹²⁵ CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca. *In* Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património. Lousada: Câmara Municipal. N.º 3. 2008/2009, p. 119.

¹²⁶ CASTRO, Ana Sampaio; SEBASTIAN, Luís. TAROUCA E CISTER: HOMENAGEM A LEITE DE VASCONCELOS – Actas. Tarouca, Novembro 2006, p. 125.

¹²⁷ Citação de Maria Alegria Fernandes Marques. AMADO, Miguel António Reis. “Reconstituição do mosteiro medieval de Santa Maria de Salzedas”; Universidade de Coimbra; 2007, p. 20.

O mosteiro foi construído por cima do Corgo da Cerca e do Corgo do Pinheiro, que juntos formam o Corgo que desagua no Barosa. Esta proximidade ao Rio Barosa trouxe vantagens piscatórias e comerciais¹²⁸.

A implantação do mosteiro está feita de forma escalonada, devido à inclinação do terreno de Sul para Norte em direcção às linhas de água. Para se tirar o máximo partido das mesmas houve a necessidade de adaptar o mosteiro à topografia. A Igreja mais a Sul encontra-se num patamar mais elevado, enquanto o complexo monástico que cresce em direcção às linhas de água, de Sul para Norte, encontra-se num patamar abaixo. Como era característico na aplicação da planta tipo cisterciense, o seu assentamento fazia-se de forma flexível, possibilitando no caso do Mosteiro de S. João de Tarouca a sua utilização de forma invertida em relação, por exemplo, ao Mosteiro de Fontenay, ou seja, mantendo a orientação a oriente da capela-mor, o mosteiro em vez de se desenvolver de Norte para Sul, desenvolve-se de Sul para Norte¹²⁹.

O mosteiro cisterciense era virado para o seu interior, os monges viviam num regime de clausura absoluta, assim, o mosteiro era concebido de forma a ter o indispensável no seu interior¹³⁰.

¹²⁸ CASTRO, Ana Sampaio; SEBASTIAN, Luís. TAROUCA E CISTER: HOMENAGEM A LEITE DE VASCONCELOS – Actas. Tarouca, Novembro 2006, p. 125.

¹²⁹ CASTRO, Ana Sampaio; SEBASTIAN, Luís. TAROUCA E CISTER: HOMENAGEM A LEITE DE VASCONCELOS – Actas. Tarouca, Novembro 2006, p. 126.

¹³⁰ MARTINS, Ana Maria Tavares: “As Beiras Berço de Cister em Portugal: marcas de 9 séculos de arquitectura” - CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE EL CISTER, IV – EN PORTUGAL Y EN GALICIA; Actas Tomo II; Ourense; 2009, pp. 885-889.

“Se possível for, deve o mosteiro ser construído de forma a ter de portas a dentro tudo o necessário, a saber: água, moinho, horta, oficinas onde se exerçam os diversos ofícios, para que os monges não tenham necessidade de andar lá por fora, o que não é nada conveniente para as suas almas”.¹³¹

S. Bento

Todos estes cuidados e requisitos eram fruto de uma necessidade de auto-suficiência originada pelo isolamento a que estavam obrigados.

Apesar da distância das cidades e do reboliço, como foi referido, o mosteiro foi fundado próximo de uma pequena povoação já existente¹³² do lado esquerdo do Rio Barosa com o nome de S. João. Esta pequena povoação foi crescendo depois da construção do mosteiro, e mais tarde, no século XIV, expandiu-se para o lado direito do rio a que se deu o nome de Burgo de S. Brás¹³³. S. João de Tarouca e o Burgo¹³⁴ eram unidos por uma ponte românica, existente no fundo do vale¹³⁵.

¹³¹ MARTINS, Ana Maria Tavares: Beiras Berço de Cister em Portugal: marcas de 9 séculos de arquitectura” - CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE EL CISTER, IV – EN PORTUGAL Y EN GALICIA; Actas Tomo I-II; Ourense; 2009, p. 887.

¹³² Como já foi referido anteriormente, em Portugal os locais escolhidos para a fundação de mosteiros cistercienses eram muitas vezes onde já preexistiam comunidades eremíticas, que mudavam de observância, o que leva a pensar que muito do sucesso da Ordem de Cister em Portugal se deva a estas filiações. AMADO, Miguel António Reis. “Reconstituição do mosteiro medieval de Santa Maria de Salzedas”; Universidade de Coimbra; 2007, pp. 19-20. Estas comunidades preexistentes eram muitas das vezes factores de fixação de população, razão pela qual possivelmente nesses locais fosse também vulgar preexistissem pequenos povoados.

¹³³ MOREIRA, Vasco. Monografia do Concelho de Tarouca. Viseu: Tipografia de "Jornal da Beira". 1924, pp. 140-142. VASCONCELOS, José Leite de. Memórias de Mondim da Beira. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa. 1933, pp. 176-178.

¹³⁴ Burgo vem de burgueses. MOREIRA, Vasco. Monografia do Concelho de Tarouca. Viseu: Tipografia de "Jornal da Beira". 1924, p. 140. “Na idade média, em volta de um convento, de uma catedral, de um castelo, ia pouco a pouco, por necessidades da vida económica, estabelecendo-se muitas vezes um casario, que com o tempo aumentava e adquiria certa importância, a isto chamava-se burgo.” Citação de VASCONCELOS, José Leite de. Memórias de Mondim da Beira. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa. 1933, p. 140.

¹³⁵ MOREIRA, Vasco. Monografia do Concelho de Tarouca. Viseu: Tipografia de "Jornal da Beira". 1924, p. 20.

Esta excepção em relação à distância de povoados pode estar relacionada com a necessidade de recursos humanos, pois podemos verificar que havia por parte dos monges Bernardos um interesse de expansão económica e territorial. Esta expansão tinha como principal suporte um sistema económico baseado na agricultura¹³⁶. Assim houve, associada à expansão territorial e com o intuito de uma expansão económica através da agricultura, a criação de Granjas¹³⁷.

O crescimento territorial verificou-se através de várias compras, trocas e doações de propriedades, que contribuíram para o aumento do poder económico do mosteiro.

Outro factor que também contribui para um aumento económico e de poder do mosteiro é o aumento do couto monástico. No caso em estudo, o mosteiro recebeu em 1140 por doação régia, uma área de couto relativamente reduzida, sendo os seus limites alargados em data incerta já no século XIII,¹³⁸ abrangendo desta feita várias povoações. Este aumento veio possibilitar um visível crescimento económico, principalmente nos séculos XIII e XIV¹³⁹.

¹³⁶ CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca. *In* Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património. Lousada: Câmara Municipal. N.º 3. 2008/2009, p. 119.

¹³⁷ "A "granja" é por excelência, a empresa agrícola e dêmica dos monges de Claraval". Citação FERNANDES, A. de Almeida. "Acção dos Cistercienses de Tarouca (as granjas nos séculos XII e XIII)", Revista de Guimarães, volume nº83; Guimarães; 1974, p. 17. Em 1163 são consideradas escolas agrícolas através de confirmação Papal. FERNANDES, A. de Almeida. "Acção dos Cistercienses de Tarouca (as granjas nos séculos XII e XIII)", Revista de Guimarães, volume nº83; Guimarães; 1974, pp. 19-20.

¹³⁸ Dentro dos limites do couto o mosteiro exercia jurisdição sobre a terra e os indivíduos que as povoavam e lá trabalhavam, as propriedades podem ou ser do mosteiro, mas os proprietários de terras dentro do couto, é obrigado a pagar ao mosteiro um imposto. SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e. Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca. *In* Revista de História da Arte. Lisboa: Instituto de História da Arte-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. N.º 4. 2007, p. 143-144. – RODRÍGUEZ, Inácio de La Torre: "A visão cisterciense do trabalho" - *Cister no Vale do Douro*, Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Porto, Edições Afrontamento, Porto, 1999, p. 143.

¹³⁹ CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca. *In* Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património. Lousada: Câmara Municipal. N.º 3. 2008/2009, p. 119.

Como é visível na figura 5.2.4, o couto monástico em 1140 era muito reduzido¹⁴⁰, pois havia por parte da nobreza e da realeza¹⁴¹ um grande desinteresse, o que não foi benéfico para o crescimento territorial do mosteiro. Numa primeira fase o crescimento patrimonial do mosteiro deveu-se a um esforço interno de compras e trocas, sendo que numa segunda fase este mesmo crescimento patrimonial proporcionou-se através de ajuda e de doações de testamentos que aumentaram significativamente. Estas doações foram feitas por patronos do mosteiro e pela população das redondezas, que começaram a ganhar mais confiança neste mosteiro e Ordem, tornando-se muito mais generosos¹⁴², como resultado houve um aumento territorial que possibilitou o crescimento económico do mosteiro¹⁴³.

Apesar de não terem um controlo absoluto das terras da envolvente do mosteiro, tinham o poder jurisdicional, o que possibilitava a expansão económica, factor igualmente relevante na escolha da implantação dos mosteiros cistercienses¹⁴⁴.

¹⁴⁰ O mosteiro de S. João de Tarouca não suscitou no início grande interesse por parte da nobreza da região, nem por parte do Rei, uma vez que os coutos por ele cedidos foram muito reduzidos, "Basta a pequenez do couto inicial, concedido em 1140: DR 178". Assim o início do seu desenvolvimento é praticamente todo mérito dos recursos da própria Ordem de Cister. Verifica-se no seu primeiro século através das aquisições feitas pelo mosteiro, não há doações só propriedades compradas. FERNANDES, A. de Almeida. "Acção dos Cistercienses de Tarouca (as granjas nos séculos XII e XIII)", Revista de Guimarães, volume nº83; Guimarães; 1974, p. 13.

¹⁴¹ Devido ao desinteresse Real pela Ordem de Cister, os coutos iniciais do mosteiro de S. João de Tarouca eram dos mais pequenos do país. FERNANDES, A. de Almeida. "Acção dos Cistercienses de Tarouca (as granjas nos séculos XII e XIII)", Revista de Guimarães, volume nº84; Guimarães; 1974, p. 10.

¹⁴² RODRÍGUEZ, Inácio de La Torre: "A visão cisterciense do trabalho" - *Cister no Vale do Douro*, Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Porto, Edições Afrontamento, Porto, 1999, p. 144.

¹⁴³ CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca. *In Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património*. Lousada: Câmara Municipal. N.º 3. 2008/2009, p. 119.

¹⁴⁴ CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca. *In Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património*. Lousada: Câmara Municipal. N.º 3. 2008/2009, p. 119.

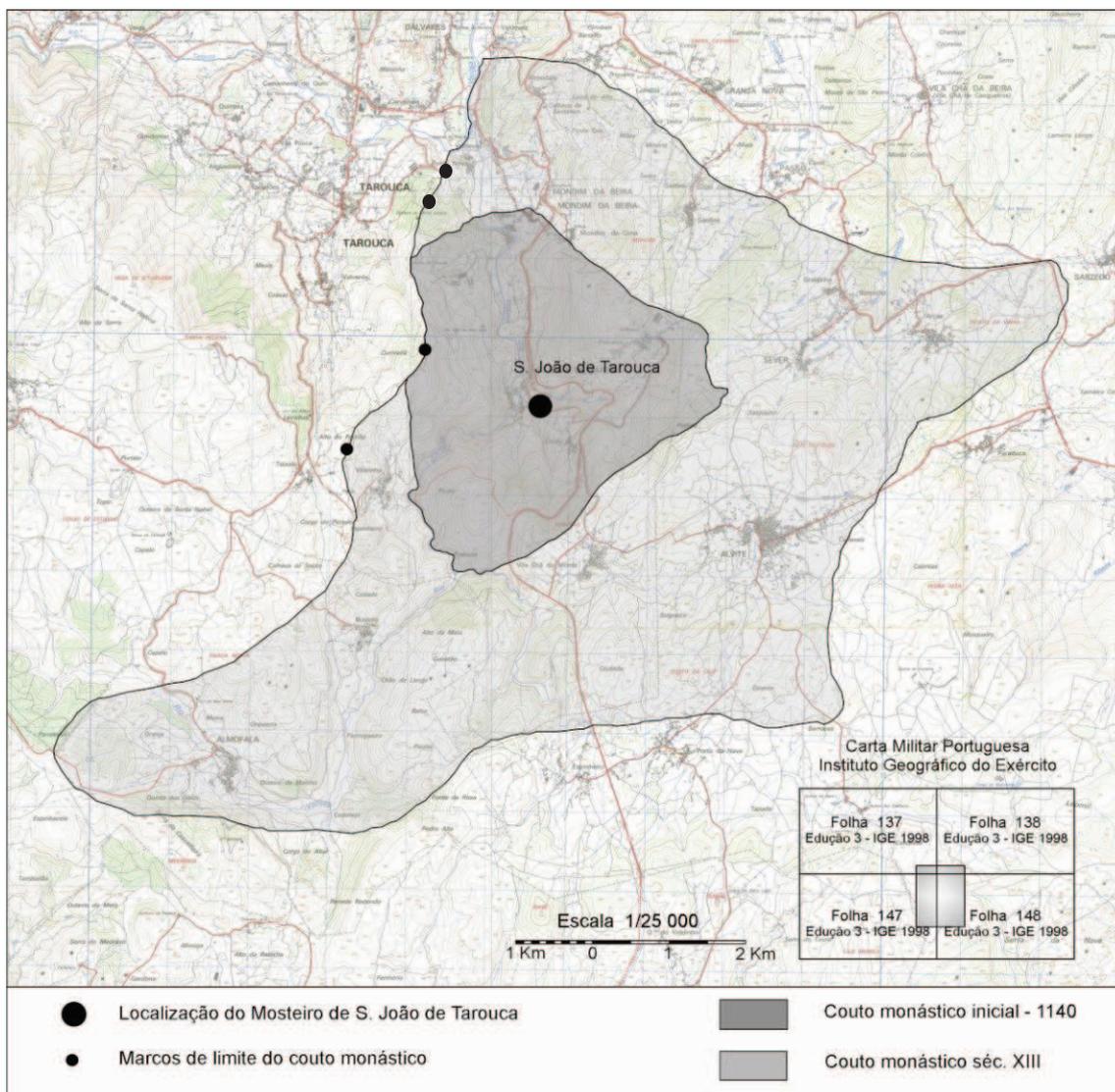


Figura 5.2.4 – Representação do couto do Mosteiro de S. João de Tarouca: Couto primitivo 1140; ampliação do Couto desde a 2ª metade do século XIII até ao século XVI.¹⁴⁵

Os limites do couto inicial de 1140 encontram-se definidos na carta de couto: “ao Oriente, pela fonte e, daí, pela estrada de Paredes Secas, conforme correm as águas do monte do Souto Redondo e conforme divide com Vila Chã, água

¹⁴⁵ A representação dos limites do couto monástico foi possível através da figura de (Ana Castro) em: Luís; SILVA, Gabriel; COSTA, Agostinho - Mosteiro de S. João de Tarouca, Projecto de Requalificação: 1998-2010. In Actas do Congresso Património 2010. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. 2010, p. 23. Os marcos de limite de couto na figura de (Ana Castro) em: CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca. In Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património. Lousada: Câmara Municipal. N.º 3. 2008/2009, p. 125.

corrente para o couto; e daí à foz de *Travita* e daí, pelo cume do monte *Fifineira* e pelo Carvalho da Prova; daí, por onde entra o fontão no Barosa e, daí, pelo outeiro da Armada; e daí pelo monte de Pinheiro, até à fonte onde principiamos”¹³.¹⁴⁶

Assim, a Oriente o couto era delimitado por uma fonte, “fontem de *Secelea*”¹⁴⁷. Daqui o limite seguia por Este até ao Sul, cujo limite era a Nascente do corgo Pinheiro, denominada por “*focem de Travuita*”¹⁴⁸, que pertencia à povoação de Pinheiro. Entre esta fonte e a que existe a Oriente os limites físicos do couto encontravam-se definidos pela estrada de Paredes Secas¹⁴⁹, que se situava entre Sanfins e Pinheiro. A estrada de Sanfins determinaria o limite Este¹⁵⁰. Outros limites eram o Couto e cumeadas do monte Souto Redondo, ficando excluída a Vila Chã do Monte que existia do outro lado. As cumeadas seguiam em direcção ao Rio Barosa, que terminava na intersecção do afluente Travuita.

¹⁴⁶ Tradução de Maria Alegria Marques (1998:68) em: CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca. *In* Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património. Lousada: Câmara Municipal. N.º 3. 2008/2009, p. 123.

¹⁴⁷ Segundo Almeida Fernandes em: CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca. *In* Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património. Lousada: Câmara Municipal. N.º 3. 2008/2009, pp. 122-123.

¹⁴⁸ O afluente Travuita que vem do lado da Vila Chã do Monte perdeu o nome, mas, mantém-se ainda nesta zona de confluência com o Rio Barosa. FERNANDES, A. de Almeida. “Acção dos Cistercienses de Tarouca (as granjas nos séculos XII e XIII)”, *Revista de Guimarães*, volume nº84; Guimarães; 1974, p. 11.

¹⁴⁹ Paredes Secas, topónimo também desaparecido e que Almeida Fernandes (Ob. Cit.:76) julga tratar-se de uma “velha via de Mondim para Alvite”, sendo este local situado próximo de Alvite, apesar de nas notas finais da sua publicação *Acção dos Cistercienses de Tarouca* (Ob. Cit.:337-338) refutar esta sua interpretação afirmando que Paredes Secas se deverá situar entre Sanfins e Pinheiro, colocando a hipótese deste topónimo se referir directamente aos “muros do castro”¹⁵ que faz fronteira entre a freguesia de Mondim da Beira e lugar de Sanfins. CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca. *In* Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património. Lousada: Câmara Municipal. N.º 3. 2008/2009, p. 123.

¹⁵⁰ A Este “Conforme correm as águas do monte do Souto Redondo e conforme divide com Vila Chã, água corrente para o couto”, este limite deve corresponder às cumeadas dos actuais Quintiã e da Cascalheira, onde a Sul está implantada Vila Chã, ficando já fora do couto monástico. CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca. *In* Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património. Lousada: Câmara Municipal. N.º 3. 2008/2009, p. 123.

Neste percurso encontravam-se inseridas as povoações de Brufe e Granjão¹⁵¹, que também faziam parte do couto inicial¹⁵².

Transposto o limite do rio Barosa de Sul para Oeste “pelo cume do monte *Fifineira*¹⁵³ e pelo Carvalho da Prova”¹⁵⁴, ficava definido mais um limite, que se estendia pela actual cumeeira ou Monte Corvo, fechando a Norte no “*fontão no Barosa*”¹⁵⁵.

A Norte e a Nordeste os limites do couto definiam-se pelo “frontão no Barosa”¹⁵⁶, ou seja, na transposição do rio Varosa, que toponimicamente se refere “a uma pequena linha de água, existindo em Mondim da Beira duas, ambas situadas na margem esquerda do rio”¹⁵⁷ e daqui pelo “outeiro da Armada”, que actualmente se denomina por Outeiro, definiam o limite Norte. Por último, a Noroeste da localidade de Pinheiro, desenhava-se a última etapa

¹⁵¹ Granjão era uma das granjas que pertencia ao mosteiro, localizada a Sudeste do monte Ladário. CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca. *In* Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património. Lousada: Câmara Municipal. N.º 3. 2008/2009, p. 125.

¹⁵² Resumidamente, este couto era delimitado pelas actuais povoações de S. João de Tarouca, pela povoação de Pinheiro e do Couto. FERNANDES, A. de Almeida. "Acção dos Cistercienses de Tarouca (as granjas nos séculos XII e XIII)", Revista de Guimarães, volume nº84; Guimarães; 1974, pp. 9-12.

¹⁵³ É o actual monte Ladário - CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca. *In* Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património. Lousada: Câmara Municipal. N.º 3. 2008/2009, p. 124.

¹⁵⁴ CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca. *In* Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património. Lousada: Câmara Municipal. N.º 3. 2008/2009, p. 123.

¹⁵⁵ CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca. *In* Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património. Lousada: Câmara Municipal. N.º 3. 2008/2009, p. 125.

¹⁵⁶ “daí, por onde entra o fontão no Barosa e, daí, pelo outeiro da Armada; e daí pelo monte de Pinheiro, até à fonte onde principiamos”. - CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca. *In* Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património. Lousada: Câmara Municipal. N.º 3. 2008/2009, p. 123.

¹⁵⁷ CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca. *In* Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património. Lousada: Câmara Municipal. N.º 3. 2008/2009, p. 125.

que vem pelo cume do monte, sendo os seus limites constituídos pelas cumeeiras.¹⁵⁸

Os limites dos coutos do Mosteiro de S. João de Tarouca foram aumentados na segunda metade do século XIII, sendo que já no século XVI os limites do couto abrangiam as freguesias de Almofala e Alvite; freguesia de Mondim da Beira; Freguesia de S. João de Tarouca e de Sever; Arcas e o lugar de Sanfins, da de Paçô. A primeira ampliação foi a Vila Chã do Monte, posteriormente Mondim e Vilarinho¹⁵⁹. São encontrados quatro marcos de limite deste couto no alto do Padrão, na Cumeeira e os outros dois entre o Monte Ladário e a Quinta de Paradela.¹⁶⁰

As Granjas.

“A granja era um autêntico mosteiro “em ponto pequeno”, e ao mesmo tempo um centro de exploração agrícola. Administrava-o o mestre da granja. O silêncio e clausura eram tão rigorosos aí como dentro do Mosteiro.”¹⁶¹

Dom Maur de Cocheril.

¹⁵⁸ CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca. *In* Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património. Lousada: Câmara Municipal. N.º 3. 2008/2009, p. 125.

¹⁵⁹ FERNANDES, A. de Almeida. "Acção dos Cistercienses de Tarouca (as granjas nos séculos XII e XIII)", Revista de Guimarães, volume nº84; Guimarães; 1974, pp. 12-15.

¹⁶⁰ CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca. *In* Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património. Lousada: Câmara Municipal. N.º 3. 2008/2009, p. 126.

¹⁶¹ Citação de COCHERIL, Maur de (1986). "Alcobaça Abadia Cisterciense em Portugal"; Imprensa Nacional – casa da Moeda, Lisboa; 1989, p. 24.

No século XIII¹⁶², dentro dos coutos iniciais do Mosteiro de S. João de Tarouca, surgem as três primeiras granjas: a de Souto Redondo¹⁶³; a de S. Salvador¹⁶⁴ e a de Brufe¹⁶⁵.

As Granjas foram desenvolvidas pelos monges cistercienses que davam grande importância ao aproveitamento dos solos através da agricultura, sendo nos primórdios eram exploradas pelos mesmos¹⁶⁶ através dos irmãos conversos. A partir do século XIV, com a crescente escassez de mão-de-obra, os terrenos passaram a ser arrendados à população local¹⁶⁷. Esta actividade era muito importante, por isso desenvolvem também sistemas de irrigação, ensinaram às populações novas técnicas agrícolas, introduziram novas culturas e cederam sementes e utensílios de trabalho¹⁶⁸.

Com o intuito comercial, dentro do couto monástico e nas suas proximidades, a actividade agrícola era muito extensa e intensa.

O Mosteiro de S. João de Tarouca tinha como principais produções as vinhas, para a realização de vinho, os cereais (não irrigados)¹⁶⁹, sendo as mais

¹⁶² FERNANDES, A. de Almeida. "Acção dos Cistercienses de Tarouca (as granjas nos séculos XII e XIII)", Revista de Guimarães, volume nº83; Guimarães; 1974, p. 17.

¹⁶³ Posteriormente conhecida como Granja do Couto.

¹⁶⁴ Chamada posteriormente de Granjão.

¹⁶⁵ TERENO, Maria do Céu. "Granjas dos coutos dos Mosteiros de Tarouca e Salzedas" - TAROUCA E CISTER: HOMENAGEM A LEITE DE VASCONCELOS – Actas. Tarouca, Novembro 2006, p. 267.

¹⁶⁶ Como era estipulado no Exórdio de Cister.

¹⁶⁷ TERENO, Maria do Céu. "Granjas dos coutos dos Mosteiros de Tarouca e Salzedas" - TAROUCA E CISTER – ESPAÇO, ESPÍRITO E PODER, Tarouca, 2002 – Contributo para o estudo do Património Arquitectónico Rural Cisterciense – Antiga Quinta do Granjão: actas. Tarouca, 2004.

¹⁶⁸ MATOS, Leonor Correia. A Ordem de Cister e o Reino de Portugal. Lisboa: Fundação Lusíada, 1999 p. 17.

¹⁶⁹ FERNANDES, A. de Almeida. "Acção dos Cistercienses de Tarouca (as granjas nos séculos XII e XIII)", Revista de Guimarães, volume nº84; Guimarães; 1974, pp. 25-26.

frequentes as searas de trigo, cevada e milho, cultivando árvores de frutos, com referência a castanheiros, cerejeiras, figueiras, oliveiras e carvalhos.¹⁷⁰

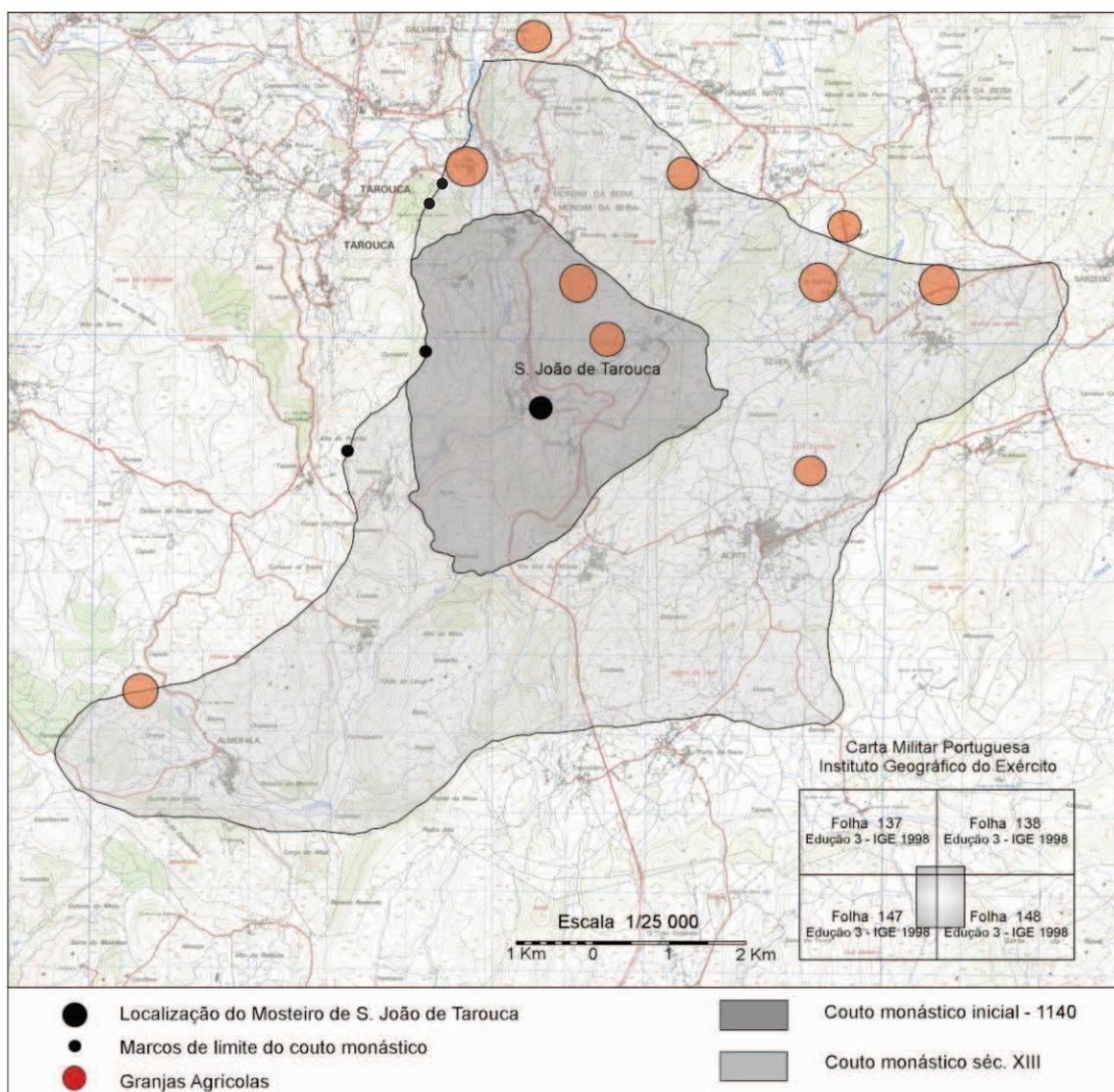


Figura 5.2.5 – Representação dos limites do couto do Mosteiro de S. João de Tarouca¹⁷¹ e respectivas Granjas. “A análise documental, auxiliada por prospecção dirigida no terreno,

¹⁷⁰ CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca. In Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património. Lousada: Câmara Municipal. N.º 3. 2008/2009, pp. 128 - 129.

¹⁷¹ Foram ainda encontrados quatro marcos de limite do couto, Encontram-se, como é visível na figura, no alto do Padrão, na Cumeeira e dois entre o Monte Ladário e a Quinta de Paradela. CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca. In Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património. Lousada: Câmara Municipal. N.º 3. 2008/2009, pp. 125-126.

*permitted (...) determine in detail the limits of the monastic enclosure and identify properties and farms belonging to the monastery.*¹⁷²

*“The Cistercians understand that to serve God is not enough for the church. As agricultural monks, they proposed an ethical-religious ideal of asceticism that had its economic equivalent in the tendency towards self-sufficiency.”*¹⁷³

A acção cisterciense teve um papel muito relevante nos primeiros séculos da Nacionalidade¹⁷⁴. Contribuiu para o povoamento do território reconquistado e para um crescimento das populações pré-cistercienses. A implantação dos cistercienses teve uma assumida relevância económica, principalmente através da estruturação de extensos domínios agrícolas¹⁷⁵, pois estes proporcionavam trabalho e sustento à população através da exploração das granjas. As granjas possibilitaram ainda a fixação da população e conseqüentemente o crescimento dos municípios, tornando-se, para além de locais de trabalho, em instituições de assistência espiritual e de ensino¹⁷⁶.

¹⁷² Citação retirada de SEBASTIAN, Luís; SILVA, Gabriel; COSTA, Agostinho - Mosteiro de S. João de Tarouca, Projecto de Requalificação: 1998-2010. In Actas do Congresso Património 2010. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. 2010, p. 22.

¹⁷³ GUSMÃO, Artur Nobre de. A Real Abadia de Alcobaça. 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1992, p. 87.

¹⁷⁴ As granjas proporcionaram ao país um aumento económico e político, sobretudo com a fundação do Mosteiro de Alcobaça. FERNANDES, A. de Almeida. "Acção dos Cistercienses de Tarouca (as granjas nos séculos XII e XIII)", Revista de Guimarães, volume nº83; Guimarães; 1974, p. 19.

¹⁷⁵ As Granjas estabeleciam o exemplo de estruturas agrárias organizadas, funcionais e produtivas.

¹⁷⁶ FERNANDES, A. de Almeida. "Acção dos Cistercienses de Tarouca (as granjas nos séculos XII e XIII)", Revista de Guimarães, volume nº86; Guimarães; 1974, pp. 107-108.

05.3 | A Abadia Cisterciense – “o plano tipo”

Na reinterpretação da Regra de S. Bento a Ordem cisterciense estabeleceu o retorno à pureza original, através do silêncio, do ascetismo, da contemplação e da relação com a natureza¹⁷⁷. Estes foram os pilares da reforma da Ordem de Cister, e foram concebidos como um processo para chegar a Deus de modo mais eficaz. Estas aspirações ajudavam a evitar o supérfluo, as distrações e tentações do mundo e a evitar “acarretar-lhes os mesmos males de que enfermara a regra beneditina”¹⁷⁸, procurando o isolamento para uma vida longe da tentação e totalmente devotada a Deus e ao trabalho. A vida do monge cisterciense era regrada pela clausura e pela disciplina, e havia um horário rigoroso a cumprir no seu dia-a-dia¹⁷⁹.

“S. Bernardo dizia que o único local onde podia ser fiel e obediente a Cristo em vida era no mosteiro, espaço único de caridade fraternal tal como nos Apóstolos da comunidade de Jerusalém”¹⁸⁰.

Para atingirem tal espiritualidade e devoção, essência da Ordem, era necessário a construção de mosteiros que proporcionassem esse retiro.

Por estes motivos o mosteiro é uma projecção das ideologias cistercienses, a sua construção e organização reflectem esses princípios essenciais à vida

¹⁷⁷ JORGE, Virgolino: “O programa funcional do Mosteiro Cisterciense” -COLÓQUIO – “A ORDEM DE CISTER- O TEMPO E O MODO”, S. Pedro do Sul, 1998 – Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões: actas. S. Pedro do Sul, 1998, p.125.

¹⁷⁸ GUSMÃO, Artur Nobre de. A Real Abadia de Alcobaça. 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1992, p.87.

¹⁷⁹ Como já foi referido anteriormente, dividido entre a oração e o trabalho. GUSMÃO, Artur Nobre de. A Real Abadia de Alcobaça. 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1992, p.87.

¹⁸⁰ TEIXEIRA, Victor Gomes; “Síntese da espiritualidade cisterciense” -*Cister no Vale do Douro*, Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Porto, Edições Afrontamento, Porto, 1999, p. 52.

monástica¹⁸¹. Era fundamental que a abadia respondesse em termos programáticos e construtivos às suas exigências.

De acordo com a *Carta de Caridade*, pode afirmar-se que existia um *plano tipo* para as abadias da Ordem de Cister. Havia um programa bem definido que era implementado para todos os mosteiros e que conferia uma uniformidade quer na implantação quer em termos programáticos e de disposição dos lugares regulares¹⁸².

*“O mosteiro espécie de cidade monástica exprime uma unidade de pensamento, e um esforço por encontrar uma escrita arquitectónica que satisfaça as exigências da teologia Bernardina”*¹⁸³.

Virgolino Jorge

A organização da planta do mosteiro cisterciense seguia sempre um mesmo esquema.

Organizava-se em torno de um claustro, que fazia a distribuição dos espaços conventuais tendo a igreja um papel fundamental nessa disposição¹⁸⁴.

A igreja situava-se ou a Norte ou a Sul do claustro, dependendo da topografia e da proximidade da água¹⁸⁵, era orientada segundo um eixo Nascente/Poente e

¹⁸¹ MARTINS, Ana Maria Tavares: “As Beira Berço de Cister em Portugal: Marcas de 9 séculos de Arquitectura.” - CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE EL CISTER, IV – EN PORTUGAL Y EN GALICIA; Actas Tomo II; Ourense; 2009, p.887.

¹⁸² COCHERIL, Maur de (1986). “Alcobaça Abadia Cisterciense em Portugal”; Imprensa Nacional – casa da Moeda, Lisboa; 1989, p.35.

¹⁸³ Citação: JORGE, Virgolino; COLÓQUIO: “O programa funcional do Mosteiro Cisterciense” -A ORDEM DE CISTER-O TEMPO E O MODO, S. Pedro do Sul, 1998 – Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões: actas. S. Pedro do Sul, 1998, p.125.

¹⁸⁴ Texto de Angiola Maria Romanini: DUBY, Georges; LACLOTTE, Michel; História artística da Europa – Tomo II Idade Média; Editora Paz e Terra; 1ª edição 1998, p.144.

situava-se no ponto mais alto do terreno, sendo a cabeceira orientada a Nascente. No seguimento do transepto para Sul ou para Norte da igreja desenvolvia-se a ala dos monges, que se encontrava a Nascente do claustro e fazia a contraposição da ala dos conversos, que se encontrava a Poente do mesmo. Do lado oposto à igreja situavam-se o calefactório, o refeitório dos monges, a cozinha e o locutório dos conversos.

Por último, em torno do mosteiro era ainda construída uma cerca, que tinha como finalidade isolar o complexo do “mundo secular”¹⁸⁶, evitando os olhares indiscretos e tinha também como objectivo a protecção contra os roubos.¹⁸⁷

De acordo com o plano tipo cisterciense, todos os mosteiros contemplavam duas comunidades, a comunidade dos monges e a comunidade dos conversos, havendo espaços distintos para cada uma delas. Estas comunidades não se cruzavam, pois tinham horários e hábitos diferentes e muito rígidos, previstos para esses desencontros. Na igreja também havia distinção. Era fundamental que cada comunidade tivesse o seu próprio coro, havendo assim uma parte reservada aos monges e outra aos conversos.¹⁸⁸

¹⁸⁵ O acesso à água era indispensável para a cozinha e higiene dos monges. Como se verifica na Figura 5.3.1, há um desvio do rio principal que passa por baixo dos dormitórios onde se situam as latrinas.

¹⁸⁶ “A cerca é, na nossa opinião, um dos grandes elementos separadores do “monástico” e do “civil”. Se dentro do couto do mosteiro a sociedade laica podia desenvolver-se sob o controlo do cenóbio, dentro da cerca tudo era monástico.” Citação: RODRÍGUEZ, José Inácio de la Torre: “Evolução histórica de Cister no Vale do Douro” -*Cister no Vale do Douro*, Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Porto, Edições Afrontamento, Porto, 1999; p. 145.

¹⁸⁷ GUSMÃO, Artur Nobre de. *A Real Abadia de Alcobaça*. 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1992; p. 90.

¹⁸⁸ COCHERIL, Dom Maur, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Fondation Calouste Gulbenkian e Centre Culturel Portugais Paris, 1986; pp. 38-42.

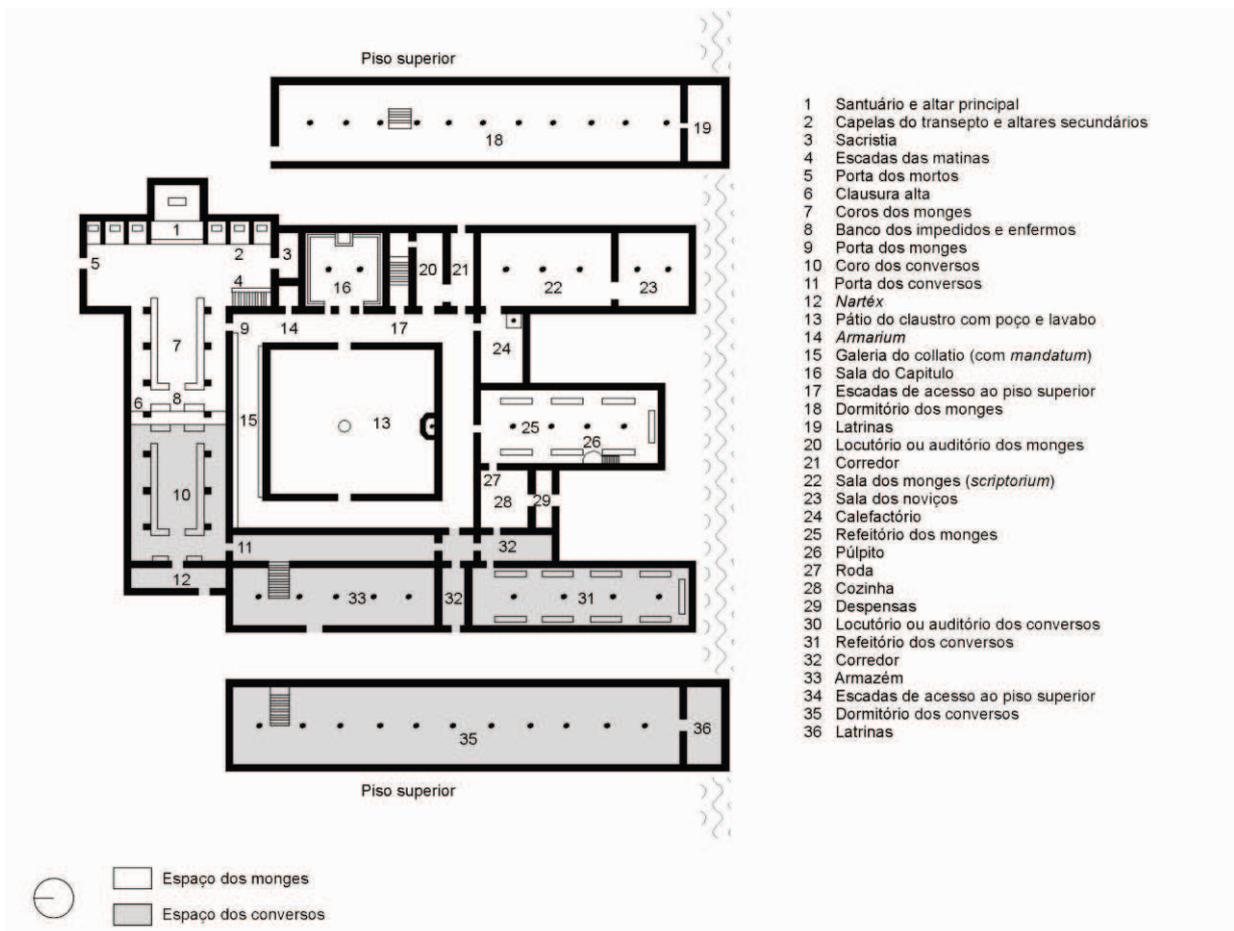


Figura 5.3.1 - “Planta tipo” da abadia cisterciense medieval segundo Jean-Françoise Leroux-Dhuys.¹⁸⁹ Nesta figura verifica-se a separação das áreas destinadas às duas comunidades. Arquitectonicamente existiam espaços distintos para cada uma delas, que são bastante visíveis, pois a ala dos monges ficava no lado oposto à dos conversos sendo o claustro o elemento separador de ambas. O único espaço comum era a igreja, que servia as duas comunidades em horários diferentes¹⁹⁰.

¹⁸⁹ Adaptação da imagem de Jean-Françoise Leroux-Dhuys (“Las Abadías cistercienses, História y arquitectura” 1999, p.52), Imagem facultada por Luís Sebastian. CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 - 2006. In Actas do Seminário Internacional Tarouca e Cister - Homenagem a Leite de Vasconcelos. Tarouca: Câmara Municipal. 2006, p. 146.

¹⁹⁰ Apenas a cozinha e a igreja eram áreas comuns aos monges e aos conversos, mas usadas em horários diferentes, pois fisicamente não era possível o convívio destas duas comunidades. MARTINS, Ana Maria Tavares: “As Beiras Berço de Cister em Portugal: Marcas de 9 séculos de Arquitectura” -CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE EL CISTER, IV – EN PORTUGAL Y EN GALICIA; Actas Tomo II; Ourense; 2009, p. 895.

Os espaços monásticos.

A igreja

A estrutura funcional da igreja também era organizada segundo o *plano ideal*, ou seja, havia uma homogeneidade na planimetria das igrejas cistercienses¹⁹¹.

A sua planta era em forma de cruz latina orientada de Nascente para Poente¹⁹². O corpo (braço maior da cruz) da igreja tinha por norma três naves, sendo a central mais alta e mais larga do que as laterais. Na nave principal situavam-se os cadeirais de coro para os monges, os conversos e os enfermos, ficando os monges na dianteira da nave e os conversos na traseira (ambos os coros eram separados fisicamente)¹⁹³. As naves laterais eram usadas como acessos e eram de menor altura tendo também uma função estrutural, pois serviam de contrafortes à nave central¹⁹⁴. Este corpo principal era por norma antecedido por um *nartex*¹⁹⁵.

O transepto (braços menores da cruz) era composto apenas por uma nave e deste para Nascente abriam-se as capelas absidiais. A central formava a cabeceira, capela-mor da igreja, normalmente de planta rectangular¹⁹⁶, mais profunda e larga que as laterais, onde decorriam as práticas litúrgicas.

¹⁹¹ Texto de Angiola Maria Romanini: DUBY, Georges; LACLOTTE, Michel; História artística da Europa – Tomo II Idade Média; Editora Paz e Terra; 1ª edição 1998, p.142.

¹⁹² Esta orientação da igreja deve-se à simbologia da trajectória da luz, característica importante na orientação da igreja da Ordem de Cister. TEIXEIRA, Ricardo: “Arqueologia dos espaços cistercienses no Vale do Douro” -*Cister no Vale do Douro*, Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Porto, Edições Afrontamento, Porto, 1999, p. 217.

¹⁹³ RODRIGUES, Jorge, Pérez, Xosé Carlos Valle. *Arte de Cister em Portugal e Galiza*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998, p.68.

¹⁹⁴ GUSMÃO, Artur Nobre de. *A Real Abadia de Alcobaça*. 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1992; p.84.

¹⁹⁵ GUSMÃO, Artur Nobre de. *A Real Abadia de Alcobaça*. 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1992; p.88.

¹⁹⁶ CHICÓ, Mário Tavares, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa, 4ª edição, Maio 2005; p.52.

Ainda no transepto, junto aos espaços claustrais, situava-se a sacristia e as escadas das matinas¹⁹⁷, no lado oposto do transepto ficava a porta dos mortos que dava acesso ao cemitério¹⁹⁸.

Na Igreja, como foi referido, havia a necessidade de separar as duas comunidades, quer fosse espacial ou funcionalmente. Cada comunidade, para além de ter o seu próprio coro, tinha também o seu acesso próprio à igreja. Os monges acediam pela porta dos monges ou pelas escadas das matinas, fazendo-se este acesso pela parte oriental da igreja junto à sacristia; os conversos acediam pela sua ala, através da porta dos conversos que se situava na parte ocidental da igreja¹⁹⁹.

A unidade da planta da igreja não se adquiria apenas pela organização espacial ou pelo seu desenho, era também em termos de proporção que se verificava o princípio unificador do plano bernardino. Através de dois módulos base, que entre si possuíam uma relação de três para quatro, é que o processo metodológico era possível, pois permitia regular a planimetria e a altura da igreja e de todo o complexo abacial.²⁰⁰

¹⁹⁷ Estas escadas eram usadas de acordo com a hora do dia, ou seja, durante o dia os monges acediam à igreja pela porta dos monges, de noite acediam ao dormitório através das escadas das matinas.

¹⁹⁸ COCHERIL, Dom Maur, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Fondation Calouste Gulbenkian e Centre Culturel Portugais Paris, 1986; pp. 39-40.

¹⁹⁹ TEIXEIRA, Ricardo: "Arqueologia dos espaços cistercienses no Vale do Douro" -*Cister no Vale do Douro*, Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Porto, Edições Afrontamento, Porto, 1999, p. 216.

²⁰⁰ Texto de Angiola Maria Romanini: DUBY, Georges; LACLOTTE, Michel; História artística da Europa – Tomo II Idade Média; Editora Paz e Terra; 1ª edição 1998, p. 143.

O resultado desta proporção nas igrejas primitivas, na relação do comprimento com a altura da igreja e a espessura das paredes, davam a noção de um edifício maciço e de verticalidade pouco acentuada²⁰¹.

A volumetria exterior da igreja deixava na maioria dos casos transparecer a disposição interior dos espaços e as suas relações.

A fachada ocidental era simples e sem torres²⁰², onde sobressaíam os contrafortes que correspondiam às divisórias do interior. Ou seja, também a fachada que era dividida em três possibilitava prever a tripartição do corpo principal da igreja, sendo a parte central mais alta do que as laterais. Na parte superior da fachada era comum existir uma rosácea que permitia a iluminação da nave principal. O pórtico da frontaria era simples com arco de volta quebrado, pois a decoração em excesso não era permitida.

À exceção de hóspedes importantes, os leigos em geral não tinham autorização para assistir à liturgia no interior da igreja, pelo que havia uma capela exterior para esse fim. Aqueles cujo acesso excepcional era permitido tinham um lugar no início das naves laterais ou num dos braços do transepto.²⁰³

²⁰¹ GUSMÃO, Artur Nobre de. A expansão da arquitectura borgonhesa e os mosteiros de Cister em Portugal. Ensaio de arqueologia da Idade Média; Lisboa; 1956; p. 282

²⁰² CHICÓ, Mário Tavares, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa, 4ª edição; Maio 2005; p.52.

²⁰³ RODRIGUES, Jorge, Pérez, Xosé Carlos Valle. *Arte de Cister em Portugal e Galiza*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998, p.68.

O Claustro

“O claustro constitui o coração do mosteiro”²⁰⁴.

Era o centro organizador do mosteiro, ou seja as dependências do mosteiro eram viradas para este centro e através dele era possível ter acesso a todo o complexo²⁰⁵.

Composto por quatro galerias cobertas e viradas para um espaço interior de forma quadrangular²⁰⁶, este era geralmente ajardinado. As galerias eram abertas com arcos, geralmente de volta inteira, apoiados em colunas, proporcionando estes elementos um contraste de luz no centro do claustro e sombra nas galerias, “(...) e com um jogo de luz no diálogo do claro escuro, criava as condições para o recolhimento dum colóquio íntimo da alma com Deus, numa espécie de “silêncio visual”, (...) num autentico “paraíso claustral”, como queria o místico S. Bernardo”²⁰⁷.

Este jogo de luz assim conseguido dava uma sensação de paz e recolhimento, importante para a reflexão, para o silêncio, para a oração e a relação com Deus.

²⁰⁴ Citação: COCHERIL, Maur de (1986). “Alcobaça Abadia Cisterciense em Portugal”; Imprensa Nacional – casa da Moeda, Lisboa; 1989; p.35.

²⁰⁵ AUBERT, Marcel. O Gótico no seu Apogeu, Lisboa, Editorial Verbo, 1983; p.95.

²⁰⁶ Texto de Angiola Maria Romanini; DUBY, Georges; LACLOTTE, Michel; História artística da Europa – Tomo II Idade Média; Editora Paz e Terra; 1ª edição 1998, p.144.

²⁰⁷ Citação: DIAS, Geraldo J. A. Coelho. TAROUCA E CISTER: HOMENAGEM A LEITE DE VASCONCELOS – Actas. Tarouca, Novembro 2006; p.207.

A Ala dos Monges

A ala dos monges desenvolvia-se a Nascente do claustro e surgia na continuidade do transepto da igreja.

Esta ala era só destinada aos monges, e compreendia no piso térreo as áreas destinadas ao *Armarium*; à sacristia; à sala do Capítulo; ao *auditorium*, ou parlatório do prior (ou *Locutorium*); à sala de trabalho dos monges (ou *Scriptorium*) seguida da noviciaria; o acesso que dava aos dormitórios e o acesso ao jardim (ao exterior, mas ainda interior da cerca). Um dormitório comum ocupava toda esta extensão do piso superior, encontrando-se no topo do dormitório, junto à igreja, as escadas das matinas e na outra extremidade situavam-se as latrinas²⁰⁸.

A sala do Capítulo²⁰⁹ era o espaço mais importante no mosteiro a seguir à igreja²¹⁰, por esse motivo, tal como a igreja, era dos mais adornados.²¹¹ A sua planta era normalmente quadrada ou rectangular, era dividida em vários tramos pelas colunas ou pilares que suportavam as abóbadas de ogivas e era aberta para o claustro por um majestoso pórtico central e dois vãos menores laterais.²¹² Estas aberturas viradas para o claustro permitiam que os conversos assistissem às reuniões do Capítulo a partir do claustro, enquanto os monges

²⁰⁸ COCHERIL, Dom Maur, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Fondation Calouste Gulbenkian e Centre Culturel Portugais Paris, 1986; pp.41-42.

²⁰⁹ Aqui reuniam-se todas as manhãs os monges com o abade para ler a Regra de Cister. Era também uma oportunidade de cada monge fazer uma avaliação das suas acções e de reconhecer o não cumprimento da regra ou de ser indicado mediante essa desobediência por outro monge.

²¹⁰ GUSMÃO, Artur Nobre de. *A Real Abadia de Alcobaça*. 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1992; p.89.

²¹¹ TEIXEIRA, Ricardo: "Arqueologia dos espaços cistercienses no Vale do Douro" -*Cister no Vale do Douro*, Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Porto, Edições Afrontamento, Porto, 1999, p. 217.

²¹² AUBERT, Marcel. *O Gótico no seu Apogeu*, Lisboa, Editorial Verbo, 1983; p.96.

estavam no interior dispostos em redor do abade, que se situava ao centro no lado oposto à entrada²¹³. Os abades eram sepultados nesta sala²¹⁴.

Ala do claustro oposta à igreja

Esta ala situava-se em frente à igreja do outro lado do claustro e paralela à galeria.

Era composta pelo calefactório, a única divisão do mosteiro aquecida, pois tinha uma lareira central ou lateral que permitia durante o inverno o seu aquecimento. Este compartimento proporcionava um local de trabalho aos copistas e aquecimento aos monges e monges enfermos nos meses mais frios. Seguia-se o refeitório dos monges, que era perpendicular à galeria, tendo esta divisão um púlpito para as leituras feitas durante as refeições²¹⁵. A cozinha situava-se junto ao refeitório cuja única ligação era feita através de uma porta que permitia a passagem das refeições, sem que o monge entrasse na cozinha, pois esta estava reservada aos conversos²¹⁶.

Ala dos conversos

Esta ala encerrava o mosteiro no lado Poente, e era mais saliente em relação à fachada da igreja. É o edifício destinado aos irmãos leigos, composto pelo celeiro na divisão mais próxima da igreja; a portaria, que permitia a passagem

²¹³ TEIXEIRA, Ricardo: "Arqueologia dos espaços cistercienses no Vale do Douro" -*Cister no Vale do Douro*, Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Porto, Edições Afrontamento, Porto, 1999, p. 217.

²¹⁴ Os abades que em vida renunciavam ao seu cargo eram sepultados como os outros monges, nas galerias do claustro, "embora em lugar de local de destaque, junto à porta de ligação à igreja". RODRIGUES, Jorge, Pérez, Xosé Carlos Valle. *Arte de Cister em Portugal e Galiza*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998, p.69.

²¹⁵ A Regra estabelecia que durante a refeição deveria haver silêncio para que o leitor pudesse a partir do púlpito ler os textos sagrados.

²¹⁶ AUBERT, Marcel. *O Gótico no seu Apogeu*, Lisboa, Editorial Verbo, 1983; p.97.

para o exterior do mosteiro e o refeitório dos conversos; no piso superior, tal como acontecia na ala dos monges, encontram-se os dormitórios e as latrinas. Este edifício era separado do claustro por um corredor independente de circulação, “ruelle des convers”²¹⁷, que fazia a ligação à igreja através da porta dos conversos e a ligação ao locutório dos conversos, sem perturbar a clausura dos monges²¹⁸.

Para além das referidas dependências regulares, podiam ainda dentro da cerca da clausura a enfermaria dos monges; terrenos agricultáveis e edifícios como a padaria; o lagar e a cervejaria; os moinhos; a forja e o edifício dos artesãos; a herdade e os celeiros²¹⁹; para o funcionamento e desenvolvimento da produção necessários à auto-suficiência da comunidade monástica.

“S. Bernardo não foi tão decisivo em questões de arte e arquitectura, como tantas vezes se pretende dizer. Ele foi importante em determinar critérios mentais dum certo idealismo místico de simplicidade, de combinação de luz e escuridão, de proporções, de harmonia geométrica de linhas, de austeridade mesmo, de tudo aquilo, enfim, que, dentro do seu gosto, favorecesse a intimidade com Deus”.²²⁰

A Regra da Ordem de Cister não dita normas de arte ou de estética, é um compromisso de espiritualidade monástica. Não existe um regulamento

²¹⁷ Citação: COCHERIL, Dom Maur, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Fondation Calouste Gulbenkian e Centre Culturel Portugais Paris, 1986; p.42.

²¹⁸ COCHERIL, Dom Maur, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Fondation Calouste Gulbenkian e Centre Culturel Portugais Paris, 1986; p.42.

²¹⁹ AUBERT, Marcel. *O Gótico no seu Apogeu*, Lisboa, Editorial Verbo, 1983; p.98.

²²⁰ DIAS, Geraldo J. A. Coelho; TAROUCA E CISTER: HOMENAGEM A LEITE DE VASCONCELOS – Actas. Tarouca, Novembro 2006; pp.205-206.

arquitectónico, ou seja, S. Bernardo não concebeu um estilo de arte ou de arquitectura,²²¹ “o seu conceito de arte não é estético, mas ético”²²²

De acordo com a Carta de Caridade são estabelecidos princípios da ordem que se reflectem na vida do monge e, por sua vez, com base nesses princípios são construídos os mosteiros²²³. Os princípios que ajudavam o monge cisterciense na sua caminhada de elevação espiritual, para a união com Deus eram: a pobreza; a simplicidade e a austeridade.²²⁴ Estes princípios comuns adoptados pela ordem cisterciense nas suas abadias conferiam-lhe um ar de familiaridade²²⁵, mas estes não são suficientes para podermos classificar os seus mosteiros de arquitectura cisterciense²²⁶, porque existe uma grande variedade formal de planos, de alçados e de ornamentação.²²⁷

²²¹ DIAS, Geraldo J. A. Coelho: “Cister – Irradiação de espiritualidade e cultura” -*Cister no Vale do Douro*, Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Porto, Edições Afrontamento, Porto, 1999; p. 28.

²²² Citação: DIAS, Geraldo J. A. Coelho: “Cister – Irradiação de espiritualidade e cultura” -*Cister no Vale do Douro*, Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Porto, Edições Afrontamento, Porto, 1999; p. 28.

²²³ O plano arquitectónico para a construção das abadias era transmitido pelo Abade pai às suas filiais. O plano aplicado era o usado na sua própria abadia, sendo transmitido, de filial para filial, toda a experiência acumulada. Todos os anos, nas reuniões do Capítulo Geral, um dos temas debatidos era a construção das novas abadias e quais os princípios que deveriam ser introduzidos.

²²⁴ DIAS, Geraldo J. A. Coelho: “Cister – Irradiação de espiritualidade e cultura” - *Cister no Vale do Douro*, Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Porto, Edições Afrontamento, Porto, 1999; p. 28.

²²⁵ Expressão de Artur Nobre de Gusmão é usada para reconhecer as características comuns da Ordem de Cister, identificáveis em qualquer um dos seus mosteiros medievais.

²²⁶ A partir de 1143 é que alguns princípios foram fornecidos pelos “Instituta” para a construção das abadias. Geraldo J. A. Coelho: “A chave do sucesso de Cister” -TAROUCA E CISTER: HOMENAGEM A LEITE DE VASCONCELOS – Actas. Tarouca, Novembro 2006; p.206; Como por exemplo a “magra proibição de torres de pedra e a relativa recusa de torres muito altas e muito largas”. GUSMÃO, Artur Nobre de. A expansão da arquitectura borgonhesa e os mosteiros de Cister em Portugal. Ensaio de arqueologia da Idade Média; Lisboa; 1956; p. 257. “A Carta de Caridade é como que a Constituição da Ordem e os “Instituta”, determinados pelo Capítulo Geral de 1134, seriam a fixação concreta do ideal e da disciplina” - Geraldo J. A. Coelho: “A chave do sucesso de Cister” -TAROUCA E CISTER: HOMENAGEM A LEITE DE VASCONCELOS – Actas. Tarouca, Novembro 2006; p. 202.

²²⁷ TEIXEIRA, Ricardo: “Arqueologia dos espaços cistercienses no Vale do Douro” -*Cister no Vale do Douro*, Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Porto, Edições Afrontamento, Porto, 1999, p. 215.

“A Ordem de Cister não criou, de alto a baixo, um único modelo de edificações para as suas casas.”²²⁸

Por outro lado, em termos de organização espacial, todos têm a mesma planta tipo, essencialmente muito estrutural e funcional, desprovidos de exuberante decoração, sendo a arquitectura muito limpa, simples, humilde e austera,²²⁹ É esta unidade ideológica que se encontra e mantém presente nas suas diferentes casas, e lhes confere o “ar de familiaridade”. Os cistercienses pretendiam o inverso do que se verificava na observância da Ordem de Cluny,²³⁰ pois tal como estava escrito na “Apologia para Guilherme, abade”²³¹, S. Bernardo condenava o exagero da dimensão dos edifícios e a ornamentação excessiva, justificando que serve apenas “para os distrair da concentração devota que acima de tudo deveriam respeitar”.²³²

Na Europa Ocidental estava enraizado o estilo românico que influenciou profundamente as primeiras construções cistercienses edificadas na Borgonha. Numa primeira fase as abadias filhas fundadas a partir destas sofreram uma forte influência da arquitectura borgonhesa.²³³ Tendo como referências máximas os Mosteiros de Claraval e Fontenay, por toda a Europa os princípios

²²⁸ Citação: GUSMÃO, Artur Nobre de. A expansão da arquitectura borgonhesa e os mosteiros de Cister em Portugal. Ensaio de arqueologia da Idade Média; Lisboa; 1956; p. 241.

²²⁹ TEIXEIRA, Ricardo: “Arqueologia dos espaços cistercienses no Vale do Douro” -*Cister no Vale do Douro*, Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Porto, Edições Afrontamento, Porto, 1999, p. 215.

²³⁰ GUSMÃO, Artur Nobre de. A expansão da arquitectura borgonhesa e os mosteiros de Cister em Portugal. Ensaio de arqueologia da Idade Média; Lisboa; 1956; p. 254.

²³¹ A apologia ao abade Guilherme é uma crítica exercida por S. Bernardo à observância dos beneditinos cluniacenses, no qual evidencia os seus ideais e o modo de encarar a arte e a arquitectura, como que um tratado de espiritualidade monástica. Ver DIAS, Geraldo Coelho - Espiritualidade, comida e arte na polémica dos Monges da Idade Média in “Bernardo de Claraval. Apologia para Guilherme, Abade”, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 1997, p. 16.

²³² Citação: GUSMÃO, Artur Nobre de. A expansão da arquitectura borgonhesa e os mosteiros de Cister em Portugal. Ensaio de arqueologia da Idade Média; Lisboa; 1956; p. 254.

²³³ “A Europa Ocidental falava então a linguagem estilística do românico e a região que estas primeiras edificações vieram povoar, a Borgonha”. GUSMÃO, Artur Nobre de. A expansão da arquitectura borgonhesa e os mosteiros de Cister em Portugal. Ensaio de arqueologia da Idade Média; Lisboa; 1956; p. 238.

da ordem cisterciense foram-se disseminando, juntamente com as influências da arquitectura borgonhesa, de origem românica.

Mais tarde assiste-se a uma evolução clara do românico para a adesão total ao gótico, sendo a Ordem de Cister a pioneira da expansão arquitectónica deste estilo.²³⁴

“Um dia a própria Borgonha acabou por ser dominada, aceitando os novos cânones, (...) começando os templos dos seus mosteiros a seguir completamente a inspiração fornecida pelos melhores modelos das vastas e luxuosas catedrais góticas.”²³⁵

Podemos assim considerar que os mosteiros cistercienses têm uma primeira fase românica e posteriormente uma fase gótica, havendo entre estes dois momentos uma fase evolutiva onde, dependendo das opções e das preferências, podem oscilar mais para um ou mais para outro movimento arquitectónico, conforme a época ou a sua localização.²³⁶

Os monges cistercienses tiraram o máximo partido destes movimentos para construírem os seus mosteiros dentro dos seus ideais, mas não podemos considerar que tenham uma arquitectura própria, pois não trouxeram nada de verdadeiramente novo.²³⁷

Em suma, as abadias cistercienses encontram-se entre dois grandes momentos arquitectónicos, o românico e o gótico, faltando-lhe originalidade para se poder considerar ou definir uma arquitectura cisterciense. O que

²³⁴ GUSMÃO, Artur Nobre de. A Real Abadia de Alcobaça. 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1992; p.24.

²³⁵ GUSMÃO, Artur Nobre de. A expansão da arquitectura borgonhesa e os mosteiros de Cister em Portugal. Ensaio de arqueologia da Idade Média; Lisboa; 1956; p. 240.

²³⁶ GUSMÃO, Artur Nobre de. A Real Abadia de Alcobaça. 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1992; p.81.

²³⁷ GUSMÃO, Artur Nobre de. A Real Abadia de Alcobaça. 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1992; p.24.

permanece de familiar em cada mosteiro são os seus princípios orientadores presentes em cada complexo monástico.²³⁸

²³⁸ GUSMÃO, Artur Nobre de. A Real Abadia de Alcobaça. 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1992; p.85.

05.4 | Planta do Mosteiro Medieval de S. João de Tarouca.

O mosteiro de S. João de Tarouca, apesar de ter sofrido ao longo dos séculos imensas alterações substanciais e de a sua fundação românica, à excepção da igreja, ser hoje apenas uma ruína, permanece contudo como um dos testemunhos mais importantes da arquitectura medieval em Portugal.

Mediante a recuperação total da planta original do mosteiro através das escavações arqueológicas realizadas entre 1998 e 2007, pode-se afirmar que estamos perante o melhor exemplar da arquitectura do estilo cisterciense-borgonhês em território nacional.²³⁹

A planta e estrutura românica do mosteiro são inspiradas nos modelos da arquitectura borgonhesa da Ordem, mais concretamente nos modelos Bernardinos²⁴⁰ de Claraval II²⁴¹ e Fontenay²⁴², mantendo o primitivo ideal de simplicidade; ascetismo; pureza de formas; contenção decorativa²⁴³ e proporcional.²⁴⁴

A implantação volumétrica do mosteiro de S. João segue o mesmo esquema dos restantes mosteiros da Ordem de Cister.

²³⁹ CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. O projecto de investigação arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998-2008. *In* Pedra & Cal. Lisboa: GECORPA-Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico. N.º 38. 2008, p. 20.

²⁴⁰ Fontenay e Claraval II foram as maiores referências dos ideais da Ordem. O início da construção da Abadia de Fontenay data de 1139 e foi consagrada em 1147 e a reedificação de Claraval II foi entre 1135 e 1145.

²⁴¹ Quem conduziu e planeou o desenho inicial da abadia de Claraval II foi S. Bernardo, que incentivou e participou activamente na sua construção, ao mesmo tempo que estimulava a construção de outras abadias segundo um mesmo "plano tipo".

²⁴² TEIXEIRA, Ricardo: "Arqueologia dos espaços cistercienses no Vale do Douro" -*Cister no Vale do Douro*, Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Porto, Edições Afrontamento, Porto, 1999, p. 218.

²⁴³ A falta de elementos decorativos na arquitectura evidencia o primitivo ideal de simplicidade e austeridade. TEIXEIRA, Ricardo: "Arqueologia dos espaços cistercienses no Vale do Douro" -*Cister no Vale do Douro*, Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Porto, Edições Afrontamento, Porto, 1999, p. 218.

²⁴⁴ TEIXEIRA, Ricardo: "Arqueologia dos espaços cistercienses no Vale do Douro" -*Cister no Vale do Douro*, Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Porto, Edições Afrontamento, Porto, 1999, pp.218-219.

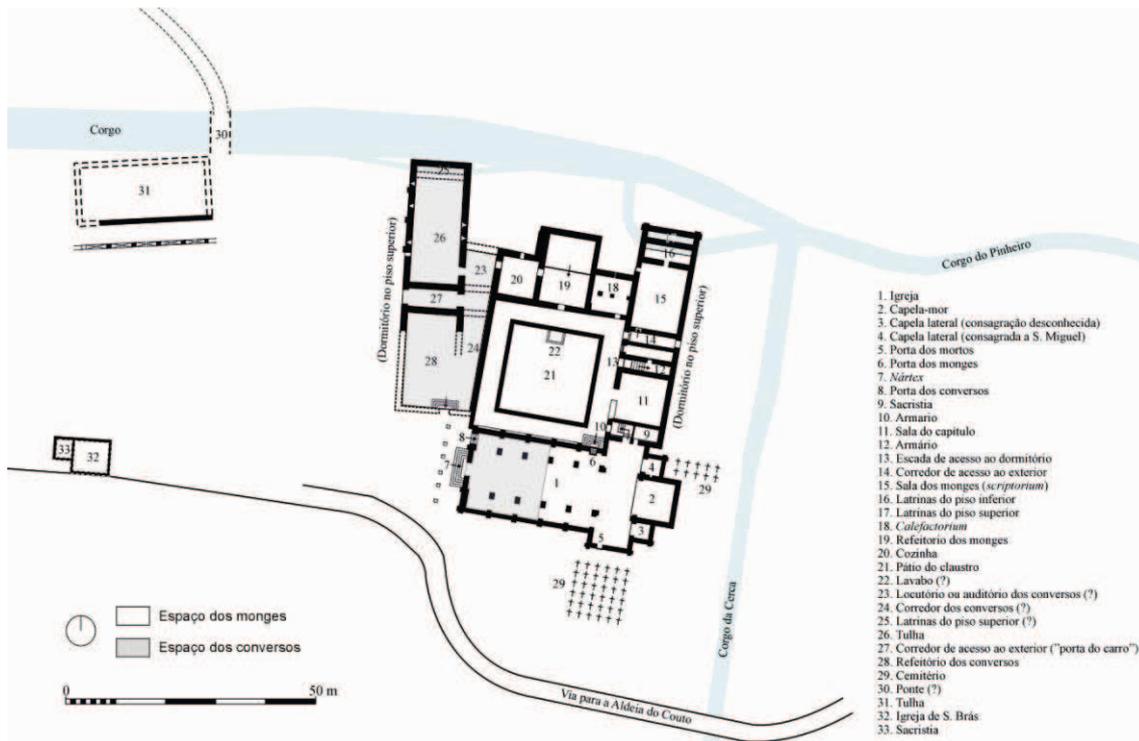


Figura 5.4.1 - Proposta da reconstituição da implantação original do mosteiro de S. João de Tarouca (adaptada da ilustração de Luís Sebastian e Ana Castro).²⁴⁵

Os volumes são dispostos em torno de um Claustro²⁴⁶, pois este é o “epicentro do espaço monástico”²⁴⁷. Três dos quatro lados do claustro têm um papel fundamental, correspondendo às funções da vida do monge.

No lado Sul do claustro encontrava-se representado o *spiritus* através da Igreja, cujo papel é o de maior relevância no complexo, local de elevação espiritual, de introspecção e espaço característico das orações.

²⁴⁵ Adaptação da ilustração de Luís Sebastian e de Ana Castro, da reconstituição da planta do mosteiro de S. João de Tarouca nos séculos XII e XIII. SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e. Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca. In Revista de História da Arte. Lisboa: Instituto de História da Arte-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. n.º 4. 2007, p. 149.

²⁴⁶ O claustro original foi substituído durante a administração de Fr. Manuel de Macedo, abade entre 1615 e 1618, sendo a nova construção de estilo totalmente maneirista, de colunata toscana, possuindo um segundo piso, o que reorganizou a dinâmica de acessos aos espaços superiores. CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 - 2006. In Actas do Seminário Internacional Tarouca e Cister - Homenagem a Leite de Vasconcelos. Tarouca: Câmara Municipal. 2006, p. 132.

²⁴⁷ Citação: MARTINS, Ana Maria Tavares: “As Beiras Berço de Cister em Portugal: Marcas de 9 séculos de Arquitectura” -CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE EL CISTER, IV – EN PORTUGAL Y EN GALICIA; Actas Tomo I-II; Ourense; 2009; p.894.

O lado Este do claustro representava a *anima*. Posicionava-se deste lado a ala dos monges que se desenvolvia a partir do transepto da igreja. O programa funcional deste volume proporcionava a elevação intelectual e espiritual da comunidade.

Do lado Norte desenvolviam-se o *Calefactorium*, o refeitório e a cozinha, ou seja, as áreas relacionadas com as necessidades físicas, de sobrevivência e subsistência do homem, representando estas salas o *corpus*.²⁴⁸

Por fim, a Oeste, desenvolviam-se a ala destinada aos conversos. Ao contrário do habitual não se encontra paralela ao claustro, apresentando uma rotação para Oeste em relação ao restante complexo. Presume-se que esta orientação terá sido devida à necessidade de assentar o edifício num afloramento rochoso, para maior estabilidade do mesmo. Se este foi de facto uma opção para o alicerce do mosteiro, então houve um sacrifício da harmonia do complexo, mas tornou-se numa solução mais prática e menos dispendiosa²⁴⁹.

Em Fontenay também é possível verificar um ligeiro desnível da ala dos conversos, actualmente desaparecida, em relação ao restante mosteiro. Isto poder-se-á justificar pelo facto de ser das últimas dependências a serem construídas, dada a sua menor importância²⁵⁰.

Como se verifica na figura 5.4.1, a disposição escolhida para o desenvolvimento do mosteiro foi de Sul para Norte. Esta prende-se com

²⁴⁸ MARTINS, Ana Maria Tavares: "As Beiras Berço de Cister em Portugal: Marcas de 9 séculos de Arquitectura" - CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE EL CISTER, IV – EN PORTUGAL Y EN GALICIA; Actas Tomo I-II; Ourense; 2009; p.894.

²⁴⁹ SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e. Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca. In Revista de História da Arte. Lisboa: Instituto de História da Arte-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. N.º 4. 2007, pp.155-156.

²⁵⁰ SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e. Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca. In Revista de História da Arte. Lisboa: Instituto de História da Arte-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. N.º 4. 2007, p.156.

questões fisiográficas do lugar²⁵¹, assim, de acordo com a pendente em direcção às linhas de água, houve a necessidade de implantar os edifícios regulares do lado Norte da igreja²⁵².

Estas condicionantes obrigaram a que a planta tipo do Mosteiro de S. João de Tarouca tivesse sido desenvolvida de Sul para Norte²⁵³, ou seja como que um espelho de por exemplo da planta de Fontenay, que foi construída de Norte para Sul, devido às condicionantes do local da sua implantação.²⁵⁴

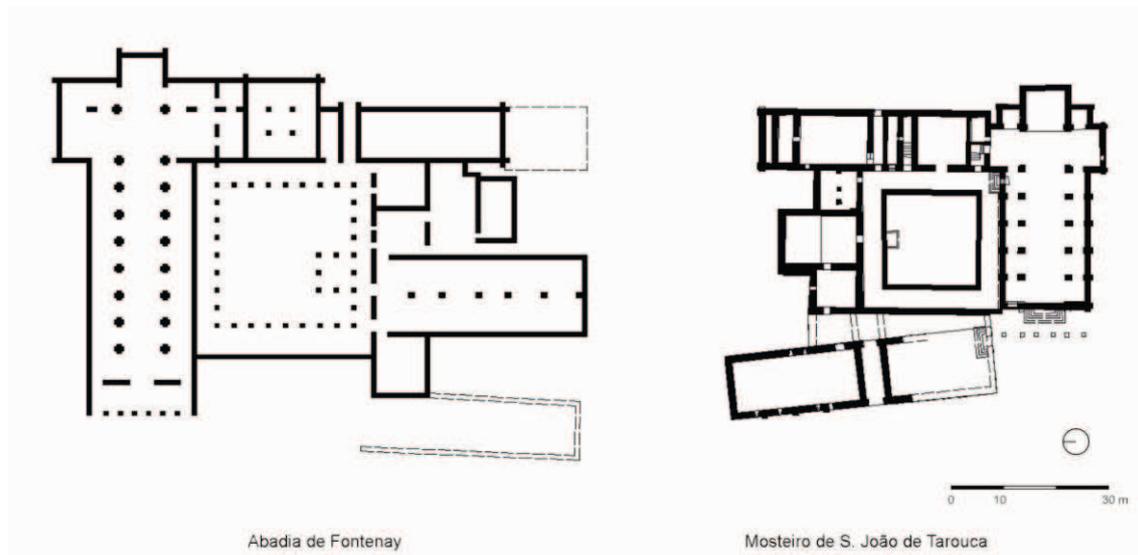


Figura 5.4.2 - Plantas das abadias primitivas cistercienses de Fontenay e De S. João de Tarouca.²⁵⁵

²⁵¹ JORGE, Virgolino Ferreira. "Arquitectura, medida e número na igreja de São João de Tarouca (Portugal) ", Cistercium, nº208; 1997; p.370.

²⁵² Esta opção, para além de permitir a cota mais alta à igreja, como era tradicional, possibilitava um maior aproveitamento das linhas de água, sendo a disposição privilegiada para a cozinha, refeitório e latrinas junto ao curso de água, como se verifica na implantação do mosteiro de S. João de Tarouca. As extremidades das alas dos monges e dos conversos estão construídas sobre um desvio de água que foi feito com o intuito de servir de esgoto e que passa por baixo das latrinas destas duas alas.

²⁵³ Este caso não é único, mais mosteiros devido às condicionantes topográficas e hídricas optaram por esta solução, é o caso de por exemplo o mosteiro de Santa Maria de Alcobça.

²⁵⁴ SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e. Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca. In Revista de História da Arte. Lisboa: Instituto de História da Arte-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. n.º 4. 2007, p.126.

²⁵⁵ A imagem do mosteiro de S. João de Tarouca é adaptada da ilustração de Luís Sebastian e Ana Castro. Imagens facultadas por Luís Sebastian.

Apesar de existir um *plano tipo* e deste ter sido previsto para conferir uniformidade a todas as abadias da Ordem em termos programáticos e de organização espacial, podemos verificar que não existem dois mosteiros iguais. Pois a singularidade característica de cada mosteiro deve-se a vários factores, nomeadamente a factores topográficos, ou seja, por vezes a necessidade de se adaptarem às características do terreno originou variantes na disposição da planta²⁵⁶ (como se pode verificar na figura 5.4.2).

Para além deste factor existiam outros que influenciavam o aspecto final de um edifício: a extensão das obras e os seus recursos, a mão-de-obra, os materiais empregues, as influências culturais²⁵⁷ da cada zona, as técnicas empregues, de acordo com os conhecimentos de quem realizava estas construções²⁵⁸, e até a dimensão da comunidade monástica²⁵⁹ determinava a dimensão do mosteiro²⁶⁰.

²⁵⁶ COCHERIL, Maur de (1986). "Alcobaça Abadia Cisterciense em Portugal"; Imprensa Nacional – casa da Moeda, Lisboa; 1989; p. 35.

²⁵⁷ MARTINS, Ana Maria Tavares: "As Beiras Berço de Cister em Portugal: Marcas de 9 séculos de Arquitectura" - CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE EL CISTER, IV – EN PORTUGAL Y EN GALICIA; Actas Tomo I-II; Ourense; 2009; p.894.

²⁵⁸ TEIXEIRA, Ricardo: "Arqueologia dos espaços Cistercienses no Vale do Douro" -*Cister no Vale do Douro*, Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Porto, Edições Afrontamento, Porto, 1999; p.215.

²⁵⁹ O mosteiro de S. João de Tarouca é de dimensões modestas, pelo que no período de maior prosperidade terá albergado entre trinta a cinquenta monges. RODRIGUES, Jorge, Pérez, Xosé Carlos Valle. *Arte de Cister em Portugal e Galiza*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998, pp. 66-67.

²⁶⁰ TEIXEIRA, Ricardo: "Arqueologia dos espaços Cistercienses no Vale do Douro" -*Cister no Vale do Douro*, Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Porto, Edições Afrontamento, Porto, 1999; p.215.

A igreja

A igreja do mosteiro de S. João de Tarouca, de acordo com o estudo efectuado por Virgolino Ferreira Jorge²⁶¹, determinou que esta foi edificada de acordo com o plano bernardino, caracterizando-se assim por uma planta em cruz latina orientada de poente para nascente, a cabeceira original escalonada composta pelo presbitério e duas capelas de fecho recto, corpo escalonado de três naves e um transepto saliente²⁶². Para além do respeito pela planimetria, houve o cuidado com as dimensões, que são modestas, e o cuidado em respeitar os objectivos de simplicidade e austeridade pretendidos pela ordem.²⁶³

O corpo longitudinal da igreja é tripartido, a nave central é coberta por uma abóbada de berço quebrado²⁶⁴ assim como as naves laterais que se dividem em cinco tramos, mas as coberturas destas posicionam-se de forma perpendicular ao corpo central. A abóbada da nave central é suportada por arcos torais que por sua vez vão ser suportados por mísulas simples em forma de cunha²⁶⁵.

²⁶¹ Consultar: JORGE, Virgolino Ferreira. "Arquitectura, medida e número na igreja de São João de Tarouca (Portugal)", *Cistercium*, nº208; 1997.

²⁶² JORGE, Virgolino Ferreira. "Arquitectura, medida e número na igreja de São João de Tarouca (Portugal)", *Cistercium*, nº208;1997; p.370.

²⁶³ LOURENÇO, Paulo B; FERNANDES, Francisco; Análise de Estabilidade da Igreja de São João de Tarouca; Universidade do Minho, Departamento de Engenharia Civil; Dezembro 2001; p.3/34.

²⁶⁴ Este sistema foi adoptado pela primeira vez em Portugal na igreja de S. João de Tarouca. O uso desta técnica permitiu a criação de espaços mais amplos, pois já não havia a necessidade de paredes tão espessas e o sistema de contrafortes não era tão complicado o que tornava um processo menos dispendioso. PARAGÁ, Ana Fátima Martelo; COLÓQUIO – "A ORDEM DE CISTER- O TEMPO E O MODO", S. Pedro do Sul, 1998 – Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões: actas. S. Pedro do Sul, 1998; p.119.

²⁶⁵ CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 - 2006. *In Actas do Seminário Internacional Tarouca e Cister - Homenagem a Leite de Vasconcelos*. Tarouca: Câmara Municipal. 2006, p. 127.

De acordo com o sistema pseudo-basilical, a altura da nave central é mais elevada do que as laterais, na proporção de 2:1²⁶⁶ (Figura 5.4.4).

A altura dos braços do transepto situa-se entre uma medida intermédia à altura da nave central e laterais, sendo igualmente cobertos por abóbadas de berço quebrado. Na construção inicial, como já anteriormente referido, do transepto para Este abriam-se duas capelas, uma em cada braço, e ao centro a capela-mor. Contudo, com as alterações efectuadas no século XVIII, a cabeceira foi completamente reformulada²⁶⁷. A capela-mor foi ampliada em profundidade,²⁶⁸ (Figura 5.4.3) e ao braço setentrional foi adossada uma nova sacristia²⁶⁹, que absorveu metade da capela lateral existente²⁷⁰. A capela lateral no braço Sul do transepto foi destruída por questões de equilíbrio e simetria, ficando esta reduzida e transformada num altar dedicado a S. Bernardo²⁷¹.

²⁶⁶ JORGE, Virgolino Ferreira. "Arquitectura, medida e número na igreja de São João de Tarouca (Portugal) ", *Cistercium*, nº208;1997; p. 370.

²⁶⁷ JORGE, Virgolino Ferreira. "Arquitectura, medida e número na igreja de São João de Tarouca (Portugal) ", *Cistercium*, nº208;1997; p.373.

²⁶⁸ Esta ampliação, iniciada em 1702, levou a que o alçado Oeste da capela-mor tivesse sido todo desmantelado, não sendo por isso possível saber que tipo de vãos existiriam originalmente para a sua iluminação. SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e. Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca. In *Revista de História da Arte*. Lisboa: Instituto de História da Arte-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. N.º 4. 2007, pp. 167-168. CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 - 2006. In *Actas do Seminário Internacional Tarouca e Cister - Homenagem a Leite de Vasconcelos*. Tarouca: Câmara Municipal. 2006, p. 135.

²⁶⁹ Foi iniciada pelo Fr. Alexandre de Mascarenhas (1708-1711) em 1710. CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 - 2006. In *Actas do Seminário Internacional Tarouca e Cister - Homenagem a Leite de Vasconcelos*. Tarouca: Câmara Municipal. 2006, p. 135.

²⁷⁰ JORGE, Virgolino Ferreira. "Arquitectura, medida e número na igreja de São João de Tarouca (Portugal) ", *Cistercium*, nº208;1997; p.373. Esta diminuição de tamanho levou a que fosse transformada num altar dedicado a S. Bento. SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e. Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca. In *Revista de História da Arte*. Lisboa: Instituto de História da Arte-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. n.º 4. 2007, p. 168.

²⁷¹ A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, durante as décadas de 30 e 40 do século XX, reconstituiu esta capela e recuperou parte da profundidade da capela lateral Norte. SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e. Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca. In *Revista de História da Arte*. Lisboa: Instituto de História da Arte-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. n.º 4. 2007, p. 168.

Ainda no alçado Sul do transepto podemos encontrar a “porta dos mortos”, actualmente coberta por um retábulo de talha dourada, mas que originalmente dava acesso ao cemitério²⁷².

O cemitério do mosteiro encontrava-se a Sul da igreja e era exclusivamente para os monges²⁷³.

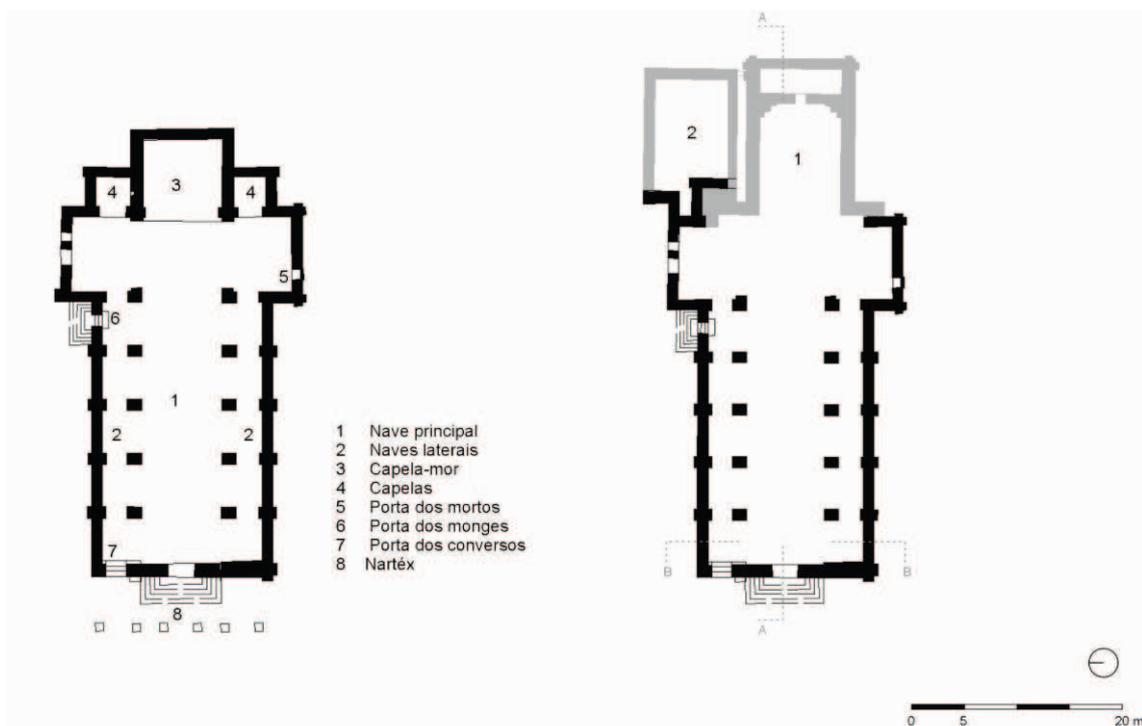


Figura 5.4.3 - Igreja do mosteiro de S. João de Tarouca, a primeira planta representa a reconstrução da planta original do mosteiro, a segunda representa a planta actual. (adaptado da ilustração de Luís Sebastian e Ana Castro).²⁷⁴

²⁷² SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e. Uma primeira proposta de reconstrução arquitectónica do Mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca. In *Revista de História da Arte*. Lisboa: Instituto de História da Arte-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. N.º 4. 2007, p. 166.

²⁷³ Muitos dos leigos, em troca de bens materiais doados ao mosteiro, teriam o privilégio de serem enterrados no interior do espaço monástico, nas galerias do claustro ou no *nartex*, nunca no cemitério. SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e; CODINHA, Sónia. “Os monges exumados na Sala do Capítulo do Mosteiro de S. João de Tarouca”: séculos XVII-XVIII. Considerações histórico-geográficas, arqueológicas e paleobiológicas. In *Oppidum Revista de Arqueologia, História e Património*. Lousada: Câmara Municipal. N.º 3. 2008/2009, p. 97.

²⁷⁴ Plantas adaptadas dos desenhos técnicos fornecidos por Luís Sebastian.

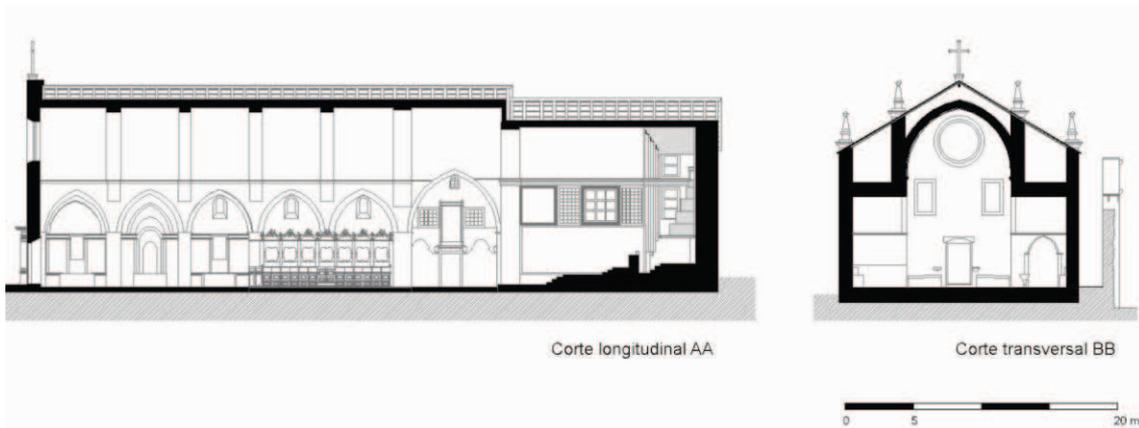


Figura 5.4.4 – Dois cortes da igreja do mosteiro de S. João de Tarouca, onde se percebe a sua constituição interior, salientando no corte longitudinal o corpo principal da igreja dividido em cinco tramos e no corte transversal salienta-se a relação da altura da nave central e das laterais.²⁷⁵

De acordo com os princípios estabelecidos em relação à orgânica de distribuição dos monges e dos conversos, estes têm portas distintas e áreas próprias dentro da igreja, A porta de acesso dos monges ao dormitório foi mantida, sendo justaposta uma nova do estilo barroco²⁷⁶. Na ligação do transepto com o corpo da igreja encontrar-se ainda hoje a porta dos monges virada para o claustro. A porta dos conversos, numa solução menos usual, posiciona-se na fachada principal da igreja.²⁷⁷

Nos séculos XVII e XVIII a igreja é “ostentada por uma campanha decorativa”²⁷⁸, com peças de mobiliário, azulejaria, pintura, escultura e, principalmente, sobrecarregada pelo barroco, através de diversos altares de talha dourada.

²⁷⁵ Cortes adaptados do levantamento realizado em 1999 por Humberto Vieira/Abílio Mourão – Arquitectos.

²⁷⁶ SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e. Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca. In Revista de História da Arte. Lisboa: Instituto de História da Arte-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. N.º 4. 2007, p. 166.

²⁷⁷ CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 - 2006. In Actas do Seminário Internacional Tarouca e Cister - Homenagem a Leite de Vasconcelos. Tarouca: Câmara Municipal. 2006, pp. 126-127.

²⁷⁸ Citação: PAGARÁ, Ana Fátima Martelo: “A Igreja de São João de Tarouca no quadro da arquitectura cisterciense primitiva” - COLÓQUIO – “A ORDEM DE CISTER- O TEMPO E O MODO”, S. Pedro do Sul, 1998 – Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões: actas. S. Pedro do Sul, 1998; p.119.

Alçados da igreja

Originalmente a fachada principal, através da tripartição marcada pelos contrafortes, reflectia a sua estrutura interior²⁷⁹. O centro da fachada era mais elevado e rematado por um telhado de duas águas, enquanto as laterais, mais baixas, eram rematadas por uma cobertura de meia água.

A porta original era de arco quebrado, de que é visível o arranque do arco por detrás da frontaria maneirista actual. Para iluminar o interior da nave principal existe uma rosácea a encimar a porta principal. Ainda nesta fachada estaria adossado o *nartex*.²⁸⁰

Actualmente a fachada tem alterações maneiristas, tendo-se identificado cinco acções principais²⁸¹.

A primeira alteração é a eliminação do *nartex*,²⁸² (visível na figura 5.4.5).

A segunda está relacionada com a colocação justaposta de uma frontaria que encobre o pórtico original.²⁸³ Este pórtico é ladeado por dois pilares esculpidos e na parte superior é ornamentado por uma escultura de S. João Baptista.

²⁷⁹ Quando a fachada reflectia a disposição interna do edifício era considerada do tipo latino.

²⁸⁰ Consistiria “este numa cobertura saliente do edifício, constituída por uma única superfície inclinada cobrindo uma área longitudinalmente correspondente à medida transversal do corpo da igreja, formando assim um espaço maioritariamente fechado, provavelmente ostentando uma solução de tipo colonata virada para o exterior”. CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 - 2006. *In* Actas do Seminário Internacional Tarouca e Cister - Homenagem a Leite de Vasconcelos. Tarouca: Câmara Municipal. 2006, p. 127.

²⁸¹ Executadas a cargo do Frei Baptista de Menezes, abade trienal entre 1642 e 1645. SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e. Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca. *In* Revista de História da Arte. Lisboa: Instituto de História da Arte-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. N.º 4. 2007, p. 161.

²⁸² SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e. Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca. *In* Revista de História da Arte. Lisboa: Instituto de História da Arte-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. N.º 4. 2007, pp. 161-164. – Neste artigo foi afirmado que o Nartex teria sido a última alteração da fachada, mas foi na realidade a primeira, este erro foi corrigido por Luís Sebastian em troca de ideias no desenvolvimento desta dissertação (a ordem altera-se em relação ao que estava neste artigo).

²⁸³ SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e. Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca. *In* Revista de História da Arte. Lisboa: Instituto de História da Arte-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. N.º 4. 2007, p.162.

A terceira alteração foi a anulação da porta dos conversos, através do seu emparedamento²⁸⁴. Apesar desta acção é ainda possível ver-se completamente a sua configuração medieval, pois apenas a taparam com pedra.

Como quarta acção foram abertos dois janelões a ladear a frontaria, que para além da rosácea iluminam o interior da nave principal. É possível que na fachada original existissem duas janelas no local das actuais, mas não se encontraram elementos que permitam confirmar a ideia.

Por fim transformação é a elevação das meias águas laterais²⁸⁵, passando o telhado no corpo principal da igreja a ter apenas uma cobertura de duas águas. A rematar o topo da fachada foram acrescentados quatro pináculos e uma cruz central.

²⁸⁴ Apesar do emparedamento actual ter sido realizado pela DGEMN, acredita-se que este se tenha dado num dos grandes períodos modernos de reforma. CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 - 2006. *In* Actas do Seminário Internacional Tarouca e Cister - Homenagem a Leite de Vasconcelos. Tarouca: Câmara Municipal. 2006, p. 134.

²⁸⁵ "Verificamos vestígios desta alteração na diferença do aparelho da pedra na frontaria, correspondente à nave colateral Sul, e no alçado também Sul, a indicação do posicionamento original da cimalha, nas pedras de menores dimensões, portanto, imediatamente acima dos contrafortes." PAGARÁ, Ana Fátima Martelo: "A Igreja de São João de Tarouca no quadro da arquitectura cisterciense primitiva" -COLÓQUIO – "A ORDEM DE CISTER- O TEMPO E O MODO", S. Pedro do Sul, 1998 – Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões: actas. S. Pedro do Sul, 1998; p.119.

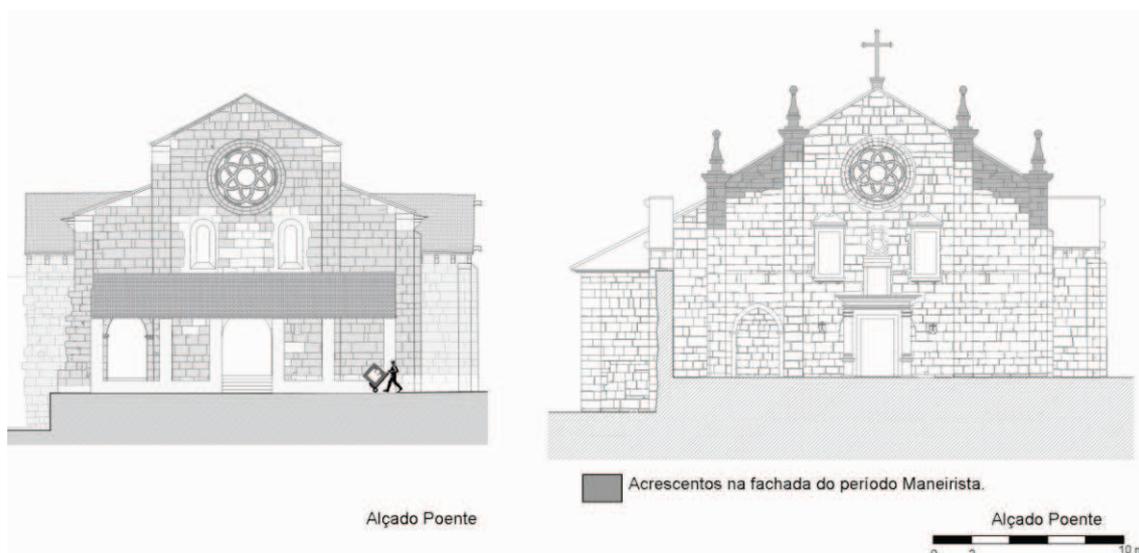


Figura 5.4.5 - Alçados Poente da igreja de S. João de Tarouca, sendo o primeiro a representação da fachada original e a segunda fachada a representação da fachada actual do mosteiro.²⁸⁶

Verifica-se nesta imagem que a cota do átrio da igreja foi elevada, tendo ocorrido este facto na passagem do século XIX para o século XX.²⁸⁷

Alçados laterais

Os alçados laterais, à imagem da fachada principal, também são compostos por paredes lisas marcadas pela saliência dos contrafortes, que deixam entrever as divisórias no interior da igreja, entre estes encontram-se vãos de dimensões reduzidas, á excepção do vão que se situa no transepto do lado Sul da igreja. Esta janela²⁸⁸ em forma de meio-círculo é de dimensões bastante

²⁸⁶ Alçados adaptados dos desenhos técnicos fornecidos por Luís Sebastian.

²⁸⁷ Foi feita uma sondagem entre a porta dos conversos e a porta central que permitiu certificar a cota original de circulação. SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e. Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca. In Revista de História da Arte. Lisboa: Instituto de História da Arte-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. N.º 4. 2007, p. 164.

²⁸⁸ Este janelão é barroco e foi construído a partir do alargamento de uma estreita janela medieval. SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e. Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca. In Revista de História da Arte. Lisboa: Instituto de História da Arte-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. N.º 4. 2007, p. 165.

maiores comparativamente com as restantes²⁸⁹, tratando-se de uma alteração de século XVIII, substituindo o vão original, de igual dimensão aos restantes.

Os fiéis leigos não tinham permissão para entrar no interior do templo porque este era destinado exclusivamente à comunidade monástica, assim, foi-lhes destinada o exterior a capela de S. Brás.²⁹⁰

Apesar de todas as alterações que a igreja sofreu ao longo dos séculos XVII e XVIII, quer na planimetria, quer em alçado ou através da decoração barroca, que vai de encontro aos ideais da Ordem de Cister, é possível mesmo assim perceber o espírito e pureza cisterciense original²⁹¹.

A igreja constitui um importante testemunho na história da arquitectura portuguesa, pois para além de ter introduzido novas soluções construtivas, “é o único exemplo puro de arquitectura cisterciense primitiva existente em Portugal”²⁹².

²⁸⁹ LOURENÇO, Paulo B; FERNANDES, Francisco; Análise de Estabilidade da Igreja de São João de Tarouca; Universidade do Minho, Departamento de Engenharia Civil; Dezembro 2001; p. 3/34.

²⁹⁰ BARROCA, Mário; CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. Uma nova inscrição do século XIII no Mosteiro de S. João de Tarouca. *In* Estudos/Património. Lisboa: IPPAR - Departamento de Estudos. N.º 5. 2003, pp. 97-98.

²⁹¹ PAGARÁ, Ana Fátima Martelo: "A Igreja de São João de Tarouca no quadro da arquitectura cisterciense primitiva" - COLÓQUIO – "A ORDEM DE CISTER- O TEMPO E O MODO", S. Pedro do Sul, 1998 – Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões: actas. S. Pedro do Sul, 1998; p.119.

²⁹² PAGARÁ, Ana Fátima Martelo: "A Igreja de São João de Tarouca no quadro da arquitectura cisterciense primitiva" - COLÓQUIO – "A ORDEM DE CISTER- O TEMPO E O MODO", S. Pedro do Sul, 1998 – Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões: actas. S. Pedro do Sul, 1998; p.123.

A ala dos monges

Esta ala desenvolve-se para Norte a partir do transepto da igreja, sendo composta pela sacristia; o *armarium*, que se encontrava por baixo das escadas das matinas; a Sala do Capítulo; as escadas de acesso ao dormitório a partir do claustro; o *auditorium* (ou *locutorium*) encontra-se entre o corredor de acesso ao exterior e as escadas de acesso aos dormitórios a partir do claustro; o *scriptorium* ou sala dos monges, usada para a leitura e trabalho copista; as latrinas do piso inferior, com ligação directa a partir da sala dos monges. No piso superior existiam umas segundas latrinas, com acesso directo a partir do dormitório, e o dormitório que se estendia por cima de todas as áreas do piso inferior da ala. Neste mosteiro não existe a noviciaria, ao contrário do que ocorria em Fontenay e na maioria dos mosteiros cistercienses.

Do complexo monástico a sala do capítulo é dos espaços mais importantes. Esta sala está virada para o claustro, mas não é possível fazer uma descrição arquitectónica aprofundada da mesma, pois apenas se tem conhecimento da fachada, visível em fotografias tiradas na viragem do século XIX para o século XX²⁹³ e dos elementos recolhidos através da escavação arqueológica. A área foi determinada a partir da escavação e a altura deduziu-se a partir dos vestígios do braço do transepto que ainda se conservam.

Mediante estes elementos sabe-se que em relação às restantes dependências tem uma arquitectura mais elaborada, composta por cinco vãos virados para o claustro, em que dois dos vãos são duas janelas comumente germinadas, que ladeiam uma grande porta de acesso ao seu interior.

²⁹³ Registos fotográficos da autoria de Ramalho Ortigão (Vasconcelos, 1933, p.63, 136, 214); Padre Vasco Moreira (Vasconcelos, 1933, p. 132-135, 181, 200, 216, 217); do Visconde de Britiande (Vasconcelos, 1933, p. 215, p. 353); Aarão Lacerda (Lacerda, 1914, p. 149; Peres, 1929, Vol. II, p. 650), Marques Abreu (Moreira, 1911, p. 14,15; Dionísio, 1988, p. 739, 741; Vasconcelos, 1992, p. 63-64), Alberto Marçal Brandão (Arquivo da Família Marçal Brandão, propriedade de Maria Luísa Salgado Ferreira) e Domingues Alvão (Centro Português de Fotografia). Ver e remeter para página 132 de “A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998-2006”)



Figura 5.4.6 - Proposta de reconstituição da fachada da sala do capítulo do Mosteiro de S. João de Tarouca, (Ilustração de Luís Sebastian)²⁹⁴ e um exemplo de um registo fotográfico das ruínas da sala do capítulo nos finais do século XIX, visto do “claustro”.²⁹⁵

As latrinas encontravam-se na extremidade da ala mais a Norte, para possibilitar a captação do desvio das águas. Estas eram executadas com o objectivo de saneamento e tinham neste caso uma particularidade em relação à solução habitual nos demais cenóbios cistercienses, em vez de possuírem acesso exclusivo a partir do segundo piso, a partir dos dormitórios, possuíam igualmente acesso a partir do piso inferior, a partir do *scriptorium*²⁹⁶.

Como se verifica na Figura 10.3 em anexo, a solução para estas segundas latrinas passou pela subdivisão do canal onde passam as águas para o saneamento das mesmas²⁹⁷.

²⁹⁴ Pormenor adaptado dos desenhos técnicos fornecidos por Luís Sebastian. Para um melhor entendimento consultar SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e. Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca. In Revista de História da Arte. Lisboa: Instituto de História da Arte-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. N.º 4. 2007, p.152.

²⁹⁵ Casa de Fotografia Kimagem, Lamego. Registo fotográfico do princípio do século XX, de fotógrafo desconhecido, retirado de um postal encontrado à venda em Lamego nas décadas de vinte e trinta do século XX – elemento fotográfico fornecido por Luís Sebastian.

²⁹⁶ SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e. Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca. In Revista de História da Arte. Lisboa: Instituto de História da Arte-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. N.º 4. 2007, p. 150.

²⁹⁷ As extremidades das alas dos monges e dos conversos estão construídas sobre um desvio de água que foi feito com o intuito de servir de esgoto e que passa por baixo das latrinas destas duas alas.

A ala Norte

Na ala do claustro oposta à igreja encontravam-se o *calefactorium*, que se situava encostado à ala dos monges e, como já referido, era a única sala do mosteiro aquecida por uma lareira, possibilitando aos monges copistas desenvolverem aí o seu trabalho nos meses mais frios²⁹⁸. De seguida, o refeitório dos monges que se encontrava entre a cozinha e o *calefactorium*, em relação ao claustro posicionado na perpendicular. Por motivos de adaptação à topografia houve neste espaço a necessidade de criar dois patamares de circulação, passando a solução pela criação de um degrau transversal a meio da sala; por fim a cozinha, que se situava junto à ala dos conversos. Deveria ter comunicação com o refeitório apenas através de um pequeno vão, que se poderia materializar numa janela, ou numa porta, apesar dos vestígios recolhidos não incluírem as ombreiras ou a soleira, a existência deste vão fica provada pela marca de posição gravada na silharia, esta marca consiste numa seta que indica onde foi certamente foi aberta a ligação. Do complexo monástico a cozinha revelou-se dos espaços menos inteligíveis devido ao elevado estado de destruição, não sendo por isso possível determinar se haveria uma porta de ligação, como era comum, à ala dos conversos. Porém, a lareira foi localizada no canto Sudoeste da cozinha, enquanto no lado oposto existiria obrigatoriamente um vão para escoamento de lixos que daria para a ribeira do Corgo, que naturalmente levaria com ele os restos²⁹⁹.

²⁹⁸ A estes por vezes juntavam-se os enfermos, podendo ter daí resultado a criação de uma pequena enfermaria. No caso de Fontenay, devido à dimensão do *calefactorium*, permitia-se que a estrutura da enfermaria estivesse na mesma sala, sendo também o caso de S. João, apesar de ser uma enfermaria mais simples e com pouca capacidade.

²⁹⁹ SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e. Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca. In Revista de História da Arte. Lisboa: Instituto de História da Arte-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. N.º 4. 2007, p. 155.

A ala dos conversos³⁰⁰

Esta ala desenvolvia-se a partir dos pés da igreja, encontrava-se no lado oposto à ala dos monges no piso inferior e era constituída: pelo refeitório dos conversos; pela portaria; pela tulha; o *auditórium* dos conversos, que devido à orientação da ala tem uma planta assimétrica; por fim o corredor dos conversos, que se estende a partir do *auditórium*, paralelo ao claustro. Não é possível actualmente determinar onde acaba.

Por norma o espaço da tulha encontrar-se-ia próximo à igreja, e o refeitório dos conversos no extremo oposto a esta, estando estes dois espaços divididos pela portaria. Contudo, no caso do mosteiro de S. João não se verifica esta ordem, encontrando-se a localização da tulha e do refeitório trocados, não se colocando de parte a possibilidade desta solução não ser a original. A tulha, apesar de se localizar na zona mais frequentemente atribuída ao refeitório, tem ligação ao *auditorium*.

O dormitório dos conversos situava-se em todo o piso superior da ala e por norma providos de latrinas na extremidade Norte, à imagem do que ocorre na ala dos monges. Todavia, no mosteiro de S. João, isso não foi ainda possível ser determinado, pois ocorreram alterações nessa metade da ala que impossibilita, sem escavações arqueológicas, determinar, ou não, a sua existência³⁰¹.

³⁰⁰ Esta ala fazia de charneira entre o interior do mosteiro e o exterior.

³⁰¹ SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e. Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca. In Revista de História da Arte. Lisboa: Instituto de História da Arte-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. N.º 4. 2007, pp. 155-157.

06 | Evolução do Mosteiro de São João de Tarouca

Durante vários séculos os mosteiros cistercienses românicos foram sofrendo várias alterações, principalmente nos períodos maneirista e barroco. Felizmente a igreja do mosteiro de S. João e Tarouca, apesar de também ter sido sujeita a alterações, estas foram pouco profundas, o que permite identificar e perceber quais foram essas intervenções e o que é ou não de traça original. De acordo com os estudos efectuados durante a intervenção arqueológica realizada entre 1998 e 2007, conclui-se que se trata de uma construção exemplar da Ordem de Cister em território nacional³⁰².

O resto do mosteiro, após a extinção em 1834 das ordens religiosas em Portugal, foi vendido em hasta pública e sujeito ao desmantelamento para o reaproveitamento da pedra. Este processo permite hoje, ironicamente, um entendimento da evolução da planta do mosteiro, de modo mais evidente, pois através da intervenção arqueológica realizada é hoje possível uma análise mais profunda e precisa das várias fases construtivas do mesmo, mais difícil de realizar em edifícios conservados³⁰³.

É possível identificar três grandes fases de construção distintas no mosteiro de S. João de Tarouca: a primeira fase nos séculos XII e XIII, como se verifica na Figura 6.1, corresponde à construção da igreja e complexo monástico medieval; a segunda fase na primeira metade de século XVII, em que foi executada uma obra de engenharia exemplar, pois foi construído um sistema

³⁰² CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. O projecto de investigação arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998-2008. *In* Pedra & Cal. Lisboa: GECORPA - Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico. N.º 38. 2008, p. 21.

³⁰³ SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e. Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca. *In* Revista de História da Arte. Lisboa: Instituto de História da Arte-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. N.º 4. 2007, p. 148.

de abóbadas que canalizaram os três Corgos do mosteiro; e possibilitaram a construção do dormitório e noviciaria, sinalizados com o número 38 na figura 6.1³⁰⁴; a terceira e última grande fase correspondente à primeira metade do século XVIII, com a construção de um novo dormitório para os monges. Estas foram as fases mais marcantes na evolução do mosteiro.³⁰⁵

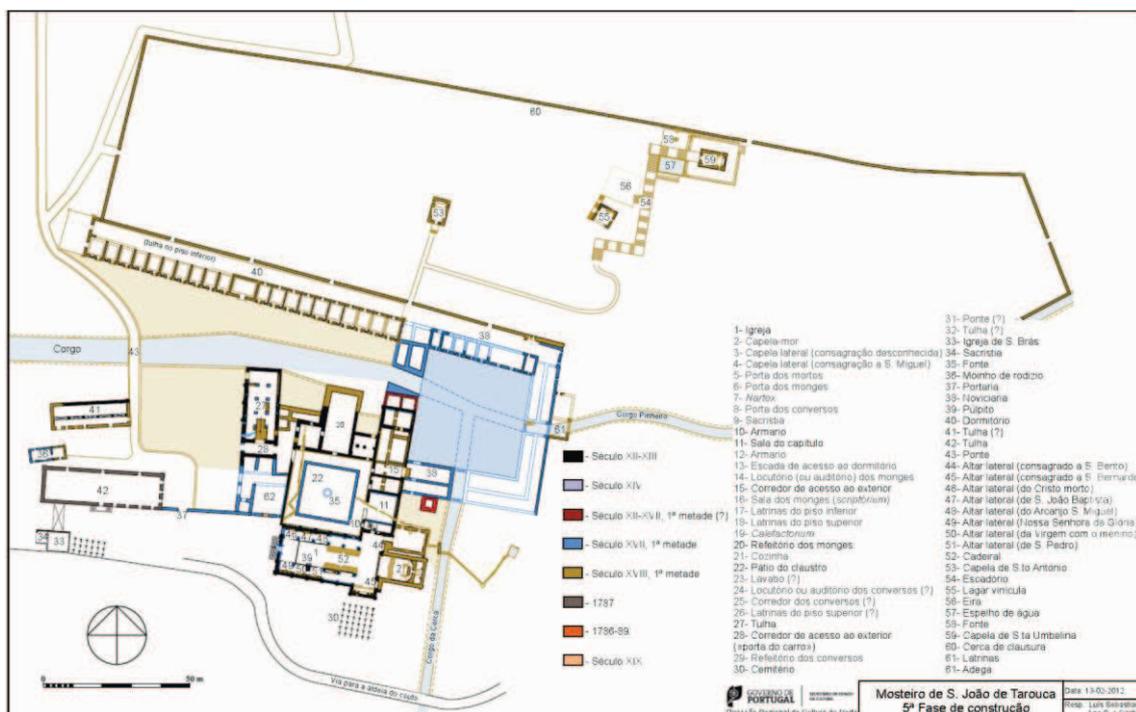


Figura 6.1 – Planta geral do complexo monástico, onde se pode observar as diversas fases construtivas, destacando-se pela dimensão as fases principais da evolução do mesmo.³⁰⁶

³⁰⁴ Tratando-se de todo o conjunto, as abóbadas que foram construídas sobre os corgos e o novo complexo, de uma obra única. Esta nova informação em que o complexo não foi apenas um grande dormitório, mas, foi também uma noviciaria, foi obtida diretamente através de Luís Sebastian.

³⁰⁵ Estas diferentes fases construtivas podem-se verificar na Figura 6.1, imagem de Luís Sebastian e Ana S. e Castro.

³⁰⁶ Ilustração fornecida por Luís Sebastian: Ilustração de SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana S.; Mosteiro de São João de Tarouca – 5ª Fase de construção; 2012.

No século XVII o mosteiro de S. João de Tarouca, à imagem de muitos outros mosteiros³⁰⁷, inicia a sua ampliação, devido ao aumento do número de monges. Assim através de um sofisticado e inteligente sistema de abóbadas³⁰⁸ as linhas de água junto ao mosteiro são canalizadas. As estruturas são em abóbadas de berço³⁰⁹ e foram construídas sobre os três corgos: o Corgo da Cerca, o Corgo do Pinheiro e o Corgo, a disposição das mesmas une-as na intersecção dos corgos o que permitiu um aterro sobre a estrutura que proporcionou a criação de uma plataforma artificial de forma quadrangular.³¹⁰ Esta magnífica obra possibilitou ultrapassar as barreiras inicialmente impostas pelos corgos, mas, como consequência, as latrinas que se situavam no extremo Norte da ala dos monges, da fundação românica, foram completamente desactivadas. A parede central de separação das águas³¹¹ foi desmantelada e o espaço onde passava o desvio da água foi preenchido com entulho³¹². O fosso foi coberto através da colocação de um piso de soalho³¹³,

³⁰⁷ Após um período de declínio, em 1567 cria-se a Congregação de S. Bernardo, que proporcionou a reforma dos mosteiros da ordem e a sua afirmação. PAGARÁ, Ana Fátima Martelo: "A Igreja de São João de Tarouca no quadro da arquitectura cisterciense primitiva" - COLÓQUIO – "A ORDEM DE CISTER- O TEMPO E O MODO", S. Pedro do Sul, 1998 – Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões: actas. S. Pedro do Sul, 1998; p. 117. "Nesta época deu-se a construção de novas fachadas e o alargamento das dependências monásticas, traduzindo-se no acrescento de um ou mais claustros. São João de Tarouca parece inscrever-se totalmente neste contexto." Citação CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998-2001. In Estudos/Património. Lisboa: IPPAR - Departamento de Estudos. N.º 2. 2002, p. 40.

³⁰⁸ Este sistema de abóbadas ainda existe sob os edifícios do mosteiro e é possível ser observado no local.

³⁰⁹ Esta construção foi identificada através das escavações arqueológicas.

³¹⁰ CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998-2001. In Estudos/Património. Lisboa: IPPAR - Departamento de Estudos. N.º 2. 2002, pp. 40-41.

³¹¹ Em anexo na Figura 10.3, é possível ver qual era o desvio de água para evacuação das latrinas, nesta imagem essa simulação é da altura em que as latrinas ainda estavam activas.

³¹² Actualmente, graças às escavações arqueológicas, é possível ver onde se localizava o desvio de água inicial para a evacuação das latrinas, e percebe-se a desactivação das mesmas através do entulho colocado para vedação do mesmo.

³¹³ O revestimento desta nova divisão foi feito com azulejo de tapete policromo. Este azulejo encontra-se ainda hoje nas naves da igreja, deduzindo-se que o período de reforma tenha sido o mesmo. CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 - 2006. In Actas do Seminário Internacional Tarouca e Cister - Homenagem a Leite de Vasconcelos. Tarouca: Câmara Municipal. 2006; p. 133.

permitindo esta anulação a subdivisão das latrinas em duas dependências de menor dimensão.³¹⁴

Na primeira metade do século XVII, com a existência da plataforma artificial para Este e Noroeste da fundação românica³¹⁵, deu-se início à construção de um segundo dormitório³¹⁶.

Este novo dormitório ao contrário do primeiro, organizou-se de forma diferente, a sua construção prolongou-se a partir do extremo Norte da ala dos monges, fechou-se em si mesmo e desta disposição resultou um pátio interior, para onde se voltavam as celas dos monges, pois de acordo com os novos planos da vida monástica, deixava de existir um dormitório comum e passavam a ser construídas celas³¹⁷ individuais para os monges. Esta nova tipologia obrigou a construção de edifícios muito maiores que os anteriores complexos medievais.

A implantação do edifício é visível na figura 6.1, mas apenas nos apercebemos através das paredes existentes qual seria a sua implantação, através de um alçado original intacto que possibilita a visualização dos seus vãos. Nessa ala é também possível ter uma noção de cada cela, pois existem elementos visuais

³¹⁴ CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 - 2006. *In Actas do Seminário Internacional Tarouca e Cister - Homenagem a Leite de Vasconcelos*. Tarouca: Câmara Municipal. 2006; pp. 132-133 e pp. 137-138.

³¹⁵ CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998-2001. *In Estudos/Património*. Lisboa: IPPAR - Departamento de Estudos. N.º 2. 2002, p. 40.

³¹⁶ A construção deste novo dormitório foi mandada fazer pelo Fr. Manuel Machado, abade trienal entre 1630 e 1633. CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 - 2006. *In Actas do Seminário Internacional Tarouca e Cister - Homenagem a Leite de Vasconcelos*. Tarouca: Câmara Municipal. 2006; p. 139.

³¹⁷ Estas celas de acordo com o que é possível verificar teriam uma área que vai desde os 14.85m² (4.50m por 3.30m) até aos 24.03 m² (5.40m por 4.45m). Na ala onde ainda existem vestígios das celas, podem ser identificadas pelo menos dois tipos de celas, uma em que apresenta uma janela com cerca de 1.40m por 2.25m e outra que tem um vão com cerca de 0.85m por 1.20m. Cada janela tem um banco do lado esquerdo em pedra e no mesmo alçado da janela mas do lado direito da mesma existe uma reentrância para, eventualmente, servir de armário para os monges. As dimensões são reduzidas, pois os monges viviam apenas com o essencial. Neste alçado nem todos os vãos são iguais, pois existe um que seria uma porta com guarda e não uma janela como as restantes, a sua dimensão é aproximadamente de 1.45m por 2.40m, este vão é encimado por um de menor dimensão (1.45m por 0.85m). Cada cela tem uma caixa-de-ar por baixo do pavimento, para circulação de ar e para prevenir a um ambiente húmido no seu interior. Ver Figura 10.4 em anexo.

que o permitem identificar, não sendo possível avaliar o número total de celas neste dormitório, ou onde seriam as latrinas. Na ala que se encontra mais intacta é possível identificar a existência de pelo menos sete celas, cada uma correspondendo a cada janela existente nesse alçado, como foi referido, voltados para um pátio. Em princípio todas as celas se voltariam para este. Percebe-se também a existência de um corredor pelo qual se tem acesso a todas as celas, o corredor deveria (hipoteticamente) dar a volta ao complexo, para permitir acesso às restantes dependências. Ainda no braço cujo alçado virado para o pátio se mantém, é possível perceber que na mesma ala o alçado Norte não original da construção deste século tem três vãos. Desconhece-se como seria no alçado Norte original, mas eventualmente para entrada de luz e acesso à zona Norte exterior do mosteiro também deveriam existir vãos.

Os restantes alçados estão em ruína, ou são inexistentes, por isso pouco ou nada se pode actualmente avançar na sua descrição sem uma intervenção arqueológica mais profunda, mas pode-se supor, de acordo com os vãos existentes, a preocupação na relação com a envolvente, não só para aproveitamento da luz natural, mas como era comum, para a relação com a natureza que proporcionava uma maior “proximidade” e “ligação” com Deus.

A construção deste dormitório foi feita toda em pedra³¹⁸ como o restante complexo medieval.

Ainda dentro deste período o alçado Sul da ala dos conversos foi reformulado. Um plano vertical que vem do alinhamento da fachada Norte da igreja prolonga-se para Oeste, neste estão inseridos três vãos, um deles é um

³¹⁸ A pedra para a construção do dormitório foi recolhida das pedreiras do Couto, pois como foi referido num capítulo anterior, foi extraída pedra de oito das nove pedreiras existentes para a construção de todo o complexo monástico.

portal³¹⁹ ladeado por duas janelas, o acesso a este portal é feito através de quatro degraus que possibilitam a ligação entre a ala dos conversos e a frontaria da igreja onde se encontrava a porta dos conversos.³²⁰

Em 1720³²¹, no seguimento do dormitório construído no século XVII, é construído paralelo ao Corgo a Norte do complexo medieval, um novo dormitório, mais sofisticado.

“A construção do novo dormitório (...) implicou o desmantelamento da parede Norte do dormitório seiscentista e a sua reconstrução segundo o novo alinhamento, combinando os dois edifícios numa só ala monumental”³²² (figura 6.1).

O novo dormitório é composto por vinte celas, cada cela³²³ tem dois pisos, que davam acesso a um corredor com vãos voltados para Norte do complexo. O corredor era assoalhado de forma a manter a cota do dormitório anterior, por baixo deste existia um compartimento que era a tulha³²⁴, esta era de cota

³¹⁹ Este portal é ladeado por um painel de azulejo policromo de maçaroca de pintas. CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 - 2006. *In Actas do Seminário Internacional Tarouca e Cister - Homenagem a Leite de Vasconcelos*. Tarouca: Câmara Municipal. 2006; p. 133.

³²⁰ SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 - 2006. *In Actas do Seminário Internacional Tarouca e Cister - Homenagem a Leite de Vasconcelos*. Tarouca: Câmara Municipal. 2006; p. 133.

³²¹ O início da construção data de 1720 e em princípio ter-se-á prolongado no mínimo até 1736, de acordo com a “inscrição referente ao encanamento do Corgo do Pinheiro situada no princípio da sua parede limite Norte”. SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 - 2006. *In Actas do Seminário Internacional Tarouca e Cister - Homenagem a Leite de Vasconcelos*. Tarouca: Câmara Municipal. 2006; p. 135.

³²² SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 - 2006. *In Actas do Seminário Internacional Tarouca e Cister - Homenagem a Leite de Vasconcelos*. Tarouca: Câmara Municipal. 2006; p. 139.

³²³ As celas do novo dormitório são de dois pisos com uma área de 22,5m² (5m por 4.5m), acedia-se por um corredor para uma espécie de mezzanine com um vão de 1m por 1.30m, depois descia-se para um piso inferior que também possuía um vão de menor dimensão e cuja forma era oval, teria só a função de iluminar este espaço onde eventualmente se encontraria a cama para o monge dormir. O espaço de contemplação e oração seria o piso zero (mezzanine) pois existe uma maior relação com o exterior e junto à janela na própria estrutura existe um banco em pedra, idêntico ao que acontece na cela do dormitório anterior, existe uma estante embutida na parede, com ranhuras para as prateleiras, mas esta é de maior dimensão, para além desta estante existiam mais duas reentrâncias de reduzida dimensão no piso onde se encontraria a cama, eventualmente com a mesma função de servir para arrumos. Ver Figura 10.5 em anexo.

³²⁴ O pavimento da tulha era em terra batida.

inconstante, pois era o espaço que sobrava entre piso do corredor que vinha do dormitório seiscentista e a cota do chão da ampliação do dormitório. Como o terreno era descendente de Este para Oeste, a estrutura que acompanhou o limite superior do anterior edifício, tornou-se numa estrutura muito alta, o que permitiu a construção de caixas-de-ar por baixo de cada dormitório (garantindo a elevação do piso à cota do corredor de acesso), estas caixas-de-ar permitiam a prevenção da humidade.³²⁵

No mesmo século e juntamente com a construção desta extensão, são construídas três capelas, duas dentro da cerca da clausura, a capela de Santo António e de Santa Umbelina, e uma terceira, a capela de Santa Catarina, fora desta, mas dentro da cerca do mosteiro para Sul do complexo³²⁶.

A envolvente a Norte destes dois dormitórios, inserida na cerca da clausura³²⁷, sofreu uma transformação considerável, pois foi criado um sistema de socalcos com caleiras que permitiam a irrigação dos terrenos e o seu cultivo. Este complexo sistema foi desenvolvido com o objectivo de vencer acentuada inclinação do terreno até ao mosteiro, permitindo a integração de percursos e a incorporação das capelas de Santo António ligada à capela de Santa Umbelina,

³²⁵ SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 - 2006. *In* Actas do Seminário Internacional Tarouca e Cister - Homenagem a Leite de Vasconcelos. Tarouca: Câmara Municipal. 2006; p. 139.

³²⁶ SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 - 2006. *In* Actas do Seminário Internacional Tarouca e Cister - Homenagem a Leite de Vasconcelos. Tarouca: Câmara Municipal. 2006; pp. 139-140.

³²⁷ A cerca da clausura que delimitava o perímetro imediato para Norte dos Grandes dormitórios foi construída também no século XVIII. A cerca parte do último dormitório a Oeste do complexo e terminava a Sudeste com o Corgo do Pinheiro, que constitui uma cerca natural. SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 - 2006. *In* Actas do Seminário Internacional Tarouca e Cister - Homenagem a Leite de Vasconcelos. Tarouca: Câmara Municipal. 2006; p. 139.

por um monumental escadório. Sensivelmente a meio deste escadório foram integradas uma eira e um pequeno lagar³²⁸.

Junto à Capela da Santa Umbelina, num patamar abaixo, existe um tanque que é alimentado por uma fonte que está adossada à cerca da clausura, esta fonte era alimentada pela “Araca da Fonte” através de uma caleira que corria pelo “Monte do Outeiro Gordo”³²⁹.

Ainda no século XVIII procedeu-se à construção da actual “casa da Tulha”, a sua implantação integra-se no conjunto, pois está construída no alinhamento do alçado Sul da ala dos conversos, desenvolvendo-se para Oeste e com este alçado fazia a antiga portaria. Importante também na sua implantação é a integração nos novos acessos criados.³³⁰

A torre sineira³³¹ foi a última construção deste século e a última grande obra do Mosteiro de São João de Tarouca. A sua construção data de 1786 a 1789, a sua tipologia apresenta uma planta quadrangular e situa-se a Noroeste da igreja e a Este da ala dos monges do complexo medieval. Esta já é composta por um relógio de torre mecânico, que sinalizava as horas automaticamente³³².

³²⁸ A orientação destes dois elementos não coincide com a métrica existente no restante complexo, mas não se dispõe de elementos que permitam averiguar a razão.

³²⁹ “Mais huma matta que tem dentro de si vários carvalhos pinheiros por dentro da qual passa hum cano de pedraria donde vem a agoa de nascente chamado a Arca da Fonte para a cerca do mosteiro cuja matta parte com dita cerca ou clauzura e com Monte do Outeiro Gordo (...)” (ANTT, AHMF – Cx 2255, capilha n.º 383, inventário de bens imóveis e móveis, fl. 5). SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 - 2006. *In* Actas do Seminário Internacional Tarouca e Cister - Homenagem a Leite de Vasconcelos. Tarouca: Câmara Municipal. 2006; p. 139.

³³⁰ SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 - 2006. *In* Actas do Seminário Internacional Tarouca e Cister - Homenagem a Leite de Vasconcelos. Tarouca: Câmara Municipal. 2006; p. 140.

³³¹ No seu interior foram encontrados diversos e variados despojos datados de setecentos. Foi neste edifício que foi realizada a primeira intervenção de restauro em 1997 pelo IPPAR. RICARDO, Teixeira: “A arqueologia dos espaços cistercienses no Vale do Douro” - *Cister no Vale do Douro*, Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Porto, Edições Afrontamento, Porto, 1999; p. 224.

³³² SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 - 2006. *In* Actas do Seminário Internacional Tarouca e Cister - Homenagem a Leite de Vasconcelos. Tarouca: Câmara Municipal. 2006; p. 140.

07 | Estado actual do Mosteiro de São João de Tarouca

Elementos gráficos ³³³

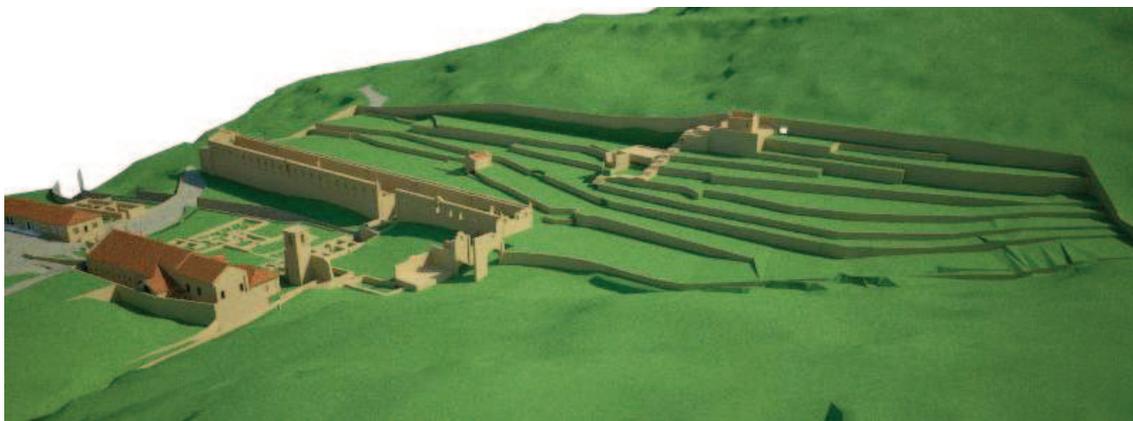


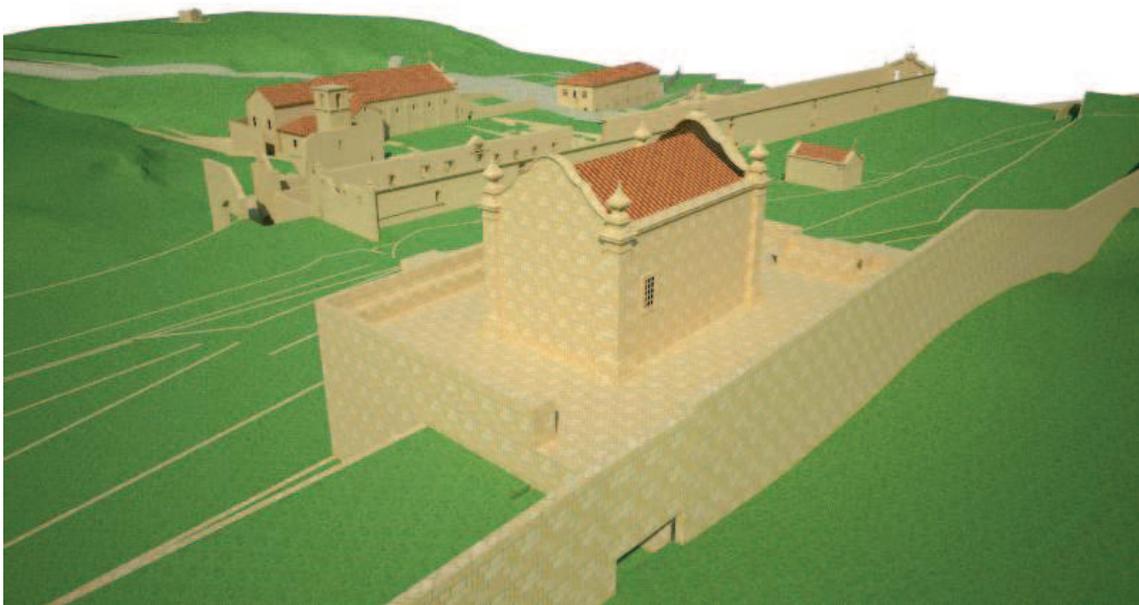
Figura 7.1 – Representação tridimensional do Mosteiro de São João de Tarouca – vista aérea perspectiva Sueste.

De acordo com o que já foi referido, com a extinção das ordens religiosas em 1834 os mosteiros foram encerrados e como consequência, à excepção das igrejas, o resto dos complexos foram pilhados; demolidos; desmantelados e vendidos ou abandonados, sofrendo de deterioração progressiva. Estes acontecimentos ocorreram em todo o território nacional, o Mosteiro de São João de Tarouca não foi excepção. Assim, com o intuito de ter uma percepção mais técnica da estrutura actual do complexo, foi feita uma representação tridimensional do mesmo. Esta iniciativa em representar o mosteiro tridimensionalmente surge com o intuito de alavanca para a realização de uma proposta volumétrica de como seria o mosteiro antes destes acontecimentos, pois possibilita um melhor entendimento do local de implantação, permite perceber a estrutura que ainda subsiste para então se poder realizar uma simulação de como teria sido o complexo monástico

³³³ A realização da representação tridimensional do complexo monástico foi possível através da informação facultada por Luís Sebastian (arqueólogo da Direcção Regional de Cultura do Norte) e através de um levantamento efectuado pelo autor no local que possibilitou completar os elementos em falta na informação facultada.



Figuras 7.2 – Vista aérea perspectiva Sudoeste. Como se verifica na figura, à excepção da igreja, o complexo medieval foi praticamente todo desmantelado. Os dormitórios dos séculos XVII e XVIII também sofreram desmantelamento, mas como é visível foi menos acentuado, sendo mesmo que o dormitório do século XVIII se encontra quase intacto no seu exterior. A igreja e respectiva sacristia, as tulhas, as capelas de São António e de Santa Umbelina com as suas escadarias, tanque e fonte; a torre sineira; e o sistema hidráulico; graças à intervenção arqueológica foram restauradas e/ou reconstruídas.



Figuras 7.3 - Representação tridimensional do Mosteiro de São João de Tarouca – vista aérea perspectiva Nordeste. Desta perspectiva encontra-se em primeiro plano a capela de Santa Umbelina, em segundo a capela de São António e em terceiro e quarto plano o restante

complexo monástico, desta perspectiva é possível também observar a capela de Santa Catarina em último plano.

Esta perspectiva permite ter uma noção da implantação em termos topográficos, percebe-se o encaixe do complexo no vale, para tirar maior partido dos canais de água pré-existentes.

08 | Proposta tridimensional da volumetria do Mosteiro de São João de Tarouca

Como elemento conclusivo de toda a investigação realizada ao Mosteiro de S. João de Tarouca, proponho um conjunto de imagens tridimensionais de como hipoteticamente seria a volumetria do mosteiro.

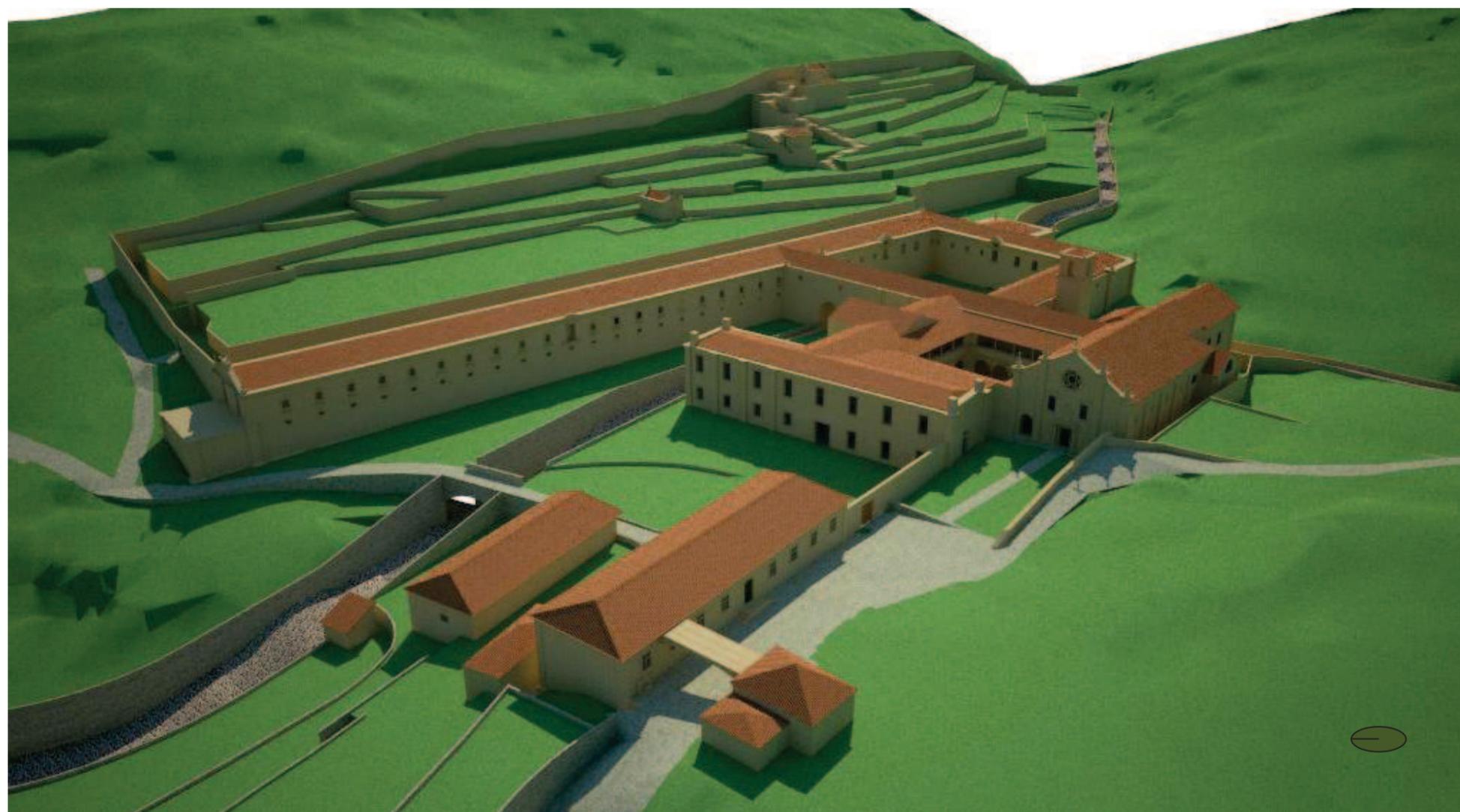


Figura 8.1 – Nesta figura é possível visualizar a relação entre o estado actual do Mosteiro (canto superior esquerdo) e a proposta de volumétrica do Mosteiro antes do fim das ordens monásticas (perspetiva Sudoeste).



Figura 8.2 – Vista aérea do complexo cisterciense de São João de Tarouca, perspectiva Sueste da proposta volumétrica.

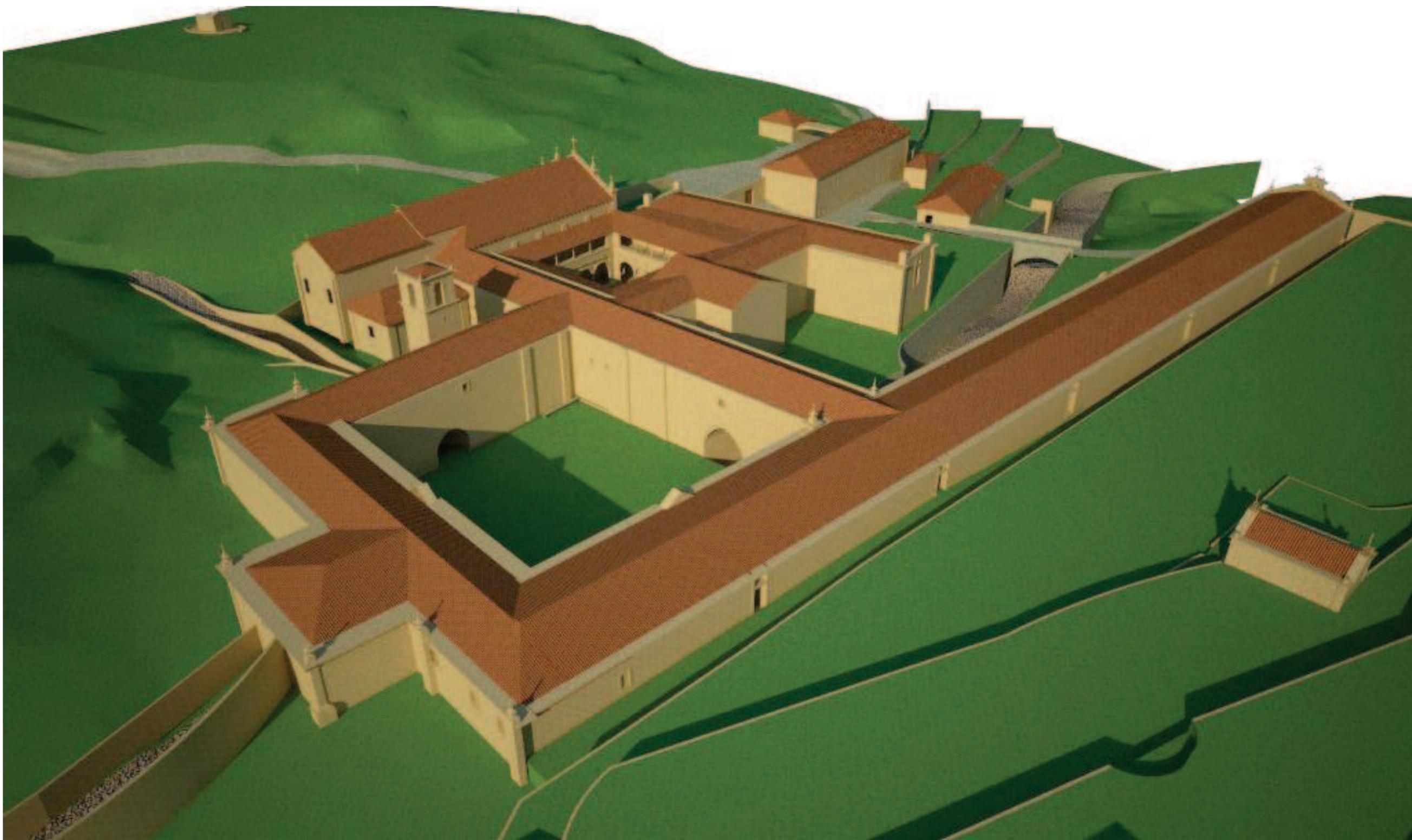


Figura 8.3 – Vista aérea do complexo cisterciense de São João de Tarouca, perspectiva Nordeste da proposta volumétrica.



Figura 8.4 – Vista aérea do complexo cisterciense de São João de Tarouca, perspectiva Noroeste da proposta volumétrica.

09 | Conclusão

A reconstrução tridimensional digital do Mosteiro de São João de Tarouca tem como objectivo uma proposta de reconstituição de um imponente conjunto arquitectónico, cujo valor histórico marca o início da Ordem de Cister em Portugal. Pensamos que Este elemento constitui uma mais-valia para a percepção hipotética de como seria o complexo monástico e de que forma este se relacionava com a envolvente imediata, é uma forma de visualizar sobre diversas perspectivas a sua monumentalidade e as suas relações, algo que actualmente, apesar de desenhos existentes, não nos é possível.

Tendo em conta as limitações, devido à escassa informação, para uma exacta reconstituição de como teria sido o mosteiro, foi indispensável perceber desde os primórdios a sua evolução. Para tal as escavações arqueológicas ao local em estudo³³⁴ permitiram o desnudamento da fundação medieval do mosteiro, o que se revelou muito importante, e possibilitou perceber qual a estrutura medieval do edifício e a sua evolução, elemento muito importante para a concretização do modelo tridimensional. Os registos fotográficos do complexo desde os primórdios da fotografia em Portugal foram outro contributo importante para o desenvolvimento de desenhos técnicos da volumetria do mosteiro. Muito importante para o desenvolvimento do meu trabalho foi toda a informação disponibilizada por Luís Sebastian³³⁵. A informação em falta, como

³³⁴ As escavações arqueológicas foram realizadas entre 1998 e 2007, sendo da responsabilidade institucional do IPPAR e co-dirigidas por Luís Sebastian e Ana Sampaio e Castro. Os trabalhos de recuperação patrimonial têm vindo desde então a ser continuados pela Direcção Regional de Cultura do Norte.

³³⁵ A informação disponibilizada foi desde artigos e estudos desenvolvidos pela equipa responsável pelas escavações ao mosteiro, uma série de bibliografia indispensável para a percepção da orgânica do mosteiro; muito importante desenhos técnicos de quase todas as estruturas do actual do complexo e um grande empenho na disponibilidade de orientação das visitas que efectuei ao local.

desenhos técnicos que não constavam na informação fornecida, por não existirem, foi desenhada pela autora, através da informação métrica e fotográfica recolhida no local. A informação métrica em falta para a concretização da representação tridimensional, devido ao estado de ruína do mosteiro, foi completada através das primeiras fotografias tiradas ao mosteiro.

Esta proposta é pioneira e meramente hipotética e deve ser entendida como tal, contudo, a finalidade e os objectivos da representação tridimensional foram conseguidos porque esta experiência pode ser explorada do ponto de vista educativo e elucidativo de como teria sido o mosteiro, podendo constituir-se como um meio de divulgação e preservação de uma parte da nossa história. Apesar da necessidade de recurso a várias abordagens como referi, para a concretização do projecto, este resultou num trabalho útil, absorvente e estimulante.



Figura 9.1 – Perspectiva hipotética do interior do Claustro original do Mosteiro de São João de Tarouca. Do lado esquerdo situa-se a igreja e do lado direito a ala dos Conversos.



Figura 9.2 – O Claustro original do Mosteiro de São João de Tarouca foi substituído no século XVII, esta é a perspectiva hipotética do seu interior

10 | Anexos

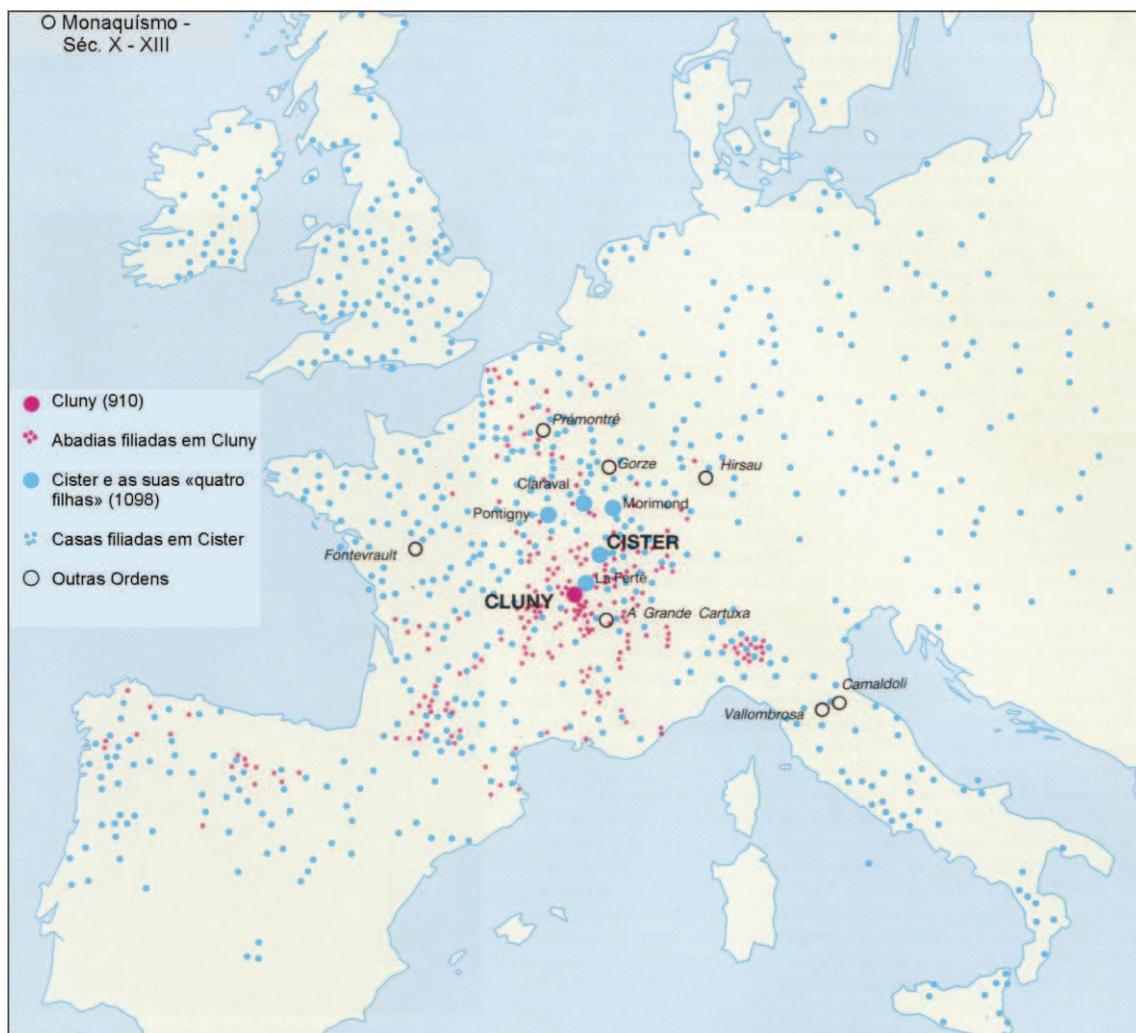


Figura 10.1 – Mapa o Monaquismo no Ocidente (séc. X-XIII) – VIDAL-NAQUET, Pierre; BERTIN, Jaques; *Atlas Histórico – Da Pré-História aos Nossos Dias*; Lexicultural; 1994; p.117.

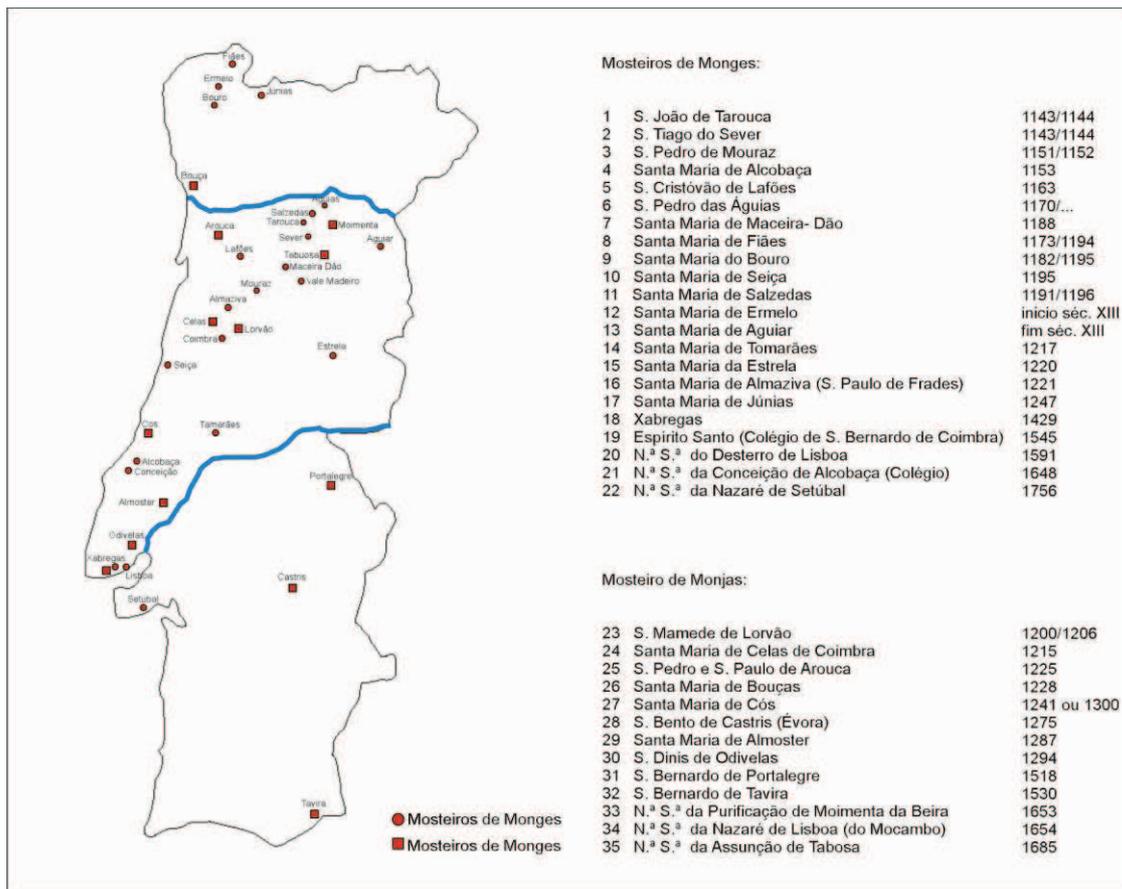


Figura 10.2 - mosteiros cistercienses (séc. XII – XVIII) segundo de Dom Maur Cocheril, “L’Ordre de Cistèaux au Portugal – Probleme historique”, in *Studia Monastica*, 1959, pp. 91-55.

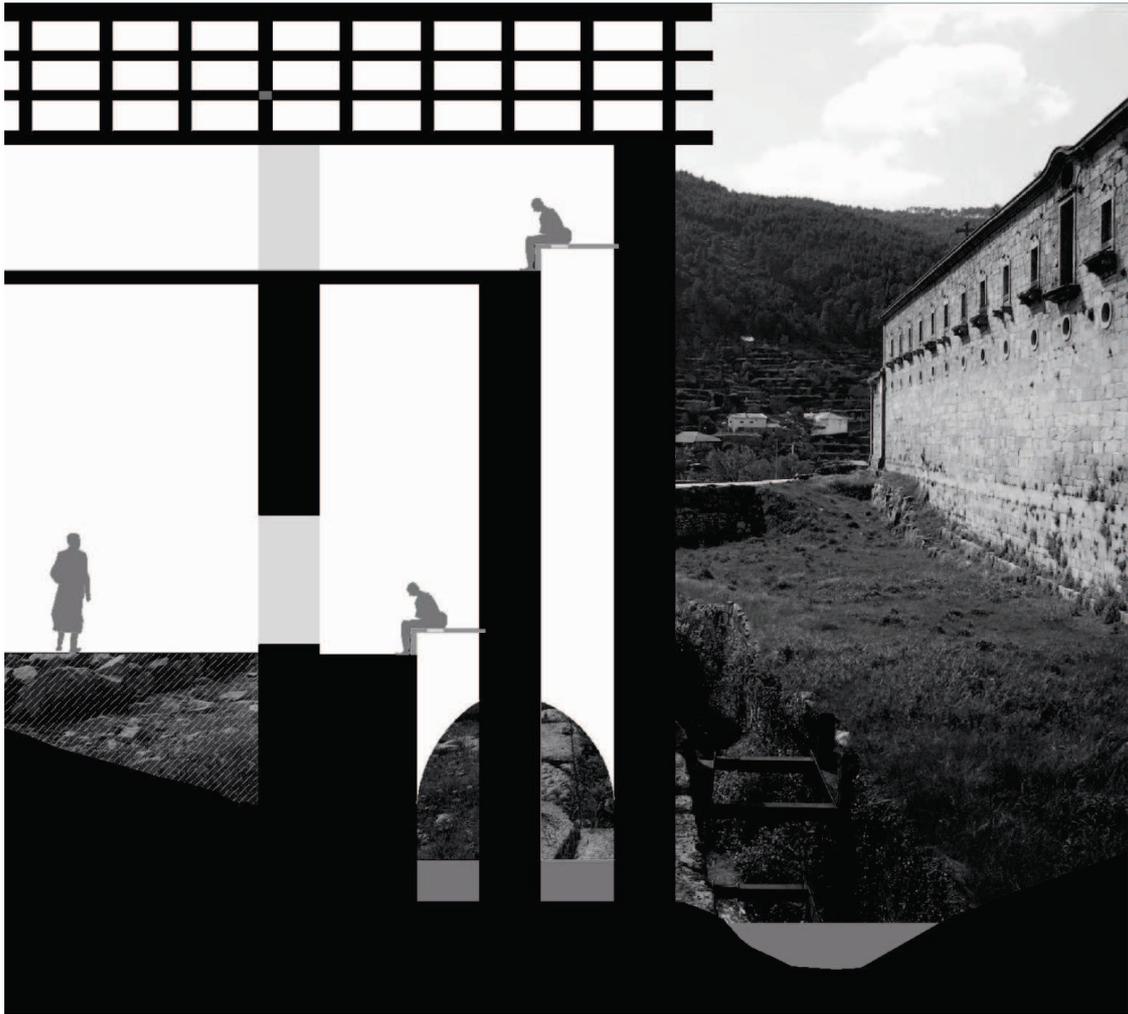


Figura 10.3 - Imagem adaptada da proposta de reconstituição das latrinas da ala dos monges do Mosteiro de S. João de Tarouca de Luís Sebastian.³³⁶

³³⁶ Pormenor adaptado dos desenhos técnicos fornecidos por Luís Sebastian. SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e. Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca. In Revista de História da Arte. Lisboa: Instituto de História da Arte-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. N.º 4. 2007, p. 153.

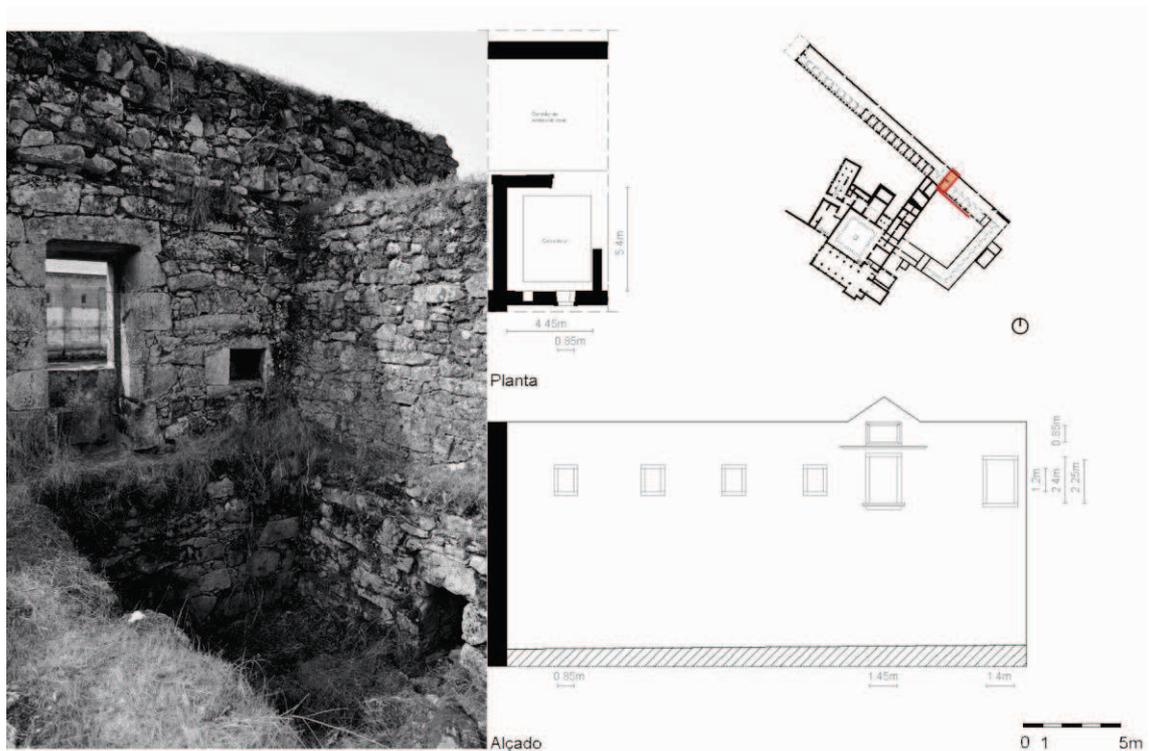


Figura 10.4 – Fotografia e desenhos técnicos de uma das celas do dormitório do século XVII. Na fotografia é possível visualizar a única janela da cela com o banco inserido no vão do lado esquerdo, o orifício que se vê no lado direito da janela seria, hipoteticamente, um espaço para arrumos, o fosso que é a caixa-de-ar para evitar humidades, este era encimado por um pavimento em madeira.³³⁷

³³⁷ A fotografia é da minha autoria, a planta do complexo monástico é uma adaptação dos elementos fornecidos por Luís Sebastian. O alçado que representa uma parte de uma das fachadas do mosteiro foi desenhado por mim através da planta de fotografias e medidas por mim retiradas no local.

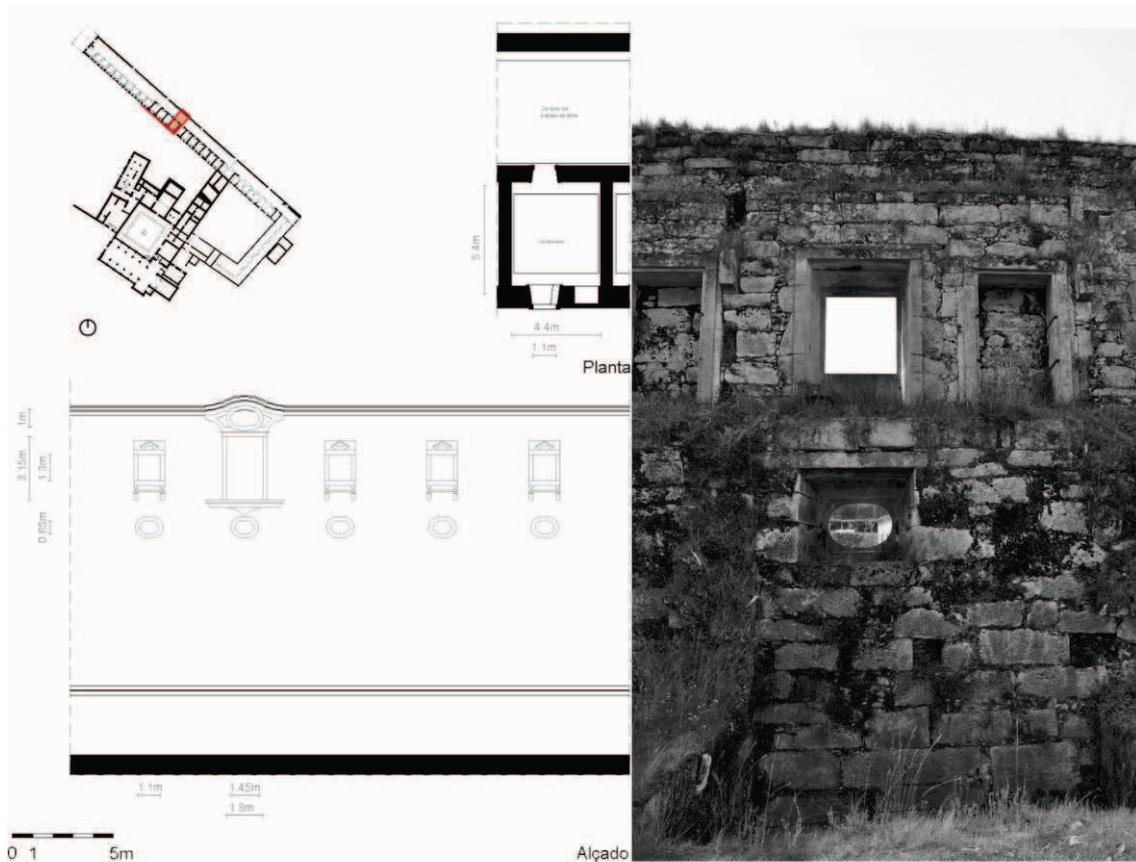


Figura 10.5 - Fotografia e desenhos técnicos de uma das celas do dormitório do século XVIII. Na fotografia é possível visualizar as duas janelas existentes na cela, a maior no piso zero e a menor de forma oval no piso -1. Na janela maior percebe-se o banco inserido na estrutura da janela do lado esquerdo, como acontece na cela do dormitório anterior, na mesma parede do vão maior do lado direito existe uma cavidade com ranhuras para prateleiras, esta servia de armário para os monges. Mais uma vez à imagem do que ocorre no dormitório do século XVII, existe uma caixa-de-ar para evitar a entrada de humidade, este também era encimado por pavimento em madeira.³³⁸

³³⁸ A fotografia é da minha autoria, a planta do complexo monástico é uma adaptação dos elementos fornecidos por Luís Sebastian. O alçado que representa uma parte de uma das fachadas do mosteiro foi desenhado por mim através da planta de fotografias e medidas por mim retiradas no local.

11 | Índice de Figuras

- Figura 3.1 – Localização por ordem cronológica dos mosteiros cistercienses portugueses dos séculos XII e XIII segundo Saul Gomes. (imagem feita pelo autor de acordo com a informação obtida: GOMES, Saul António - *Visitações a mosteiros cistercienses em Portugal, séculos XV e XVI*. Lisboa: IPPAR - Departamento de Estudos. 1998, pp. 13-14) -----15
- Figura 3.2 – Filiação dos primeiros mosteiros cistercienses em Portugal. (imagem feita pelo autor de acordo com a informação obtida: AMADO, Miguel António Reis; *Reconstituição do mosteiro medieval de Santa Maria de Salzedas*; Universidade de Coimbra; 2007; p. 14. Adaptação da figura 2.3.) ----- 21
- Figura 4.1 – Fotografia aérea de São João de Tarouca. (Imagem facultada por Luís Sebastian, onde se verifica a saliência do Vale de S. João, esta alteração da minha autoria foi efectuada para uma melhor compreensão do local). ----- 24
- Figura 4.2 – Carta Militar Portuguesa com a localização do Mosteiro de São João de Tarouca (imagem feita pelo autor com o suporte da: Carta Militar Portuguesa Folhas: 137; 138; 147 e 148. Escala 1:25.000. Lisboa: Instituto Geográfico do Exército. 3ª edição. 1997) tendo como referencia a imagem de Luís Sebastian em: *Património associado, uma proposta de conceito*. In *Estudos/Património*. Lisboa: IPPAR - Departamento de Estudos. n.º 10. 2007, p. 16. ----- 25
- Figura 4.3 – Carta Militar Portuguesa com a localização do Mosteiro de São João de Tarouca e a sua relação com o Rio Varosa e as três linhas de água sobre o qual o mosteiro se encontra implantado. (imagem feita pelo autor com o suporte da: Carta Militar Portuguesa Folhas: 147 e 148. Escala 1:25.000. Lisboa: Instituto Geográfico do Exército. 3ª edição. 1997). ----- 26
- Figura 4.4 – Carta militar com a representação dos pontos de extracção de pedra para a construção do Mosteiro de S. João de Tarouca, à excepção da pedreira nº9 que serviu para a construção as casas da aldeia do Teixelo. Estão também assinalados os coutos monásticos para um melhor entendimento da relação entre o local da extracção da pedra e o mosteiro. (As pedreiras foram identificadas por Catarina Alexandra Marques, Lídia Catarino e Luís Sebastian: SEBASTIAN, Luís; SILVA, Gabriel; COSTA, Agostinho - *Mosteiro de S. João de Tarouca, Projecto de Requalificação: 1998-2010*. In *Actas do Congresso Património 2010*. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. 2010, p.15). -----29
- Figura 5.1.1 – Área monástica obtida pelo Instituto Português do Património Arquitectónico entre 1996 e 2007 (SEBASTIAN, Luís; SILVA, Gabriel; COSTA, Agostinho – *Mosteiro de S. João de Tarouca, Projecto de Requalificação: 1998-2010*. In *Actas do Congresso Património 2010*. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. 2010, p. 4) ----- 37
- Figura 5.2.1 – Fotografia do vale de São João de Tarouca. -----41

- Figura 5.2.2 – Fotografia do Mosteiro de São João de Tarouca. ----- 42
- Figura 5.2.3 – Implantação do complexo medieval do Mosteiro de São João de Tarouca. (imagem trabalhada e adaptada a partir da planta fornecida por Luís Sebastian.- ----- 43
- Figura 5.2.4 – Carta Militar Portuguesa com a representação dos coutos do Mosteiro de S. João de Tarouca: Couto primitivo 1140; ampliação do Couto desde a 2ª metade do século XIII até ao século XVI. (imagem feita pelo autor com o suporte da: Carta Militar Portuguesa Folhas: 137; 138; 147 e 148. Escala 1:25.000. Lisboa: Instituto Geográfico do Exército. 3ª edição. 1997). - - ----- 48
- Figura 5.2.5 – Carta Militar Portuguesa com a representação dos limites do couto do Mosteiro de S. João de Tarouca e respectivas Granjas. (Imagem trabalhada e adaptada a partir da planta fornecida por Luís Sebastian e com o suporte da: Carta Militar Portuguesa Folhas: 137; 138; 147 e 148. Escala 1:25.000. Lisboa: Instituto Geográfico do Exército. 3ª edição. 1997). ----- 53
- Figura 5.3.1 – “Planta tipo” da abadia cisterciense medieval segundo Jean-Françoise Leroux-Dhuys. (Adaptação da imagem de Jean-Françoise Leroux-Dhuys (“Las Abadías cistercienses, História y arquitectura” 1999, p.52), Imagem facultada por Luís Sebastian. CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 - 2006. In Actas do Seminário Internacional Tarouca e Cister - Homenagem a Leite de Vasconcelos. Tarouca: Câmara Municipal. 2006, p. 146). ----- 58
- Figura 5.4.1 – Proposta da reconstituição da implantação original do Mosteiro de S. João de Tarouca (adaptação da ilustração de Luís Sebastian e de Ana Castro, da reconstituição da planta do Mosteiro de S. João de Tarouca nos séculos XII e XIII. SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e. Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca. In Revista de História da Arte. Lisboa: Instituto de História da Arte-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. n.º 4. 2007, p. 149). - -----71
- Figura 5.4.2 – Plantas das abadias primitivas cistercienses de Fontenay e De S. João de Tarouca. (A imagem do Mosteiro de S. João de Tarouca é adaptada da ilustração de Luís Sebastian e Ana Castro. Imagens facultadas por Luís Sebastian.- ----- 73
- Figura 5.4.3 – Igreja do Mosteiro de S. João de Tarouca, a primeira planta representa a reconstituição da planta original do mosteiro, a segunda representa a planta actual. (Figura adaptada da ilustração de Luís Sebastian e Ana Castro, os desenhos técnicos foram fornecidos por Luís Sebastian ----- 77
- Figura 5.4.4 – Dois cortes da igreja do Mosteiro de S. João de Tarouca, onde se percebe a sua constituição interior, salientando no corte longitudinal o corpo principal da igreja dividido em cinco tramos e no corte transversal salienta-se a relação da altura da nave central e das laterais. (Cortes adaptados dos desenhos técnicos fornecidos por Luís Sebastian.- ----- 78

Figura 5.4.5 - Alçados Poente da igreja de S. João de Tarouca, sendo o primeiro a representação da fachada original e a segunda fachada a representação da fachada actual do mosteiro. (Alçados adaptados dos desenhos técnicos fornecidos por Luís Sebastian ----- 81

Figura 5.4.6 - Proposta de reconstituição da fachada da sala do capítulo do Mosteiro de S. João de Tarouca, (Ilustração de Luís Sebastian: SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e. Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca. In Revista de História da Arte. Lisboa: Instituto de História da Arte-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. N.º 4. 2007, p.152) e um exemplo de um registo fotográfico das ruínas da sala do capítulo nos finais do século XIX, visto do “claustro”. (Casa da Fotografia Kimagem Lamego – elemento fotográfico fornecido por Luís Sebastian.) ----- 84

Figura 6.1 - Planta geral do complexo monástico, onde se pode observar as diversas fases construtivas, destacando-se pela dimensão as fases principais da evolução do mesmo. (Ilustração de Luís Sebastian. SEBASTIAN, Luís; SILVA, Gabriel; COSTA, Agostinho - Mosteiro de S. João de Tarouca, Projecto de Requalificação: 1998-2010. In Actas do Congresso Património 2010. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. 2010; p. 19.) ----- 88

Figura 10.1 - Mapa o Monaquismo no Ocidente (séc. X-XIII). (VIDAL-NAQUET, Pierre; BERTIN, Jaques; *Atlas Histórico – Da Pré-História aos Nossos Dias*; Lexicultural; 1994; p.117.) ----- 105

Figura 10.2 - Mapa mosteiros cistercienses (séc. XII – XVIII) segundo de Dom Maur Cocheril. (COCHERIL, Dom Maur; “L`Ordre de Cistêaux au Portugal – Probleme historique”, in *Studia Monastica*, 1959, pp. 91-55.) ----- 106

Figura 10.3 – Latrinas da ala dos monges do Mosteiro de São João de Tarouca. (Pormenor adaptado dos desenhos técnicos fornecidos por Luís Sebastian, sobreposto a uma fotografia do mosteiro. SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e. Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca. In Revista de História da Arte. Lisboa: Instituto de História da Arte-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. N.º 4. 2007, p. 153.) ----- 107

Figura 10.4 – Fotografia e desenhos técnicos de uma das celas do dormitório do século XVII. (A planta do complexo monástico é uma adaptação dos elementos fornecidos por Luís Sebastian. ---- 108

Figura 10.5 – Fotografia e desenhos técnicos de uma das celas do dormitório do século XVIII. (A planta do complexo monástico é uma adaptação dos elementos fornecidos por Luís Sebastian. O alçado que representa uma parte de uma das fachadas do mosteiro foi desenhado por mim através da planta, de fotografias e medidas por mim retiradas no local.) ----- 109

Todas as fotografias sem referência da fonte foram tiradas pela autora durante as várias visitas ao mosteiro, entre 2010 e 2011 e as imagens tridimensionais sem referência foram realizadas pela autora entre 2011 e 2012.

12 | Bibliografia:

AAVV, ***Cister no Vale do Douro***, Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Porto, Edições Afrontamento, Porto, 1999.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de. ***História da Arte em Portugal***. Lisboa; 2002.

ALMEIDA, Fortunato de (1912). ***História da Igreja em Portugal – volume I***, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres; Porto; Portucalense Editora/ Livraria Civilização – Editora, 1967-1971.

ALMEIDA, Fortunato de (1912). ***História da Igreja em Portugal – volume II***, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres; Porto; Portucalense Editora/ Livraria Civilização – Editora, 1967-1971.

ALMEIDA, Fortunato de (1912). ***História da Igreja em Portugal – volume III***, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres; Porto; Portucalense Editora/ Livraria Civilização – Editora, 1967-1971.

AMADO, Miguel António Reis. ***Reconstituição do mosteiro medieval de Santa Maria de Salzedas***; Universidade de Coimbra; 2007.

ANDRADE, Maria Filomena Pimentel de. “São João de Tarouca: património material, vivência espiritual”. ***In Actas do Colóquio Internacional Cister - Espaços, Territórios, Paisagens***. Lisboa: IPPAR - Departamento de Estudos. Vol. I. 2000, pp. 103-114.

AUBERT, Marcel. ***O Gótico no seu Apogeu***, Lisboa, Editorial Verbo, 1983.

BARROCA, Mário Jorge. ***Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)***; Lisboa 2000.

BARROCA, Mário; CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. “Uma nova inscrição do século XIII no Mosteiro de S. João de Tarouca.” ***In Estudos/Património***. Lisboa: IPPAR - Departamento de Estudos. N.º 5. 2003, pp. 96-105.

BARROCA, Mário; SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e. “Um “anel de oração” de século XIII no Mosteiro de S. João de Tarouca”. ***In Arqueologia Medieval***. Porto: Edições Afrontamento. N.º 10. 2008, pp.145-158.

CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. “A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998-2001”. *In Estudos/Património*. Lisboa: IPPAR - Departamento de Estudos. N.º 2. 2002, pp. 33-42.

CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. “Dados para o estudo da estratégia de implantação do Mosteiro de S. João de Tarouca.” *In Estudos/Património*. Lisboa: IPPAR. 2005, pp. 203-211.

CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. “Faiança dos séculos XVII e XVIII no Mosteiro de S. João de Tarouca.” *In Actas das 4ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal. 2008, pp. 325-334.

CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís; RODRIGUES, Miguel; TEIXEIRA, Ricardo. “Intervenção arqueológica no mosteiro de S. João de Tarouca.” *In Cister no Vale do Douro*. Santa Maria da Feira: GEHVID-Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto/Edições Afrontamento. 1999, pp. 222-225.

CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. “Mosteiro de S. João de Tarouca: 700 anos de História da cerâmica.” *In Estudos/Património*. Lisboa: IPPAR - Departamento de Estudos. N.º 3. 2002, p. 165-177.

CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. “Resultado preliminar da intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 – 2002”. *In Actas do Seminário Internacional Tarouca e Cister - Espaço, Espírito e Poder*. Tarouca: Câmara Municipal. 2004, pp. 163-187.

CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. “A faiança de revestimento dos séculos XVII e XVIII no Mosteiro de S. João de Tarouca” (Intervenção arqueológica 1998-2001). *In Estudos/Património*. Lisboa: IPPAR - Departamento de Estudos. N.º 4. 2003, pp. 168-179.

CASTRO, Ana Sampaio e; FONSECA, Júlia; SEBASTIAN, Luís. “A componente de conservação cerâmica na intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998-2002.” *In Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Vol. 7. N.º 1. 2004, pp. 653-669.

CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. “Les marques lapidaires du monastère cistercien de S. João de Tarouca” (Portugal). *In Actes du XIVe Colloque International de Glyptographie de Chambord*. Braine-le-Château: Centre International de Recherches Glyptographiques/Editions de la Taille d'Aulme. 2005, pp. 399-422.

CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. “A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 - 2006.” *In Actas do Seminário Internacional Tarouca e Cister - Homenagem a Leite de Vasconcelos*. Tarouca: Câmara Municipal. 2006, pp. 125-166.

CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. “O projecto de investigação arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998-2008”. *In Pedra & Cal*. Lisboa: GECORPA-Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico. n.º 38. 2008, pp. 20-21.

CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. “A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca”. *In Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património. Lousada*: Câmara Municipal. N.º 3. 2008/2009, pp. 115-136.

CHICÓ, Mário Tavares, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa, 4ª edição; Maio 2005.

COCHERIL, Maur de (1986). *Alcobaça Abadia Cisterciense em Portugal*; Imprensa Nacional – casa da Moeda, Lisboa; 1989.

COCHERIL, Dom Maur, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Fondation Calouste Gulbenkian e Centre Culturel Portugais Paris, 1986.

COELHO DIAS, Geraldo J. A. *As Religiões da nossa vizinhança: História, Crença e Espiritualidade*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Departamento de História / Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Porto, 2006.

COLÓQUIO – “A ORDEM DE CISTER- O TEMPO E O MODO”, *S. Pedro do Sul, 1998 – Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões: actas*. S. Pedro do Sul, 1998.

CONDE, Antónia Fialho; “S. BENTO DE CÁSTRIS NA CONGREGAÇÃO AUTÓNOMA DE ALCOBAÇA”: EXTENSÃO E LIMITES DO PODER DAS ABADESSAS NO PERÍODO MODERNO; Évora, 2007, pp. 130-144.

“CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE EL CISTER, IV” – EN PORTUGAL Y EN GALICIA”; *Actas Tomo I-II*; Ourense; 2009.

“CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE SAN BERNARDO E O CISTER EN GALICIA E PORTUGAL”, 1, Ourense, 1991 – *O regime alimentar dos Monges Bernardos no final do século XVIII: actas*. Ourense, 1992.

DEVEAU, Suzanne. *Portugal Geográfico*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 2000 (3ª edição)

DIAS, C.C.; JORGE, Virgolino Ferreira (1996). “Rede Hidráulica da Abadia Cisterciense de S. Cristóvão de Lafões (S. Pedro do Sul)”, *In Actas do Simpósio Internacional Hidráulico Monástico Medieval e Moderno*; Lisboa; Ed. Fundação do Oriente.

DÍAS, José Ribeiro. *Em Louvor do Mosteiro Cisterciense de São João de Tarouca*. Edições Fluir. ISBN 972-98787-1-4. 1ª edição Outubro 2001

“Dicionário da História da Igreja em Portugal” – Direcção de António Alberto Banho de Andrade; Lisboa; Editorial Resistência; 1980, 1983.

DUBY, Georges; LACLOTTE, Michel; *História artística da Europa – Tomo II Idade Média*; Editora Paz e Terra; 1ª edição 1998.

FARINHA, José Luís dos Santos. *Buscadores de Deus - No Caminho Cisterciense*; Prior Velho; Paulinas Editora; 2006.

FERNANDES, A. de Almeida. "Acção dos Cistercienses de Tarouca (as granjas nos séculos XII e XIII)", *Revista de Guimarães, nº83-nº86*; Guimarães; 1974.

FERNANDES, A. de Almeida (1995). *As Dez Freguesias do Concelho de Tarouca* - História e Toponímia, Braga, 1995.

FERNANDES, A, de Almeida. *Taroucae Monumenta Histórica, Livro das doações de Tarouca*: Câmara Municipal; Vol. I-III; 1991-1993.

FERNANDES, Carla Varela - *D. Pedro, Conde de Barcelos, e a escolha de São João de Tarouca como «locus» sepulcral*, Cister. Espaços, Territórios, Paisagens, pp.443-450; Lisboa; 2000.

FONSECA, Ana Cristina. “A fundação do Mosteiro de S. João de Tarouca e de Santa Maria de Alcobaça no programa iconográfico e artístico dos azulejos setecentistas”. *In Actas do Colóquio Internacional Cister - Espaços, Territórios, Paisagens*. Lisboa: IPPAR - Departamento de Estudos. Vol. II. 2000, pp. 433-442.

GIL, Julio. *As mais belas vilas e aldeias de Portugal* – volume I; 1984/2005 Editorial Verbo, direitos reservados para esta edição: Edimpresa Editora, Lda.

GOMES, Saul António. *Visitações a mosteiros cistercienses em Portugal*, séculos XV e XVI. Lisboa: IPPAR - Departamento de Estudos. 1998.

GUSMÃO, Artur Nobre de. **A expansão da arquitectura borgonhesa e os mosteiros de Cister em Portugal**. Ensaio de arqueologia da Idade Média; Lisboa; 1956.

GUSMÃO, Artur Nobre de. **A Real Abadia de Alcobaça**. 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1992.

GUSMÃO, Artur Nobre de. **Românico Português do Noroeste**. 2ª edição, Lisboa, Vega, 1992.

JORGE, Virgolino Ferreira. **Arquitectura, medida e número na igreja de São João de Tarouca (Portugal)**, Cistercium, nº208, pp.431-456; 1997.

MARQUES, Catarina A. M. Pontes. **Alçado Sul da Igreja do Mosteiro Medieval de São João de Tarouca: caracterização e proveniência dos materiais pétreos**; Faculdade de Ciências e Tecnologias; Universidade de Coimbra; Coimbra 2007.

MARQUES, Catarina Alexandra; CATARINO, Lídia; FIGUEIREDO, Fernando Pedro; SEBASTIAN, Luís – “Caracterização dos materiais pétreos do alçado Sul da Igreja de S. João de Tarouca”. **In E-Terra, Revista Electrónica de Ciências da Terra-Geosciences On-line Journal**. Lisboa: GEOTIC-Sociedade Geológica de Portugal. Volume 16. n.º 15. 2010, pp. 1-4.

MARQUES, Catarina Alexandra; CATARINO, Lídia; SEBASTIAN, Luís – “A pedra na construção do Mosteiro de S. João de Tarouca.” **In Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património**. Lousada: Câmara Municipal. n.º 4. 2010, pp. 113-162.

MARQUES, Maria Alegria, **Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal**, Colibri e Faculdade de Letras de Coimbra, Lisboa, 1998.

MARREIROS, Maria Rosa Ferreira. “Os coutos do Mosteiro de S. João de Tarouca”. **In Revista Braccara Augusta**. Braga: Câmara Municipal. Separata. 1987.

MARREIROS, R.; MATOS, J. Cunha de. "O património do mosteiro cisterciense de São João de Tarouca nos séculos XII e XIII", **Actas del Congreso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal, vol. I**; Ourense; 1992

MATOS, Leonor Correia. **A Ordem de Cister e o Reino de Portugal**. Lisboa: Fundação Lusíada, 1999.

MATTOS, João Cunha de; MARREIROS, Maria Rosa Ferreira. “O património do mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca no século XII e XIII”. **In Actas del Congreso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal. Ourense: Vol. I**. 1992, pp. 495-511.

MATTOSO, José, **Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa**. 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1997.

MOREIRA, Vasco. **Monografia do Concelho de Tarouca**. Viseu: Tipografia de "Jornal da Beira". 1924.

LOURENÇO, Paulo B; FERNANDES, Francisco; **Análise de Estabilidade da Igreja de São João de Tarouca**; Universidade do Minho, Departamento de Engenharia Civil; Dezembro 2001.

OLIVEIRA, Miguel de. "Origens da Ordem de Cister em Portugal"; **Revista Portuguesa de História**; T.V.; Coimbra; 1951.

PAÍSES, POVOS E CONTINENTES; "Países, Povos e continentes" – volume IV: Portugal; edição Circulo de Leitores; Amadora: **Lexicultural**, 1988-1994.

QUEIROZ, Paula Fernanda. "Estudos Arqueobotânicos no Mosteiro de São João de Tarouca"; **Terra Cénica – Território Antigo relatórios**; Viseu; 2009.

REAL, Manuel Luís. "A construção cisterciense em Portugal durante a Idade Média", **Arte de Cister em Portugal e na Galiza, catálogo de exposição**, pp.43-96; Lisboa; 1998.

RODRIGUES, Jorge. "O mundo românico (séculos XI-XIII)", **História da Arte Portuguesa, vol.1**, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp.180-331; Lisboa; 1995.

RODRIGUES, Jorge; PÉREZ, Xosé Carlos Valle. **Arte de Cister em Portugal e Galiza**, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998.

RODRIGUES, Miguel Carlos Lopes Brandão Areosa. **Mosteiro de São João de Tarouca**; Lisboa; 2001.

RODRIGUES, Miguel Carlos Lopes Brandão Areosa; TEIXEIRA, Ricardo Jorge Coelho Marques Abrantes; TORRE RODRIGUEZ, José Ignacio de la. "Perspectivas para o estudo arqueológico dos estabelecimentos cistercienses do vale do Varosa (Tarouca) (1998)", **Cister. Espaços, Territórios, Paisagens**, pp.505-516; Lisboa; 2000.

SEBASTIAN, Luís; CATARINO, Lídia; CASTRO, Ana Sampaio e. "Um fosso de fundição sineira de século XIV no Mosteiro de S. João de Tarouca". **In Subsídios para a História da fundição sineira em Portugal**. Coruche: Museu Municipal de Coruche. 2008, pp. 213-270.

SEBASTIAN, Luís.; LATOUR-ARGANT, C.; ARGANT, J.; CASTRO, A. S. “A implantação medieval do Mosteiro de S. João de Tarouca: Dados palinológicos”. *In Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. n.º10. 2008, pp. 135-144.

SEBASTIAN, Luís. “Património associado, uma proposta de conceito”. *In Estudos/Património*. Lisboa: IPPAR - Departamento de Estudos. n.º 10. 2007, pp. 15-24.

SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e. “Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca”. *In Revista de História da Arte*. Lisboa: Instituto de História da Arte-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. n.º 4. 2007, pp. 142-171.

SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e; CODINHA, Sónia. “Os monges exumados na Sala do Capítulo do Mosteiro de S. João de Tarouca”: séculos XVII-XVIII. Considerações histórico-geográficas, arqueológicas e paleobiológicas. *In Oppidum Revista de Arqueologia, História e Património. Lousada*: Câmara Municipal. n.º3. 2008/2009, pp. 91-113.

SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e. “A faiança portuguesa no Mosteiro de S. João de Tarouca”: metodologia e resultados preliminares. *In Al-Madan online-adenda electrónica [http://www.almadan.publ.pt]*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. n.º 16, 2ª série. 2009, pp. 1-33.

SEBASTIAN, Luís; PEREIRA, Hugo; GINJA, Mónica; CASTRO, Ana Sampaio e – “O levantamento gráfico da igreja e área de escavação do Mosteiro de S. João de Tarouca.” *In Actas do 4º Congresso de Arqueologia Peninsular-Promontória Monográfica*. Loulé: Núcleo de Arqueologia e Paleoecologia da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. n.º 13. 2010, pp. 43-55.

SEBASTIAN, Luís; SILVA, Gabriel; COSTA, Agostinho – “Mosteiro de S. João de Tarouca, Projecto de Requalificação: 1998-2010”. *In Actas do Congresso Património 2010*. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. 2010.

“TAROUCA E CISTER: HOMENAGEM A LEITE DE VASCONCELOS” – *Actas*. Tarouca, Novembro 2006.

TERENO, Maria do Céu Simões, “TAROUCA E CISTER – ESPAÇO, ESPÍRITO E PODER,” *Tarouca, 2002 – Contributo para o estudo do Património Arquitectónico Rural Cisterciense – Antiga Quinta do Granjão: actas*. Tarouca, 2004, pp. 70-107.

TERENO, Maria do Céu Simões, “TAROUCA E CISTER: HOMENAGEM A LEITE DE VASCONCELOS” – *Actas. Tarouca*, Novembro 2006, pp. 261-285.

TEIXEIRA, Ricardo Jorge Coelho Marques Abrantes. **Arqueologia dos espaços cistercienses no Vale do Douro**, Cister no Vale do Douro, pp.189-242; Porto; 1999.

VASCONCELOS, Joaquim de, **Arte românica em Portugal**, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992.

VASCONCELOS, José Leite de. **Memórias de Mondim da Beira**. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa. 1933.

VIDAL-NAQUET, Pierre; BERTIN, Jaques; *Atlas Histórico – “Da Pré-História aos Nossos Dias”*; **Lexicultural**; 1994.

Cartografia:

CARTA MILITAR DE PORTUGAL: Folha 137 (Lamego). Escala 1:25.000. Lisboa: Instituto Geográfico do Exército. 3ª edição. 1997.

CARTA MILITAR DE PORTUGAL: Folha 138 (Armamar). Escala 1:25.000. Lisboa: Instituto Geográfico do Exército. 3ª edição. 1997.

CARTA MILITAR DE PORTUGAL: Folha 147 (Tarouca). Escala 1:25.000. Lisboa: Instituto Geográfico do Exército. 3ª edição. 1997.

CARTA MILITAR DE PORTUGAL: Folha 148 (Moimenta da Beira). Escala 1:25.000. Lisboa: Instituto Geográfico do Exército. 3ª edição. 1997.

13 | Agradecimentos

À minha orientadora, Arquitecta Maria do Céu Tereno, que acreditou, me orientou e me apoiou neste projecto desde o início sem nunca ter desistido.

Ao meu Co-orientador Luís Sebastian, Arqueólogo do mosteiro de São João de Tarouca, da Direcção Regional de Cultura do Norte, pelo acompanhamento dado à dissertação de Mestrado, pela cedência de informação bibliográfica, pela cedência de registos fotográfico, desenhos técnicos indispensáveis para um melhor entendimento do complexo, e de imagens importantes para o desenvolvimento da tese. Também agradeço a disponibilidade que teve em me acompanhar nas visitas ao local em estudo, onde me esclareceu e tirou dúvidas para a evolução do trabalho.

Quero agradecer também a toda a minha família e amigos pela paciência e apoio dado no desenvolvimento deste trabalho, e um agradecimento muito especial ao meu amigo Ricardo Silva que me questionou inúmeras vezes, contribuindo para um melhor desenvolvimento da Dissertação de Mestrado.